

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,
REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE
ABRIL DE DOIS MIL E CATORZE.**

----- No vinte e oito de abril de dois mil e catorze, teve lugar no Solar dos Peixotos, a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Henriques Mota de Faria, secretariado pelo Senhor João Fernando Marques Rebelo Cotta, como primeiro secretário e a Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes, como segunda secretária. -----

A Sessão teve início às nove horas e vinte e cinco minutos, tendo-se verificado a falta no período da manhã e no período da tarde do Senhor Deputado JOSÉ PAULO CARDOSO DE MENESES (justificada), e a falta no período da tarde do Senhor Deputado FERNANDO MARTINS MACHADO (justificada).-----

Para que conste na presente ata, o resumo da correspondência expedida e recebida, previamente distribuída, fica a seguir transcrito:-----

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA:-----

– A Assembleia Municipal recebeu convites de diversos Organismos, Associações e Entidades, a convidar o Exmo. Senhor Presidente deste Órgão Autárquico a participar e assistir às mais variadas reuniões e realizações.-----

– Diversas Entidades e Partidos Políticos solicitaram a cedência do Salão da Assembleia Municipal.-----

– O Exmo. Senhor Presidente da Junta de Mundão, Armando Nuno dos Santos, remete via correio eletrónico, pedido de justificação da falta à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2014.-----

– O Grupo Parlamentar do PCP remete via correio eletrónico perguntas ao Governo relativas às Escolas intervencionadas pela Parque Escolar E.P.E. e as escolas que serão intervencionadas.-----

– O Grupo Parlamentar do PCP remete via correio eletrónico pergunta ao Governo sobre Taxa de Gestão de Resíduos - Incumprimento do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro.-----

– O Grupo Parlamentar do PCP remete via correio eletrónico Envio de Projeto-Lei do PCP «Reduz para 35 horas o limite máximo do horário semanal de trabalho para todos os trabalhadores» e intervenções de Francisco Lopes, João Oliveira e Jorge Machado na Interpelação ao Governo.-----

– O Exmo. Senhor João Pedro Meneses Vila Maior remete novamente via correio eletrónico informação relativa às soluções do problema de trânsito nas imediações do Edifício Viriato I e Edifício Viriato II, bem como junto à Escola EB 2/3 Grão Vasco.-----

– O Grupo Parlamentar do PCP remete via correio eletrónico Apreciação Parlamentar ao DL-45-2014, de 20 de março (Aprova o processo de reprivatização da Empresa Geral do Fomento, S.A. EGF).-----

– O Grupo Parlamentar do PCP remete via correio eletrónico convite para a Sessão Pública - A Constituição da República – projeto de desenvolvimento e soberania nacional a realizar dia 2 de abril.-----

– O Exmo. Senhor Deputado Municipal Fernando António Pereira de Figueiredo remete via correio eletrónico pedido de suspensão de mandato do dia 30 de março de 2014 ao dia 30 de abril de 2014.-----

– O Grupo Parlamentar do PCP remete via correio eletrónico requerimento de apreciação Parlamentar ao Decreto-lei n.º 49/2014 de 27-03-14 (Mapa Judiciário).-----

- Gabinete do Exmo. Sr. Primeiro-ministro acusa via postal a receção da Moção intitulada “Por um Serviço TDT com qualidade” aprovada por unanimidade na Sessão de 28 de fevereiro de 2014 por esta Assembleia Municipal.-----
- A Associação Cultural Recreativa e Social de Teivas, solicita através de ofício texto a publicar no libreto das Cavalhadas.-----
- O Grupo Parlamentar do PCP remete via correio eletrónico Propostas de Eliminação Alteração e Aditamento à PPL n.º 183XII-3 (Lei dos Solos).-----
- O Grupo Parlamentar do PCP remete para conhecimento e divulgação, via correio eletrónico, Projeto de Lei que impede que a taxa municipal de direito de passagem assim como, Requerimento para chamar a ANACOM à Comissão de Economia e Obras Públicas sobre a cobrança ilegal desta taxa por operadores.-----
- A Câmara Municipal remete Resposta à Questão colocada pelo Grupo Municipal do CDS na Sessão Ordinária da AM de 28-02-2014 relativa à Expovis.-----
- A Câmara Municipal remete Resposta à Questão colocada pelo Grupo Municipal do CDS na Sessão Ordinária da AM de 28-02-2014 relativa à Quinta da Cruz.-----
- O Grupo Parlamentar do PCP remete via correio eletrónico, Requerimento para audição da ANACOM sobre a cobrança indevida e ilegal da Taxa Municipal de Direitos de Passagem por empresas de telecomunicações na fatura mensal aos consumidores.-----
- O Grupo Parlamentar do PCP remete via correio eletrónico, intervenção da Deputada Paula Santos (PCP) no Debate sobre as Assembleias Distritais.-----
- A Ordem dos Advogados de Viseu, remete via correio eletrónico agradecimento pela cedência do Salão.-----
- O Grupo Municipal do PS na pessoa do Exmo. Sr. Deputado Alberto da Ascensão remete via correio eletrónico propostas de alterações do Regimento desta Assembleia Municipal.-----
- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda na pessoa do Exmo. Sr. Deputado Municipal Carlos Vieira e Castro remete via correio eletrónico propostas de alterações do Regimento desta Assembleia Municipal.-----
- O Grupo Parlamentar do PCP remete via correio eletrónico, requerimento para Audição Pública sobre a privatização da EGF (Empresa Geral do Fomento, S.A.) -----
- A Exma. Senhora Sandra Fernandes remete via correio eletrónico 2ª reclamação referente ao mau estado do piso da estrada municipal nº 585.-----
- O Exmo. Sr. Deputado Municipal António Manuel Antunes Rafael Amaro, remete via correio eletrónico, pedido de substituição para a Sessão da AM de 28 de abril de 2014.-----
- O Exmo. Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Repeses e S. Salvador José Domingos Abreu Coelho, remete via correio eletrónico, justificação de falta da Sessão da AM de 25 de abril de 2014.-----
- O Grupo Municipal da CDU na pessoa do Exma. Senhora Deputada Municipal Maria Filomena Pires remete via correio eletrónico propostas de alterações do Regimento desta Assembleia Municipal.-----
- A Câmara Municipal de Viseu, remete via correio eletrónico Informação Escrita do Exmo. Senhor Presidente relativa à AM de 28 de abril de 2014.-----
- O Exmo. Sr. Deputado Municipal Fernando António Pereira de Figueiredo remete via correio eletrónico solicitação para retoma de mandato.-----
- A Inspeção Geral de Finanças, remete via postal comunicação de Auditoria ao Município de Viseu – Controlo do Urbanismo na Administração Local.-----
- A ANACOM remete via postal resposta à Moção “Por Um serviço TDT com qualidade”.
CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA-----
- Foi dada resposta aos diversos pedidos de cedência do Salão da AM, às Entidades e Organismos que efetuaram o mesmo pedido.-----
- Foi remetido por via EDOC ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu, cópia do Pedido de Esclarecimento relativo à Quinta da Cruz, apresentado pelo Grupo

Municipal do CDS/PP na Sessão da AM de 28-02-2014.-----

– Foi remetido por via EDOC ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu, cópia do Pedido de Esclarecimento relativo à Extinção da Expovis, apresentado pelo Grupo Municipal do CDS/PP na Sessão da AM de 28-02-2014.-----

– Foi remetido por via EDOC ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu, cópia da Recomendação para a “Remoção do fibrocimento e requalificação da Escola da Ribeira”, apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda na Sessão da AM de 28-02-2014.-----

– Foi remetido por via EDOC ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu, cópia do ofício da FIMMO – Fundo Especial de Investimento Fechado referente ao Licenciamento do Projeto de Reformulação do Condomínio Fórum Viseu.-----

– Foi remetida via postal ao Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia de Mundão informação de que, em virtude dos motivos invocados a falta do Senhor Presidente da Junta de Mundão à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 28 de fevereiro foi considerada justificada. – Foi remetido via postal à Família o Exmo. Sr. Professor Manuel de Abreu Lameira o teor do “Voto de Pesar” aprovado por Unanimidade na Sessão da Assembleia Municipal de 28-02-2014.-----

– Foi remetido via EDOC ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu, cópia do teor do “Voto de Pesar” aprovado por Unanimidade na Sessão da Assembleia Municipal de 28-02-2014.-----

– Foi remetido via postal a Sua Excelência o Primeiro-ministro Dr. Pedro Passos Coelho cópia da Moção intitulada “Por um serviço TDT com qualidade” aprovada por unanimidade na Sessão desta AM de 28 de fevereiro de 2014.-----

– Foi remetido via postal a Sua Excelência o Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações cópia da Moção intitulada “Por um serviço TDT com qualidade” aprovada por unanimidade na Sessão desta AM de 28 de fevereiro de 2014.-----

– Foi remetido via postal à Exma. Senhora Presidente do Conselho de Administração da ANACOM Dra. Maria de Fátima Henriques da Silva Barros Bertoldi cópia da Moção intitulada “Por um serviço TDT com qualidade” aprovada por unanimidade na Sessão desta AM de 28 de fevereiro de 2014.-----

– Foi remetido via postal a Sua Excelência o Ministro da Educação e Ciência Professor Nuno Crato cópia da Moção intitulada “Remoção do fibrocimento e requalificação da Escola Básica 2,3 Grão Vasco” aprovada por unanimidade na Sessão desta AM de 28 de fevereiro de 2014.-----

– Foi remetido via postal a Sua Excelência o Ministro da Educação e Ciência Professor Nuno Crato cópia da Moção de apoio ao Instituto Politécnico de Viseu, aprovada na Sessão desta AM de 28 de fevereiro de 2014.-----

– Foi remetido via postal ao Exmo. Senhor Presidente do Instituto Politécnico de Viseu Eng.º Fernando Lopes Rodrigues Sebastião cópia da Moção de apoio ao Instituto Politécnico de Viseu, aprovada na Sessão desta AM de 28 de fevereiro de 2014.-----

– Foi remetido via correio eletrónico aos Líderes Municipais, pergunta dirigida ao Governo efetuada pelo Grupo Parlamentar “Os Verdes” referente ao atraso no pagamento dos terrenos expropriados para a construção da A25.-----

– Por forma a uma coerente gestão dos pedidos do Salão da AM, foi remetido via EDOC ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu, solicitação de informação referente à data prevista para o início das obras e duração das mesmas.-----

– Foi remetido via postal à FIMMO – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado, informação de que foi enviado à Câmara Municipal de Viseu cópia do ofício referente ao Licenciamento do Projeto de Reformulação do Condomínio Fórum Viseu.-----

– Foi remetido via correio eletrónico aos Líderes dos Grupos Municipais, perguntas do Grupo Parlamentar do PCP dirigidas ao Governo relativas às Escolas intervencionadas pela Parque Escolar E.P.E. e as escolas que serão intervencionadas.-----

- Foi remetido via correio eletrónico aos Líderes dos Grupos Municipais, perguntas do Grupo Parlamentar do PCP dirigidas ao Governo sobre Taxa de Gestão de Resíduos-Incumprimento do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro.-----
- Foi remetido via correio eletrónico aos Líderes dos Grupos Municipais, Projeto-Lei do PCP «Reduz para 35 horas o limite máximo do horário semanal de trabalho para todos os trabalhadores» e intervenções de Francisco Lopes, João Oliveira e Jorge Machado na Interpelação ao Governo.-----
- Foi remetido via EDOC ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu, pedido de disponibilização do protocolo municipal em vigor.-----
- Na sequência do pedido de suspensão de mandato do Exmo. Sr. Deputado Fernando António Pereira de Figueiredo para o período compreendido entre o dia 30 de março de 2014 e 30 de abril de 2014, foi comunicado via postal ao Exmo. Sr. Deputado Municipal, António Luís Gonçalves da Costa Martins para proceder à respetiva substituição.-----
- Na sequência do pedido de suspensão de mandato do Exmo. Sr. Deputado Fernando António Pereira de Figueiredo para o período compreendido entre o dia 30 de março de 2014 e 30 de abril de 2014 foi comunicado via postal o Partido CDS/PP que Exmo. Sr. Deputado Municipal, António Luís Gonçalves da Costa Martins foi informado para proceder à respetiva substituição.-----
- No âmbito das Comemorações do 40º Aniversário do 25 de abril foi solicitado via postal ao Diretor da Escola Secundária Emídio Navarro a cedência do Solar dos Albuquerque.---
- Foi remetido via EDOC ao Exmo. Sr. Chefe de Gabinete do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu, nomes dos membros representados nesta Assembleia Municipal para o Órgão Consultivo do Conselho Municipal da Juventude.-----
- Foi remetido via correio eletrónico aos Grupos Municipais e-mail enviado pelo Grupo Parlamentar do PCP relativo à “Apreciação Parlamentar ao DL-45-2014, de 20 de março (Aprova o processo de reprivatização da Empresa Geral do Fomento, S.A. (EGF))”.-----
- Foi remetido via correio eletrónico aos Grupos Municipais e-mail enviado pelo Grupo Parlamentar do PCP relativo ao convite para a Sessão Pública - A Constituição da República – projeto de desenvolvimento e soberania nacional a realizar dia 2 de abril)”.---
- Foi remetido via correio eletrónico aos Grupos Municipais e-mail enviado pelo Grupo Parlamentar do PCP relativo às Propostas de Eliminação Alteração e Aditamento à PPL n.º 183XII-3 (Lei dos Solos).-----
- Foi remetido via correio eletrónico aos Grupos Municipais e-mail enviado pelo Grupo Parlamentar do PCP para conhecimento e divulgação do Projeto de Lei que impede que a taxa municipal de direito de passagem assim como, Requerimento para chamar a ANACOM à Comissão de Economia e Obras Públicas sobre a cobrança ilegal desta taxa por operadores.-----
- Foi remetido via correio eletrónico ao Grupo Municipal do CDS/PP resposta da CMV à questão colocada pelo Grupo Municipal do CDS na Sessão Ordinária da AM de 28-02-2014 relativa à Expovis.-----
- Foi remetido via correio eletrónico ao Grupo Municipal do CDS/PP resposta da CMV à questão colocada pelo Grupo Municipal do CDS na Sessão Ordinária da AM de 28-02-2014 relativa à Quinta da Cruz.-----
- Foi remetido via correio eletrónico aos Grupos Municipais e-mail enviado pelo Grupo Parlamentar do PCP relativo ao requerimento de apreciação Parlamentar ao Decreto-lei n.º 492014 de 27314 (Mapa Judiciário).-----
- Foi remetido via correio eletrónico ao Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, comunicação do pedido de suspensão de mandato do Exmo Sr. Deputado Fernando Figueiredo até 30 de abril de 2014.-----
- Foi remetido via correio eletrónico aos Grupos Municipais alinhamento referente às intervenções da Sessão Solene Comemorativa do XL Aniversário do 25 de Abril.-----

– Na sequência do pedido de substituição do Exmo. Sr. Deputado António Manuel Antunes Rafael Amaro para a Sessão da AM de 28 de abril de 2014, foi comunicado via postal ao Exmo. Sr. Deputado Municipal José Paulo Vila Chã Cavaleiro para proceder à respetiva substituição.-----

– Na sequência do pedido de substituição do Exmo. Sr. Deputado António Manuel Antunes Rafael Amaro para a Sessão da AM de 28 de abril de 2014, foi comunicado via postal o Partido Socialista que Exmo. Sr. Deputado Municipal, José Paulo Vila Chã Cavaleiro foi informado para proceder à respetiva substituição.-----

– Foram enviados aos Exmos. Srs. Presidentes de Junta de Freguesia via postal e via correio eletrónico, Convocatória e respetivo Edital para as Sessão Extraordinária do 25 de Abril bem como para a Sessão ordinária da AM de 28/04/2014.-----

– Foi enviado aos Exmos. Srs. Deputados Municipais via postal e via correio eletrónico convocatória para a Sessão Extraordinária do 25 de Abril bem como para a Sessão ordinária da AM de 28/04/2014.-----

– Foram enviados ao Exmo. Sr. Presidente da CMV, Exmo. Sr. Vice-Presidente da CMV, Exmos (as) Srs. (as) Vereadores da CMV, Exmo. Sr. Presidente da AM, Exmos Secretários da AM, Exmos (as) Srs. (as) Deputados (as), Exmo. Sr. Diretor de Departamento e Exmos Srs. Presidentes de Junta, Convocatória, e Credenciais (utilizador e palavra passe).-----

– Foi enviado via correio eletrónico ao Diário de Viseu e Jornal da Beira, Edital para publicação da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 25/04/2014.-----

– Foi enviado via correio eletrónico ao Diário de Viseu e Jornal do Centro, Edital para publicação da Sessão da Assembleia Municipal de 28/04/2014.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Após verificação das faltas dos Senhores Deputados acima referenciados e tendo verificado a existência de quórum, deu início à Sessão dizendo o seguinte: Bom dia a todos, penso que já temos quórum, vamos começar a Sessão.-----

Cumprimentava os Senhores Deputados Municipais, o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Vice-Presidente, as Senhoras Vereadoras e os senhores Vereadores, os Senhores jornalistas e os Cidadãos que estão a assistir a esta Sessão.-----

Informava que o Senhor Deputado Carlos do Vale Martins mantém a suspensão do mandato, suspensão que já foi apreciada na Sessão de 28 de fevereiro solicitada pelo período de noventa dias a contar do dia 24/02/2014, sendo substituído pela Doutora Adelaide Modesto. Também o Senhor Deputado Fernando Figueiredo solicitou a suspensão do mandato com efeitos de 30 de março a 30 de abril, sendo substituído pelo Dr. António Luís Gonçalves da Costa Martins. Conforme refere o nº 2 do Artigo 77º o pedido de suspensão devidamente fundamentado, deve indicar o período de tempo abrangido e é enviado ao Presidente e apreciada pelo Plenário Órgão na reunião imediata à sua apresentação. Acontece que no dia 23 de abril foi enviado um e-mail que passo a ler: ” Nos termos do nº 5 do Artigo II do atual Regimento da AM solicitei por razões de ordem pessoal e em virtude de ficar ausente da área da autarquia a suspensão temporária do mandato. A substituição foi provida pelo eleito nº 4 António Luís Martins. Em virtude de já me encontrar na área de residência e terminado que está o motivo que originou a ausência, acrescido ao facto de o substituto António Luís Martins também por razões pessoais não poder participar na próxima Assembleia e dado tratar-se da comemoração oficial do 25 de Abril solicito que nos termos do Regimento e no respeito do nº 77 da lei 169/99, de 18 de Setembro seja considerada por finda nesta data a suspensão retomando assim o mandato e o desempenho do cargo para o qual fui eleito. Aproveito para dar conhecimento que já informei o substituto António Luís Martins e que estou já conhecedor das convocatórias e ordem de trabalhos das próximas sessões.”-----

Atendendo a esta situação, foi solicitado um parecer porque entendemos que, por um lado tinha que haver a apreciação que era o que devia ser feito nesta Assembleia, por outro lado, de acordo com a lei e também com o nosso Regimento, a pedido do interessado, que

era este o caso, devidamente fundamentado, e também estava fundamentado, o Plenário da Assembleia pode autorizar, a alteração do prazo pelo qual inicialmente foi concedida a suspensão do mandato, até ao limite estabelecido no número anterior. Perante essa situação, foi nosso entendimento que, e assim de acordo com o Regimento desta Assembleia, foi nosso entendimento que era nesta Assembleia e foi dada resposta nesse sentido com as explicações normais neste âmbito, que era nesta Assembleia que deveria como é óbvio fazer-se a apreciação da solicitação do Senhor Deputado, não só a apreciação da suspensão do mandato, bem como a necessária autorização para a alteração dessa mesma suspensão. Era a primeira reunião ordinária, foi essa a resposta que foi dada, atendendo que os motivos, por um lado era o eleito e por outro lado os motivos que tinham originado o impedimento tinham cessado, inclusivamente também, o Deputado substituto tinha informado que não podia estar presente nem na Assembleia Extraordinária de 25 de abril, nem na Assembleia de 28 de abril. Atendendo a este motivo, aquilo que se colocava era: Por um lado a apreciação e por outro lado a autorização para suspensão do mandato para o Senhor Deputado, poder retomar as suas funções normais como Deputado eleito. Alguém quer usar da palavra?-----

----- **UM – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):** Muito bom dia Senhor Presidente da Mesa, restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores. Eu penso que aqui, primeiro, para a abordagem deste requerimento, estamos desde já a incumprir num procedimento que é, o próprio estar dentro da sala, uma vez que o mandato está suspenso e nós ainda não assumimos que ele tivesse sido readmitido à sua função. Por aí, acho que por uma questão de procedimento normal, o próprio não deveria estar na sala. Depois temos aqui três questões. A primeira questão que eu coloco, é uma questão de natureza semântica, que é o até. O até dia 30 de abril e o até é uma proposição que implica, deduzo eu, limite. Limite seja ele espacial, seja ele temporal, seja ele quantitativo e neste caso, estamos a falar de limite temporal e quer dizer inclusive também o dia 30 e partindo do princípio que as condições que estavam na razão da suspensão do mandato, acabariam por ter sido ultrapassadas e que o Membro está agora em condições de assumir o seu mandato, há outra razão no meu entender que se deve levantar que é o procedimento da convocatória. Nós assumimos aqui, muitas das vezes, algumas questões de conflito porque a convocatória não saiu no tempo exato, porque a convocatória deveria ter chegado com os documentos certos, e o caso que se coloca aqui, é o de impor uma regra e a regra parece-me que é, desde que sai uma convocatória, não são permitidas substituições, o que quer dizer que essa substituição se manteria até ao dia trinta conforme o pedido anterior do Membro da Assembleia. Outra questão que também se coloca, é uma questão de natureza ético-política que é a de, após a saída da convocatória e após ter sido outro Membro da Assembleia convocado nos termos do Regimento e da Lei, nós procurarmos..., tudo bem, certamente com a melhor das intenções não é, subverter todo o Regimento. Por isso, eu acho que neste aspeto, da minha parte, não vejo razão nenhuma para que a suspensão não se mantenha, já que, foi esse o pedido inicial e já que a convocatória foi feita tendo por base a suspensão do mandato desse Membro da Assembleia.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Alguém quer usar da palavra? Em relação a esta questão, o entendimento da Mesa, é que já aconteceu com suspensões anteriores, é que, esta Assembleia aprecia, não se vota a aceitação da suspensão. Foi esse sempre o entendimento e não poderia ser de outra maneira. Temos aqui só uma questão que é um caso novo, que é uma situação em que é um pedido de retoma porque o impedimento que originou essa suspensão tinha sido ultrapassado e por isso o eleito pede para retomar as suas funções. Por isso, dentro da retoma das suas funções, houve a suspensão que estava perfeitamente definida, a questão está perfeitamente definida e por isso em termos legais, a suspensão teria de ser aceite e por isso houve um substituto. Agora estamos perante uma retoma de um Membro que foi eleito, não é um substituto que está a

retomar. É um Membro eleito que pede à Assembleia para retomar as suas funções. Perante isto, apenas de acordo com o Regimento, tem que haver uma autorização da Assembleia para retomar funções. É o que está no Regimento e na Lei. Eu ia ler em concreto e por isso nós temos que colocar essa questão. Está aqui: “*A pedido do interessado devidamente fundamentado*” e neste caso está fundamentado” o *Plenário da Assembleia pode autorizar a alteração do prazo pelo qual inicialmente foi concedida a suspensão do mandato*”. Aqui temos uma situação em que a própria Assembleia ainda não tinha apreciado a suspensão, mas já tinha havido a efetivação porque o substituto já tinha sido convocado. Foi concedida a suspensão até ao limite estabelecido no número anterior, para autorizar a alteração do prazo. Aqui o que temos, é uma situação em que há um prazo, estamos aqui numa situação em que não há bem uma alteração, há uma redução, podemos considerar uma redução do prazo de suspensão. Da nossa parte, é entendimento que o plenário se deve pronunciar e se for de acordo com o Plenário, se o Plenário estiver de acordo, de imediato o Senhor Deputado retoma as suas funções nesta Assembleia. Por isso, púnhamos à consideração do Plenário a autorização.-----

----- **DOIS – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):** Eu volto a questionar a presença do Membro na votação deste requerimento. Porque não está em efetividade de funções. Não deve estar dentro da sala. Faz todo o sentido. Não pode estar dentro da Sala. Não faz sentido nenhum. Depois é autorizado a estar na Assembleia. Ó Senhor Deputado, é assim que as coisas acontecem.-----

- *O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:* Agradecia que não houvesse diálogo.-----

- *O Senhor Deputado Pedro Filipe dos Santos Alves prossegue dizendo:* Agora é assim, eu estou aqui, não estou autorizado a estar cá dentro e estou a pedir para voltar cá para dentro e já cá estou? Se isso faz sentido para vocês, para mim não faz! Para mim não faz sentido, mas se faz para si sentido, venha cá dizê-lo. Agora, não faz sentido e mais, é assim, nós estamos a criar aqui um precedente que após a emissão de uma convocatória poder-se fazer substituições, independentemente de ser uma retoma de mandato. Penso que isso deve ficar clarificado em Regimento e se nós estamos a fazer um novo Regimento, essa é uma daquelas situações que nós não devemos criar incidentes. É uma regra que devemos tomar, não tem nada a ver com o facto da pessoa em si, amanhã somos todos nós. Agora isto tem que ter uma regra específica. Temos que dizer assim, depois de sair a convocatória, não pode haver mais retomas, não pode haver substituições. Ou então pode imediatamente a partir do momento em que queira entrar e a pessoa que for convocada deixa de o ser e a pessoa que foi eleita passa a assumir o seu mandato imediatamente. Mas isso tem que ficar claro, não podemos andar aqui a deixar ao livre arbítrio de todos nós aqui dentro, porque certamente que umas pessoas pensam diferente daquilo que eu penso. Agora, eu acho que devemos clarificar o procedimento porque ficamos depois aqui numa discussão que não nos leva a lado nenhum. É só isto.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Da nossa parte, a Mesa já disse que ia pôr à consideração da Assembleia a situação. Por isso, é a autorização da suspensão de mandato. Quem vota a favor da autorização e que o Deputado retome as suas funções de imediato? Quem vota a favor da autorização para retomar funções? Quem se abstém? Quem vota contra? Por isso o Senhor Deputado pode retomar as suas funções. Catorze (14) Votos a favor e quinze (15) abstenções. Eu vou retificar, *catorze (14) votos a favor e trinta e uma (31) abstenções*.-----

Informava também que o Senhor Deputado António Manuel Rafael Amaro do Partido Socialista, falta a esta Sessão e informou da sua indisponibilidade em estar presente por razões profissionais inadiáveis, estando ausente do Concelho hoje dia vinte e oito de abril. Solicitou a sua substituição, sendo substituído pelo Senhor José Paulo Vila Chã Cavaleiro que foi convocado e que já está presente. Informava também que em relação às Comemorações dos 40 anos do 25 de Abril, gostaria aqui também de prestar um agradecimento público a todos os que colaboraram nessas comemorações. Um

agradecimento a todas as entidades que com a Assembleia organizaram as comemorações, Em primeiro lugar, à Câmara Municipal, na pessoa do Senhor Presidente Doutor. Almeida Henriques que, quer a Câmara quer o Senhor Presidente, foram inextinguíveis quer na organização quer no apoio. Ao Regimento de Infantaria nº 14 na pessoa do seu Comandante o Coronel Brás, pela forma como recebeu, mas principalmente pelo programa que delineou e organizou para as crianças do Concelho e que em três dias nomeadamente de 22 a 24 de abril recebeu cerca de 400 crianças. Ao Núcleo de Viseu da Associação 25 de Abril pelo entusiasmo com que se associaram e pela colaboração prestada e também o facto de terem aceite intervir na nossa Sessão Solene e também intervieram em todos os colóquios das “Conversas de Abril”. Também à Associação dos Deficientes das Forças Armadas, aos Agrupamentos de Escolas e às Escolas Secundárias. O nosso agradecimento pela colaboração. Permitam-me salientar um dos momentos de todos os que viveram das conversas de Abril nas Escolas, que envolveram mais de mil jovens e foram para todos nós muito enriquecedoras, não só pelas questões que o jovens colocaram, mas também pela atenção que demonstraram e pelo facto daquilo que foram testemunhos vivos, nomeadamente os Capitães de Abril, fomos sempre acompanhados em todas as sessões, a Assembleia foi acompanhada pelo Tenente General Ferreira Amaral e também por resistentes à ditadura. Não posso também deixar de salientar a disponibilidade manifestada pelo Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores bem como todos os Grupos Municipais, na participação que tiveram, uma participação ativa em todos os colóquios. Penso que esses colóquios, foram talvez das realizações mais gratificantes do programa. Uma palavra também para as Direções das Escolas que foram de uma disponibilidade e colaboração total e que para além de terem contribuído para a exposição que houve de trabalhos escolares no RIV, elas próprias também fizeram exposições nas respetivas escolas. A terminar também uma palavra de agradecimento aos três jovens que foram selecionados pelas escolas, nomeadamente à Rafaela, ao Fábio e ao Luís. O Luís que interveio também na Sessão Solene e que fez uma intervenção com grande consciência dos problemas, mas também uma grande intervenção virada e com grande esperança em termos do futuro. Uma palavra final também de reconhecimento pelo trabalho, mas fundamentalmente pela disponibilidade a todos os funcionários, quer da Assembleia Municipal, quer da Câmara que nos ajudaram na organização. Informava também os Senhores Deputados que no dia 29 de maio vamos ter a IX edição da Assembleia Municipal Infantil e que, também informava que já foram solicitados pareceres e aqui, gostaria de transmitir aquilo que tem sido o acordo em termos de funcionamento de todos os Grupos Municipais. Tem havido sempre um grande consenso nas decisões e sempre que há eventualmente alguma dúvida, à acordo para se solicitar pareceres para se manter este processo de decisão. Por isso, foram solicitados dois pareceres que aguardamos, um que tem a ver com as substituições dos Membros e outro que tem a ver também com uma situação que também é dúbia, que tem a ver com a participação, não de quem tem a representação que aí o Presidente está perfeitamente definida a sua representação, mas os Membros da Assembleia Municipal, que muitas vezes em questões de trabalho, de reuniões, também qual é o direito ou não à justificação desta falta perante em questões de trabalho, quando muitas vezes têm por exemplo qualquer reunião e vão em trabalho da Assembleia a justificação dessa falta. São pareceres e por isso, há este acordo de que sempre que necessário, solicitar essas situações. Informava também que irão haver mudanças no funcionamento da Assembleia Municipal que já foram apreciadas na reunião havida no dia 12 de março, entre todos os Grupos Municipais e também aqui pedia alguma compreensão da vossa parte, hoje é o primeiro dia em que vamos ter essas mudanças e que passam fundamentalmente, como já constatarem, foram retiradas três filas de cadeiras e por isso a Assembleia já começa a ficar adequada ao que vai ser o futuro. O futuro vai no fundo ter esta disposição e por isso, o projeto já está em fase final de elaboração e por isso irá ficar com um desenho

relativamente diferente. Em relação ao funcionamento atendendo que por Lei, há a necessidade de registar as votações com a clara identificação dos Membros presentes, para facilitar o funcionamento do Plenário, foi decidido em reunião com todos os Grupos Municipais, que os Membros teriam lugar fixo. No fundo, foi este o pedido de um lugar fixo. Este caso já acontece, na maioria dos casos, já todos têm um lugar, por natureza já quase todos se sentam da mesma maneira, mas a partir de agora era esse lugar fixo. Isto para facilitar a leitura por parte da Mesa, das votações. O registo das votações também será feito individualmente para cada votação, deliberação, segundo um modelo que ficará anexo à votação e que terá a mesma divulgação que a deliberação ou seja, a forma como cada Membro da Assembleia Municipal irá votar terá a mesma divulgação *online*, como está, de acordo com a deliberação e por isso, já foi enviado esse modelo e por isso haverá sempre abstenção, a votação a favor, contra ou ausente. Por isso, as ausências também serão do conhecimento porque tem de ser assim de acordo com a Lei. As ausências de votações também serão do conhecimento público. Temos aqui a Ata da Sessão Ordinária de 28 de fevereiro de 2014 para apreciar e votar e por isso questionava se em relação a esta Ata algum dos Senhores Deputados tem alguma questão a colocar. Não havendo nenhuma solicitação do uso da palavra, colocava-se à votação Quem vota contra? Quem se abstém? Há duas abstenções. Quem vota a favor? *Aprovada com trinta e nove votos (39) votos a favor e duas (2) abstenções.*-----

Iríamos iniciar o Período Antes da Ordem do Dia. Já temos aqui todas as intervenções e por isso dava a palavra ao Deputado Paulo Pereira.-----

----- **TRÊS – O SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PPD/PSD):** Muito bom dia. Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Secretário, Senhora Secretária, Senhor Presidente do Executivo Municipal, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Membros da Assembleia Municipal, Comunicação Social e Público presente. A diversidade cultural é o principal património da humanidade, bem como um aspeto identitário de uma região. As políticas culturais devem promover esta identidade cultural, sem no entanto deixar de estimular a diversidade cultural, a criatividade e a participação, pois a cidadania ativa está associada à prática e à promoção da cultura.-----
O investimento em equipamentos culturais tem que ser acompanhado pelo desenvolvimento cultural dos municípios, sendo o equipamento um meio para atingir um fim, devendo ser sustentado pela educação pública para o consumo das formas de cultura contemporânea, aliada à redescoberta das mais tradicionais, já integradas nas comunidades.-----

Assim, o desenvolvimento cultural deve resultar da cooperação entre responsáveis culturais, com o desenvolvimento de projetos e de experiências partilhadas.-----

Além disso, este desenvolvimento cultural induz também o crescimento, sendo um fator de coesão económica, social e territorial.-----

As autarquias têm assim um papel central na implementação da cultura e do desenvolvimento a ela associado, através da criação de estratégias de promoção de ações, de mediação entre os agentes culturais e os interesses da sociedade, da mobilização da comunidade, prosseguindo o objetivo da estimulação do mercado cultural e conseguindo também o fomento do desenvolvimento. A autarquia de Viseu demonstra vontade política, dedica recursos institucionais e disponibilidade orçamental para levar a cabo este desígnio.-----

A produção cultural em Viseu é acessível a um público amplo e está aberta à entrada de agentes, desempenhando o Município um papel essencial no desenvolvimento de uma “política de eventos” para a democratização da cultura, para o que é relevante a formação e também a associação das práticas culturais à educação. São também importantes os planos estratégicos para o desenvolvimento cultural, que incluem parcerias na planificação, definição de objetivos, avaliação de projetos e o trabalho em rede da Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, Associações, Empresas, Igreja, Escolas, Criadores,

Artistas, Universidades e Centros de Investigação. Os canais de divulgação das atividades culturais permitem depois fazer chegar as ofertas culturais ao conhecimento dos munícipes.-----

Temos já vários exemplos práticos de concretizações da promoção cultural pela autarquia. A Semana Santa, que além de uma Orquestra, um Coro Sinfónico e um Concerto para Flauta, é constituída pela Via Sacra, que pode colocar o turismo religioso como uma forma de atração de turistas à região de Viseu. A “Festa do 2 de Maio” celebrará os 135 anos do mercado com a invocação da chegada vitoriosa das tropas liberais, lideradas pelo Primeiro Duque da Terceira. O Dia Mundial do Livro, comemorado na Biblioteca Municipal D. Miguel da Silva a 23 de abril que levou livros e contos ao público infanto-juvenil. Também o Cine Clube de Viseu lançou uma sessão especial de comemoração do 25 de abril. Finalmente, o programa cultural “Viseu Primavera 14”, que inclui mais de 100 eventos entre os quais (50 concertos, 30 peças de teatro e 12 exposições, entre outros), conta também com o Festival de Música da Primavera, Teatro, Festas Populares, Cavalhadas e Exposições, espetáculos que são abrangentes, que vão da música erudita às marchas populares, não esquecendo os vinhos do Dão, com a iniciativa “Viseu & Vinho do Dão Festa”, eventos que, no seu conjunto e é importante frisá-lo apresentam a mais-valia de envolverem 21 parceiros. Por todas estas razões, Viseu é um destino atrativo para a comunidade e visitantes, todas estas razões contribuem também para transformar Viseu num polo cultural importante do País e portanto, contribuem para continuar a fazer de Viseu a Melhor Cidade para Viver. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Dava a palavra à Senhora Deputada Lúcia Silva.-----

----- **QUATRO – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS):** Muito bom dia. Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores funcionários, Público em geral, Comunicação Social.-----

O Partido Socialista insiste em exprimir a sua preocupação relativamente à designação dos representantes do município no Conselho Geral dos Agrupamentos de Escolas Viseu Norte e Viseu Sul. O Conselho Geral dos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas elegem o seu respetivo diretor. Dos 21 elementos do Conselho geral dos citados agrupamentos, o representante da autarquia pode ir até três elementos. Segundo o decreto-lei nº 137/ 2012 e passo a citar, “*os representantes do município são designados pela câmara municipal podendo esta delegar tal competência nas juntas de freguesia.*”-----

Começando pelo Agrupamento de Escolas Viseu Norte, situado em Abraveses, este agrupamento agregou com o agrupamento de Escolas D. Duarte, Vil de Soito. Recebe alunos da União das Freguesias de S. Cipriano / Vil de Soito, assim como das Freguesias de Calde, Ribafeita, Lordosa, Campo e Abraveses.-----

Neste sentido, não compreendemos qual o critério político que o Senhor Presidente da Câmara utilizou ao substituir, após as eleições autárquicas, o Presidente da Junta de Abraveses, note-se, ex-militante do PSD e eleito como independente nas últimas eleições autárquicas, pelo Presidente da Junta da Freguesia do Campo.-----

A Freguesia de Abraveses tem um maior número de alunos a frequentar o referido agrupamento, desde o pré-escolar, até ao 1º, 2º e 3º CEB. Relativamente ao Agrupamento de Escolas Viseu Sul, que resultou da agregação do Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique / Repeses e do Agrupamento de Escolas D. Luís de Loureiro de Silgueiros. Das 33 turmas do 2º e 3º Ciclos que o referido Agrupamento de Escolas tem, catorze funcionam na escola D. Luís de Loureiro de Silgueiros. No que respeita ao Pré - escolar e 1º CEB, Silgueiros tem 4 escolas do 1º CEB e 4 escolas do Pré – escolar; a União das Freguesias de Vila Chã de Sá, /Fail; de Ranhados; Repeses/S. Salvador e de S. João de Lourosa têm duas escolas cada freguesia de cada nível de ensino, Pré-escolar e 1º CEB.

Neste sentido, não compreendemos qual o critério político utilizado pelo Senhor Presidente de Câmara ao designar três Presidentes de Junta para o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Viseu Sul, sendo eles o Presidente de junta de S. João de Lourosa; de Ranhados e de Repeses/S. Salvador todos eles do PSD, ficando assim de fora o Presidente que tem o maior número de alunos na sua freguesia que é o caso do Presidente da Junta de Silgueiros, que por vontade dos seus eleitores, deram a vitória a um Presidente que representa o Partido Socialista.-----

Olhando para estas freguesias constatamos que Silgueiros tem menos eleitores do que Ranhados, Repeses /S. Salvador e S. João de Lourosa, por seu lado a freguesia de Abraveses tem mais eleitores do que a Freguesia do Campo, Ribafeita, Lordosa e de Vil de Soito/S. Cipriano. Depreendemos assim, que houve dois pesos e duas medidas para a designação dos representantes da autarquia nos conselhos gerais dos referidos agrupamentos de escolas. Quer o pré-escolar quer o 1º CEB são da responsabilidade da autarquia e juntas de freguesia, ao nível das infraestruturas e materiais de apoio escolar.-- Deste modo, faz todo o sentido que a freguesia responsável por assegurar todos estes equipamentos esteja representada no Conselho Geral. Contudo, e atendendo ao acordo recentemente assinado de delegação de competências do Município com a Assembleia de Freguesia, de Abraveses, e segundo as recentes notícias irão ser assinados mais três, com freguesias ainda desconhecidas. Acordo esse que serve para as juntas de freguesia gerirem o dinheiro na limpeza de vias públicas, fazerem a manutenção de espaços verdes, envoltentes aos estabelecimentos de ensino, bem como à realização de pequenas obras.-----

Esta assinatura do protocolo “parece uma barriga de aluguer”, pois os presidentes que pagam não são os presidentes que participam na tomada de decisão de um órgão extra junta de freguesia. A isto, Senhor Presidente de Câmara, chama-se descriminação política. “*A mulher de César não basta ser, também é preciso parecer*”.-----

O Partido Socialista espera que o Senhor presidente paute a sua ação de Presidente da Câmara pelos valores de transparência e isenção, aliás, que tanto tem propagandeado.----- Aqui está uma boa maneira de se distanciar do seu antecessor Presidente de Câmara. Esperamos que seja realmente isento, que seja presidente de todas as freguesias de igual forma, independentemente da cor política que possa ter o Presidente de Junta. Pois os eleitores e os seus habitantes todos pagam os seus impostos de igual forma. Se ao nível da política de impostos são todos cidadãos, também seria bom que ao nível de obras e de todas as ações políticas a Câmara Municipal, o seu Presidente e seus Vereadores não fizessem diferenças, não descriminassem. Relembro, Senhor Presidente, e uma vez que ainda recentemente comemoramos os 40 anos de Abril que se mantenham vivos esses ideais, o da liberdade, igualdade e fraternidade. É preciso credibilizar a política, e cabe, a quem tem essas responsabilidades, de o fazer. Os cidadãos atualmente já não aceitam a demagogia política, os cidadãos querem transparência e equidade na gestão da coisa pública. Os cidadãos percebem que o Senhor Presidente da Câmara fala em transparência e equidade na sua ação, mas os casos de Silgueiros e Abraveses são o corolário de uma partidarite que nem respeita o voto popular, nem a objetividade dos factos. Uma coisa, Senhor Presidente, é a publicidade, outra a realidade, uma espécie de “olha para o que eu digo, mas não olhes para o que eu faço”. O ataque que promoveu contra as populações de Abraveses e Silgueiros, o desrespeito pelos seus eleitos, mostram o íntimo do Presidente da Câmara e o que vemos não é bonito, nem o ilustra. Tenho dito.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Pediu a palavra o Senhor Deputado Pedro Alves.-----

----- **CINCO – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):** Obrigado Senhor Presidente. Umas breves palavras para esta intervenção, que achei acima de tudo insultuosa e depois com um desconhecimento ou com uma interpretação da Lei que me parece um bocadinho duvidosa. Os representantes no Conselho de Escola, são os representantes da Câmara Municipal, não são das Juntas de

Freguesia. Isso é preciso que se entenda porque está claramente demonstrado na Lei. Depois, falou aqui e disse muito bem, que se trata de um critério de natureza política, não fosse ele outra coisa até porque a confiança que os Viseenses depositaram, foi no Executivo do PSD, não foi no Executivo do Partido Socialista certamente e se para representar o Executivo Municipal e a representação é da Câmara nesses conselhos, não é das Juntas de Freguesia, naturalmente que tinham que ser pessoas ou que devem ser pessoas que mereçam essa mesma confiança política. Ou acha que não deveria ser assim. Mais, não vejo aqui os Senhores Presidentes da Junta dessas Freguesias a demonstrarem que têm um tratamento desigual relativamente a obras ou a outro tipo de competências ou outro tipo de contratos que tenham sido feitos. Estamos a falar de representação da Câmara Municipal e não das Juntas de Freguesia nesses conselhos. Isto é importante que fique clarificado e fez-se aqui nada mais nada menos do que um cumprimento da Lei. É só isto.-

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Tem a palavra o Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho.-----

----- **SEIS – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA DE RIBEIRO CARVALHO (PS):** Senhor Presidente da Mesa, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. O Senhor Deputado Pedro Alves vai desculpar, mas o que o Senhor disse é pura demagogia. A situação é extremamente clara. Incumbem-se as freguesias, por exemplo de limpar à volta das escolas, mas não se incumbe o Presidente da Junta de pertencer ao órgão que define a situação da escola. Não venha com essa história do abanar que para mim não me diz nada. A situação é extremamente clara. As Juntas de Freguesia que são responsáveis pelo enquadramento da escola, pela limpeza da escola, pela segurança das crianças e não têm uma palavra a dizer relativamente ao funcionamento das escolas quando são maioritárias. É isso que o Senhor quer dizer? Esse é o critério político? Desculpe mas a gente não pode aceitar isso.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Tem a palavra o Senhor Deputado Manuel Teodósio.-----

----- **SETE – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Público presente e Comunicação Social. Vamos lá ver, é por ser se calhar ainda muito cedo, o Partido Socialista está com dificuldade de perceber as coisas. O legislador se quisesse que os representantes fossem os Presidentes de Junta, teria lá colocado, como pôs em muitas outras legislações. O que lá está é a representação da Câmara. Por acaso, por mero acaso, os representantes da Câmara têm sido por opção de cada Executivo Presidentes de Junta, mas não têm que ser Presidentes de Junta, pode ser uma outra qualquer pessoa da confiança do Executivo. Então os Senhores querem agora que os Senhores Presidentes de Junta sejam da nossa confiança e do Executivo. Dê tempo que se calhar daqui a alguns meses mais, se calhar até passam a ser. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Tem a palavra a Senhora Deputada Lúcia.-----

----- **OITO – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS):** Senhor Presidente, permita-me que passe à frente dos cumprimentos. Eu apenas vinha aqui esclarecer e portanto, eu compreendo a posição dos Senhores Deputados do PSD. Enfim, demagogia e não querem ver aquilo que está bem claro na Lei. Aquilo que eu disse e pelos vistos quem não esteve atento ou quem está ainda ensonado devem ser os Senhores, porque aquilo que eu disse foi muito claro. Segundo o Decreto-Lei n.º 137 e passo a citar, “*os representantes do Município são designados pela Câmara Municipal, podendo esta delegar tal competência nas Juntas de Freguesia*”. Portanto, quem esteve no Conselho Geral? Sempre os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia. É lógico que, sendo os Presidentes de Junta das respetivas Freguesias aqueles que vão fazer

as suas obras, é lógico que quem deverá lá estar serão esses. Meus caros Senhores, “à mulher de César não basta ser, também é preciso parecer”. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Para continuarmos, dava a palavra ao Senhor Deputado do CDS Fernando Figueiredo. Não? Senhor Deputado Carlos Cunha.-----

----- **NOVE – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA (CDS/PP):** Senhor Presidente da Mesa e restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara e restantes Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e estimado Público. A todos o meu muito bom dia. Eu, sobre esta questão das escolas nem era para vir falar, porque tenho aqui outro assunto. Mas, recordava que a politização das escolas, foi feita no tempo da Maria de Lurdes Rodrigues, é que, até esse tempo a escola era dirigida por professores, e pelos professores e para os alunos. A partir da antiga Ministra de Educação Maria de Lurdes Rodrigues, é que houve esta história do Conselho Geral. É preciso que as pessoas tenham memória, que houve esta politização da educação através da entrada das Associações digamos assim, públicas nas escolas. Por isso, é assim, às vezes nós temos que ter memória e temos que defender as coisas tais como elas são. Não podemos querer que de um lado que as escolas sejam dos professores, dos alunos e da comunidade educativa e do outro querer politizá-la através da entrada dos Presidentes de Junta nos Conselhos Gerais. Por isso fica aqui o meu reparo. Agora, passarei à minha intervenção.-----

O Parque Urbano da Radial de Santiago foi criado para aí se instalar a Feira Semanal, no entanto, com o decorrer do tempo, o anterior Executivo Camarário concluiu que aquele espaço devia ser utilizado para outros fins que não a instalação da Feira Semanal. Foi-se esbatendo assim a ideia da Feira Semanal se transferir para o Parque Urbano da Radial de Santiago. Porém mantêm-se os constrangimentos com trânsito, uma vez que se continua a permitir o estacionamento nas faixas de rodagem, facilitando a vida aos feirantes, mas dificultando a vida dos automobilistas que ali transitam todas as terças-feiras, incluindo os veículos que por ali têm de passar em missões de socorro.-----

Aplaudimos a iniciativa camarária de ligar a Ecopista ao Parque da Radial de Santiago. Esta ligação será uma mais-valia e trará, certamente, mais gente ao Parque Urbano da Radial de Santiago, o que é sempre de salutar, assim como enaltecemos o cuidado manifestado com os espaços verdes ali existentes.-----

Mas sobre este espaço temos a dizer que o mesmo necessita de alguns melhoramentos, que aqui relembramos, embora saibamos que em seis meses nem tudo se pode fazer e que já muito foi feito, mas aqui fica o nosso reparo. Então, é necessário para aquele espaço, a construção de um verdadeiro Parque Infantil, que está projetado, mas que tarda em ver a luz do dia, dotado de equipamentos adequados às crianças, uma vez que a gigantesca caixa de areia que ali se encontra instalada para pouco ou nada serve. É necessária também a retificação do piso do campo de basquetebol, que está bastante desgastado e uma definição quanto aos candeeiros que foram alvo de vandalismo, é que, passado um ano desses repudiáveis atos, ainda se encontram na mesma. Sobre estes importa assim que os serviços tomem uma decisão: ou mandam-nos substituir ou retirar definitivamente, uma vez que tal como se encontram dão um ar de abandono e de desleixo. Defendemos ainda a ideia de que é necessário reforçar a capacidade de iluminação dos postes existentes no interior do recinto, de modo a que as pessoas que ali se deslocam à noite o possam fazer sem receio, assim como seria interessante sobretudo nos meses de Verão, quando se regista uma maior afluência de pessoas, haver um policiamento de proximidade, de modo a transmitir maior segurança a quem ali se desloca. Defendemos que é necessário requalificar também, o café e a esplanada existentes naquele espaço, de modo a torná-los num espaço apazível, moderno e com bom gosto, coisa que falta ao espaço atualmente ali instalado, que mais parece um contentor. Parece ou é.-----

Por último, seria importante instalar no Parque da Radial de Santiago um espaço com Internet ou em alternativa disponibilizar o seu acesso livre, de modo a que quem ali se desloca em passeio possa usufruir de todas as vantagens das novas tecnologias.-----
Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Dava a palavra ao Deputado Vieira.-----

----- **DEZ – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Senhor Presidente da Mesa, restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Público e Comunicação Social presente. Tenho aqui uma Moção, aliás duas que vou passar a ler:-----

-----**MOÇÃO - CONTRA A REFORMA DA REDE HOSPITALAR**-----

Considerando que:-----

1 – No dia 10 de abril foi publicada a Portaria n.º 82/2014 que divide os hospitais do Estado em quatro grupos e que se traduz numa diminuição de valências em muitos hospitais, sobretudo nos que se situam no interior do país;-----

2 – Esta reforma já foi posta em causa pelo bastonário da Ordem dos Médicos que a ela se referiu desta forma: “Parece-nos que o Ministério da Saúde está a fazer uma profundíssima reorganização sem estudo prévio e avaliação das consequências”; e o próprio presidente do Conselho Nacional para a Qualidade em Saúde criticou o documento por e cito “concentrar a resposta pública às populações” de algumas regiões “em hospitais que já têm listas de espera significativas”.-----

3 – No Centro Hospitalar de Tondela/Viseu, a aplicação deste diploma, ao que tudo indica já que foi incluído no Grupo II que exclui, entre outras especialidades, a de cirurgia pediátrica, implicará o fecho deste serviço que ao longo dos anos se tem afirmado pela excelência do seu trabalho, obrigando os utentes do distrito a deslocarem-se ao Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra;-----

4 – Não está afastada a hipótese de encerrarem outras valências do Centro Hospitalar Tondela-Viseu, uma vez que esta Portaria sujeita a avaliação todas as especialidades do Grupo II consideradas não obrigatórias;-----

5 – Por outro lado, conforme denunciado pública e recentemente pela Direcção-Regional da Beira Alta do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, verifica-se uma grave falta de enfermeiros no Centro Hospitalar Tondela-Viseu, devido a despedimentos e saídas para aposentação e emigração. Apesar da recente contratação de 16 enfermeiros, incluindo alguns dos 8 dispensados em Janeiro, com contrato a termo, e mesmo com a contratação de mais cerca de 50 enfermeiros, cuja aprovação o Conselho de Administração já solicitou à tutela, faltam ainda 34 contratos. A precariedade laboral e o défice de profissionais em muitos serviços, provoca uma sobrecarga de trabalho nos enfermeiros, com eventuais danos para a sua saúde física e psicológica, o que não pode deixar de se refletir na qualidade dos cuidados prestados aos doentes.-----

A Assembleia Municipal de Viseu, reunida em sessão ordinária em 28 de Abril de 2014, delibera:-----

1 – Manifestar ao senhor Ministro da Saúde a indignação dos viseenses com o eventual encerramento, por força da aplicação da Portaria n.º 82/2014, da especialidade de Cirurgia Hospitalar no Centro Hospitalar Tondela-Viseu, considerada de excelência;-----

2 – Manifestar ainda ao senhor Ministro da Saúde a preocupação dos viseenses com a manifesta insuficiência de enfermeiros verificada no Centro Hospitalar Tondela-Viseu.-----
Passaria a ler a segunda Moção.-----

-----**MOÇÃO – CLASSIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO DE ARTE NOVA**-----

Considerando que:-----

1 – Viseu é dos concelhos que tem menos imóveis classificados. Mesmo muitas igrejas não estão ainda classificadas. Isso permite toda a sorte de atropelos ao património histórico-

artístico da cidade, o que para além das perdas muitas vezes irreparáveis para o município, pode pôr em causa o desígnio de candidatar o centro histórico a Património Mundial da Unesco;-----

2 – A ausência de classificação do património edificado tem levado a que paulatinamente se venha a delapidar uma herança arquitetónica de elevado valor artístico, substituído, a maior parte das vezes, por edifícios incaracterísticos e de gosto duvidoso, sem qualquer enquadramento arquitetónico, como é evidente no caso do prédio do antigo Banco Nacional Ultramarino, na Rua Formosa, ou a construção do Centro Comercial Ecovil, na Rua Dr. Luís Ferreira, aqui devido a um incêndio, ou ainda o caso do Edifício Avenida, um mamarracho na Avenida Emídio Navarro, edificado no espaço onde foi demolido o Teatro Avenida, uma das mais belas salas de espetáculos do nosso país;-----

3- No princípio deste século, os viseenses assistiram, impassíveis ou impotentes, embora houvesse quem alertasse para o crime de lesa-património, às sucessivas demolições, sendo a última em 2005, de um grande número de prédios estilo Arte Nova na Rua Cândido dos Reis, onde as fachadas decoradas com azulejos, que refletiam o céu e a luz do Sol, adquiriam um ritmo e luminosidade invulgares, o que constituiu uma perda irreparável no património arquitetónico da nossa cidade;-----

4 – Apesar de alguma descaracterização, incluindo a substituição dos candeeiros em ferro fundido, estilo Arte Nova, a Rua Dr. Luís Ferreira, mais conhecida pela designação Rua do Comércio, distingue-se ainda por um conjunto de elementos arquitetónicos, nomeadamente na azulejaria, na cantaria e no ferro forjado, típicos do Movimento Arte Nova, estilo do fim do século XIX e início do século XX, caracterizado por elementos vegetalistas estilizados, linhas ondulantes, volutas e ornamentos florais, inspirado na natureza, na arte japoneses e na arte céltica, símbolo da ascensão social de emigrantes que fizeram fortuna no Brasil ou nas colónias, e de uma alta burguesia comercial ou industrial.-----

5 – O anterior executivo municipal, no seu último mandato, alertado para o estado de degradação dos prédios da Rua do Comércio, que durante algum tempo ficou quase sem moradores, chegando a ter apenas um apartamento habitado, adquiriu dois edifícios; no entanto, sendo os outros de propriedade particular nada garante que seja consumada qualquer intervenção descaracterizadora, tanto ao nível das fachadas como dos interiores. É o que poderá acontecer no prédio com o nº de porta 70, que está à venda, onde, desde 2008 até meados do ano passado, se encontrava sedeada, no rés-do-chão, a “Rústica”, loja de decoração e utilidades para o lar, propriedade de Rosária Nascimento, que teve o cuidado de restaurar os tetos de estuque, fechaduras e puxadores de origem, e recuperar caixilharias, prateleiras e meia dezena de balcões em boa madeira de castanho, com desenhos geométricos, bem como restaurou os lindíssimos vitrais das portas interiores e exteriores, com letras geometrizadas ao estilo “Art Déco” (movimento popular internacional de design dos anos vinte e trinta do século XX, que misturou vários estilos, incluindo o cubismo e a Arte Nova), da primitiva Sapataria Elegante, elementos decorativos que sobreviveram ao trespassse para a Cooperativa dos Funcionários Cívicos, e, posteriormente para mercearia e frutaria, e que, sobretudo depois de restaurados, fazia as delícias de turistas nacionais e estrangeiros que não deixavam de pedir licença para fotografar o interior, exemplar único em Viseu e um dos raros ainda existentes em Portugal; (repito Senhor Vereador, um dos raros ainda existentes em Portugal).-----

A Assembleia Municipal de Viseu, reunida em sessão ordinária, em 28 de Abril de 2014, delibera:-----

Propor a classificação como Património de Interesse Municipal do conjunto arquitetónico de estilo Arte Nova da Rua Dr. Luís Ferreira (Rua do Comércio), o prédio da Avenida Alberto Sampaio, nº 52 e 52ª, e os prédios da Rua Cândido dos Reis nº 6 e nº 8, bem como dos edifícios deste estilo na Rua Direita (antiga sede do Orfeão de Viseu), já propriedade do município, com belíssimos painéis de azulejos policromados de padrão vegetalista no interior.-----

Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Estão em discussão estas duas Moções. Vamos então discutir a Moção sobre a reforma da rede hospitalar. Dava a palavra quer à CDU quer ao PS.-----

----- **ONZE – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Os meus cumprimentos a todas as pessoas aqui presentes e desejar um muito bom dia a todas e a todos. Pois não podemos estar mais de acordo com o que aqui foi apresentado relativamente ao Centro Hospitalar. Mesmo porque trago também uma *“Moção Contra o Encerramento da Cirurgia Pediátrica no Centro Hospitalar Tondela Viseu”*.-----

A publicação da Portaria nº 82/2014 de 10 de Abril, ao classificar o Centro Hospitalar Tondela Viseu EPE, integra-o no Grupo que “Não exerce as valências de farmacologia clínica, genética médica, cardiologia pediátrica, cirurgia cardio-torácica e cirurgia pediátrica;”. Trata-se de uma portaria publicada sem que tenham sido ouvidos os parceiros, nomeadamente as associações profissionais, os utentes, o poder local e mesmo (passe-se) a Assembleia da República.-----

Fica assim claro que, a ser aplicado o estipulado neste normativo legal, a região de Viseu perderá uma valência de grande relevância, verá desmantelado um serviço de saúde que funciona bem, dotado de profissionais dedicados e cientificamente bem-sucedidos e delapidado um património inestimável de experiência humana.-----

Além disso, não fica afastada a possibilidade de outros serviços poderem encerrar, diminuindo o acesso das populações aos cuidados a que têm direito.-----

A tudo isto acresce a grave carência de enfermeiros, reconhecida pela própria administração deste Centro Hospitalar, que acarreta a possibilidade de cancelar cirurgias programadas, e põe fortemente em causa a qualidade dos serviços prestados.-----

Por se tratar de uma situação de interesse primordial para todos os municípios, os Deputados presentes nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viseu, decidem:--

- Solicitar ao Governo que não ignore a opinião de todos os parceiros implicados neste processo;-----

- Tomar posição contra o encerramento do serviço de Cirurgia Pediátrica no Centro Hospitalar Tondela-Viseu, EPE;-----

- Propor à Câmara Municipal de Viseu que se oponha a este encerramento;-----

- Apelar aos Deputados, nomeadamente aos que foram eleitos pelo distrito de Viseu, para que, na Assembleia da República, assumam iniciativas que contrariem o referido encerramento;-----

- Exigir ao Governo que tome medidas no sentido de suprir a grave carência de enfermeiros verificada naquele centro hospitalar.-----

Estarei naturalmente disponível para fundir esta Moção com as que vierem ainda a ser discutidas.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA –** Dava a palavra ao Partido Socialista.-----

----- **DOZE – A SENHORA DEPUTADA ADELAIDE JOANA DA SILVA MODESTO (PS):** Bom dia. Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa e respetivos Membros, Senhor Presidente da Câmara e demais Membros do Executivo, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas Municipais, Meus Senhores e Minhas Senhoras. No seguimento quer da Moção do Bloco de Esquerda quer da CDU, o PS vem aqui expor as suas questões em relação a este assunto.-----

O Serviço Nacional de Saúde é um direito fundamental da Constituição da República Portuguesa assente na promoção da saúde, prevenção da doença e cuidados de proximidade, bem como, um dos pilares fundamentais do regime democrático, uma conquista social, que recente e solenemente exortamos como uma das *“portas que Abril abriu”*. É um fator determinante na coesão social mas também de progresso, pelo que, as

estratégias e políticas de saúde devem ter como prioridade a diminuição de desigualdades e assimetrias minimizando diferenças sociais e regionais. A recente publicação, em 10 de abril, pelo Governo PSD/CDS-PP da Portaria n.º 82/2014, veio “estabelecer os critérios que permitem categorizar os serviços e estabelecimentos do SNS, em grupos de I a IV, de acordo com a natureza das suas responsabilidades e quadro de valências exercidas, o seu posicionamento na rede hospitalar e proceder à sua classificação.”-----

Não é despropositada a escolha deste instrumento jurídico, ela resulta de uma recorrente opção política deste Governo: a da fuga ao diálogo, à discussão e negociação do seu conteúdo, com aqueles que melhor conhecem a realidade, as associações profissionais, os utentes e o poder local, optando por não promover a necessária articulação entre as diversas respostas.-----

Desconhece-se qual a fundamentação para as medidas contidas na portaria 82/2014, qual a base técnica, os critérios, que metodologia ou estudos presidiram à sua implementação e que impactos terá para as populações em termos assistenciais.-----

A publicação da presente portaria resulta de um processo pouco transparente e representa clara e inequivocamente a política do facto consumado. Mas vai mais longe: a sua implementação decorre até dezembro de 2015, cumprindo-se para lá do atual mandato.---

Os seus objetivos (diga-se malfeitorias) não se centram em questões de racionalidade, nem em critérios de base populacional e complementaridade da rede hospitalar para a prestação de cuidados de saúde de elevada qualidade e proximidade, trata-se, isto sim, de “corte hospitalar”, um programa de extinção, com o encerramento arbitrário de serviços, abandono de equipamentos recentes, com meios tecnologicamente avançados e de elevada qualidade assistencial, com a mobilidade forçada e o despedimento dos profissionais de saúde, com a diminuição da capacidade de formação dos novos profissionais, com o encerramento de maternidades, com a criação de condições favoráveis à franca expansão do sector privado alicerçada nos subsistemas de saúde tudo com a diminuição da capacidade de resposta do Serviço Nacional de Saúde e o seu consequente desmantelamento.-----

Esta portaria que categoriza unidades hospitalares tem repercussões em todo o território nacional e Viseu não é dela exceção.-----

O Centro Hospitalar Tondela-Viseu insere-se no Grupo II e, de acordo com o art.2º alínea b) iv. do já citado diploma nesse grupo as instituições não exercem as valências de farmacologia clínica, genética médica, cardiologia pediátrica, cirurgia cardiotorácica e cirurgia pediátrica.-----

O concelho, e a população servida pelo Centro Hospitalar Tondela- Viseu temem, assim, que a valência da cirurgia pediátrica aqui existente seja concentrada num outro equipamento hospitalar. E não há racionalidade que explique esta opção, este novo ataque ao interior que acelera a desertificação. Não existem políticas de natalidade na “Cidade-Região” se nos incentivos à fixação de famílias se somar mais esta perda de cuidados prestados às crianças e jovens.-----

A decisão governamental é irresponsável, pouco coerente com alguém que tem obrigação e afirma conhecer a realidade social e económica do país;-----

O Governo PSD/CDS, propalando o planeamento estratégico e a operacionalização da oferta de cuidados de saúde hospitalares cava fundo a maior das desigualdades, dificultando aos utentes a acessibilidade aos cuidados de saúde constitucionalmente garantidos e prejudica claramente os utentes do Centro Hospitalar Tondela-Viseu.-----

Neste seguimento e “PELA MANUTENÇÃO DA CIRURGIA PEDIÁTRICA NO CENTRO HOSPITALAR TONDELA- VISEU” apresento a presente Moção.-----

- Considerando que, o Serviço Nacional de Saúde é um direito fundamental, pilar do regime democrático, conquista social, assente na promoção da saúde, prevenção da doença e cuidados de proximidade, fator determinante na coesão social e do território mas também de progresso,-----

- Considerando que, as estratégias e políticas de saúde devem ser transparentes, concertadas, inclusivas e priorizar a diminuição de desigualdades e assimetrias minimizando diferenças sociais e regionais,-----
 - Considerando que, a reforma do Sistema Nacional de Saúde deve ser feita ouvindo as autarquias, interlocutores por excelência junto das populações, na disponibilidade de unir esforços e criar sinergias ao serviço daqueles que representam e servem,-----
 - Considerando que, a atual gestão do sector da saúde está a comprometer significativamente a qualidade de cuidados prestados aos cidadãos, com o desmantelamento dos serviços de saúde, assente em decisões à porta fechada, descurando a audição de associações profissionais, utentes e poder local, sem ter em consideração que estes factos implicam uma relação direta na condição de saúde, doença ou vida das pessoas.-----
 - Considerando ainda que o desmantelamento da cirurgia pediátrica no Centro Hospitalar Tondela-Viseu representará graves consequências para o Concelho de Viseu, para os profissionais desta unidade, para os utentes, e para o acesso a cuidados de saúde, a Câmara Municipal de Viseu não pode pactuar com esta decisão inaceitável devendo, por isso, tomar uma posição clara e firme em defesa do Serviço Nacional de Saúde e das valências do Centro Hospitalar Tondela-Viseu, nomeadamente da cirurgia pediátrica.-----
- Neste sentido, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Viseu, na sua sessão ordinária, delibere, que:-----
- A Assembleia Municipal de Viseu, em conjunto com a Câmara Municipal manifeste a sua posição pela manutenção da cirurgia pediátrica no Centro Hospitalar Tondela-Viseu.-
 - Diligencie junto do Governo no sentido de garantir que a cirurgia pediátrica no Centro Hospitalar Tondela-Viseu não seja desmantelada;-----
 - Dê conhecimento da presente Moção ao Governo, ao Ministério da Saúde, à Assembleia da República, à Comissão de Saúde da Assembleia da República, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à Ordem dos Médicos, à Ordem dos Enfermeiros, à Direção Regional da Beira Alta, do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses e à Administração do Centro Hospitalar Tondela-Viseu.-----
- Faço minhas as palavra da Deputada da CDU e também eu estou disponível para fundir esta Moção com as demais aqui apresentadas.-----
- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigada Senhora Deputada. Há mais alguma intervenção? Deputada Pedro Alves.-----
- **TREZE – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):** Muito obrigado Senhor Presidente. Senhor Presidente da Câmara Senhores Vereadores. O PSD, também tem todo o gosto nas questões de saúde como noutras matérias de chegar a consensos das posições que esta Assembleia tome, uma vez que são questões que preocupam também os eleitos do PSD, são questões que dizem respeito ao bem-estar e à qualidade de vida das nossas populações, mas não embarcamos numa discussão aligeirada e de certa forma demagógica desta questão. Nós temos que diferenciar, primeiro não estamos aqui a discutir a portaria ou a reforma hospitalar. Penso que não estamos nenhum de nós habilitados para essa discussão. Em segundo lugar, relativamente aquilo que chamam serviço de pediatria da cirurgia pediátrica. Eu acho que ninguém teve o cuidado suficiente de perceber o que é que funciona efetivamente no Centro Hospitalar Tondela Viseu. Se existe ou não algum serviço de cirurgia pediátrica instalado. Eu gostava de saber se é isso que estamos a discutir, se têm noção do que é que existe ou do que é que havia. Mais, porque quando discutimos as questões relativas à de saúde na região de Viseu nomeadamente o Hospital de Viseu, que era um Hospital Distrital e que nós PSD, durante um Governo recente desde 2004, um Governo de coligação promovemos a Hospital Central, o primeiro Hospital Central do interior do País, reconhecendo claramente as valências existentes e em função da sua área de influência e aqui se calhar, alguém não leu atentamente a portaria e um dos critérios da

portaria prende-se claramente com o número de população abrangente do Hospital e diferencia claramente o I grupo do II grupo, o I grupo até setenta e cinco mil e o II grupo a partir dos quinhentos mil que é a nossa área de influência. Quem retirou a influência a este Centro Hospitalar, foi certamente a reforma do anterior Governo quando o Hospital Distrital de Lamego passou para o Centro Hospitalar de Vila Real, com os prejuízos que nós conhecemos para algumas populações do Distrito, mas isto não é para aqui chamado também, porque a referência passou a ser feita para Vila Real quando não há transporte e a referência devia ser feita para Viseu. Mas isso são contas de outros rosários. Aqui estamos a discutir neste momento esta valência de cirurgia pediátrica. E o que existe em Viseu e existiu durante muito tempo, foi apenas uma cirurgia pediátrica, não existia um serviço de cirurgia pediátrica. Neste momento, duplicámos inclusive a resposta com duas pessoas, duas cirurgiãs pediátricas a darem essa resposta. Porque o que está aqui neste diploma é considerar a cirurgia pediátrica um ato médico bastante diferenciado, de ponta e por isso é que está sediado nos Hospitais de Coimbra, de Lisboa, do Porto e o que Viseu consegue prestar é de certa forma esta unidade de cirurgia pediátrica que se vai manter e quem leu o diploma, quem lê a portaria percebe que se mantêm estas unidades a funcionar dentro de outros serviços, nomeadamente, esta unidade de cirurgia pediátrica deve manter-se a funcionar dentro do Serviço de Cirurgia Pediátrica e com isto é de certa forma o quê, de uma forma muito básica dizer que é funcionar de certa forma uma cirurgia pediátrica em termos gerais no Centro Hospitalar de Viseu que é o que temos e tudo o que for mais específico e mais diferenciado deve estar nos sítios onde isto possa ser feito de melhor modo. Vocês não estão recordados e certamente que estão porque vocês foram defensores dessa reforma do encerramento das maternidades, vocês recordam-se qual foi a base do encerramento das maternidades? Foi o facto de dizer, como estes profissionais faziam poucos atos, depois até eram capazes de perder a mão e como tal era importante concentrar esses atos em alguns hospitais e em algumas maternidades. Do mesmo modo que, esses serviços, são suficientemente diferenciados, são serviços de ponta e devem estar onde há profissionais melhor preparados e mais competentes. Não que os daqui não o façam, mas porque as ocorrências que aqui são feitas não são dessa natureza e que como tal, todas as outras mais diferenciadas têm tido resposta e têm sido encaminhadas. Nós não estamos a falar de nenhuma perda de serviço do Centro Hospitalar, porque não existe esse serviço de cirurgia pediátrica. Existe uma unidade de cirurgia pediátrica e isso vai-se manter. Mais, o que eu gostava de ter visto aqui, porque esta Assembleia Municipal ainda recentemente tomou posição sobre isso e não vi ninguém aqui fazê-lo é que esta mesma portaria prevê a criação e a instalação da Medicina Nuclear e da Radioterapia. Prevê e está previsto no Diploma, e se está previsto no Diploma vamos ter a garantia de que vai ser criado. Quando? Quando houver condições financeiras para o fazer. Nós não temos condições e sabemos que o País atravessa essas dificuldades, e por isso mesmo...e há mais valências que vêm para este Centro Hospitalar e se nós olharmos para o panorama nacional, o Centro Hospitalar de Viseu, relativamente à Região Centro, ou seja relativamente a outro hospital como o Hospital de Coimbra, passa a estar numa posição secundária. Ou seja, numa posição intermédia. Estamos bem classificados, estamos com as valências organizadas em função de uma hierarquia, duma complementaridade e de uma proximidade em função da área de abrangência populacional e que por isso mesmo eu gostava que daqui saísse um documento, onde nós pudéssemos também rever-nos, não nesta lógica de contestação de dizer que queremos, não queremos que vá embora, porque não podemos dizer que não se vá embora uma coisa que efetivamente não existe. O que nós queremos é que os serviços que são prestados no hospital se mantenham, que esta complementaridade exista e que não haja aqui nenhum alarmismo social. Eu acho que aquilo que se está a fazer é uma tentativa de alarmismo social, quando efetivamente não há necessidade para isso.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Deputado Fernando Figueiredo.-----

----- **CATORZE – O SENHOR DEPUTADO FERNANDO ANTÓNIO PEREIRA DE FIGUEIREDO (CDS/PP):** Senhor Presidente da Assembleia e demais Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara e demais Executivo, Senhores Deputados, Público presente e Órgãos de Comunicação Social. O CDS, na lógica do que aqui foi apresentado, de facto subscreve também esta ideia do Deputado Pedro Alves, de que sem alarmismos e de facto, estaremos disponíveis também para, junto do Governo reiterar a ideia de que aquilo que está bem no Hospital deve manter-se e aquilo que for possível melhorar naturalmente dentro das condições financeiras que o País atravessa, estaremos também disponíveis para apoiar essa mesma Moção.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Mais alguma intervenção? Deputado Vieira, segunda intervenção.-----

----- **QUINZE – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Então, porque depois pode haver alguém que se refira à outra Moção e depois perco o direito não é isso?-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Depois se houver mais alguma intervenção, tem direito a isso. Então, Deputada Elsa Lemos.-----

----- **DEZASSEIS – A SENHORA DEPUTADA ELSA MARIA DA COSTA LEMOS (CDS/PP):** Bom dia a todos. Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, respetivos Membros, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, e Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais, Comunicação Social e Público em geral. -----

É conhecida a preocupação do Executivo liderado por Vossa Excelência relativamente ao sector da Educação, procurando assegurar com igualdade o acesso à educação de todas as crianças e jovens do Município.-----

Registamos com agrado a proximidade com que acompanha as atividades...-----

- *O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:* Nós estamos ainda na discussão das Moções. Peço desculpa, já lhe dou a palavra está bem? Deputada Adelaide Modesto, queira intervir-----

----- **DEZASSETTE – A SENHORA DEPUTADA ADELAIDE JOANA DA SILVA MODESTO (PS):** Escuso-me a cumprimentar reiterando os cumprimentos que já haviam sido feitos, obrigada. Senhor Deputado Pedro Alves, de facto e pela leitura atenta da Moção que aqui apresento, verá que há aqui uma apresentação de Moção pela positiva, ou seja, pela manutenção e pela clarificação deste serviço. Serviço que existe efetivamente, ele existe efetivamente e de facto eu estranho é que primeiro se questione se haverá nesta sala pessoas habilitadas à discussão da portaria e depois se faça um elogio da mesma esclarecendo todos os demais. E portanto, eu compreendo, até porque a recusa na audição do Ministro da Saúde no âmbito da Comissão Parlamentar da Saúde chumbada quer pelo PSD quer pelo CDS/PP, há um ato em Lisboa existem outros de facto em Viseu.-----

Aquilo que aqui importa discutir e decidir é a vinculação desta Assembleia Municipal, é a vinculação do Município de Viseu às questões do hospital, às valências do Centro Hospitalar Tondela Viseu e não podemos brincar com a semântica. Não podemos brincar com a semântica quando se diz que as tecnologias de ponta serão concentradas. Aquilo que importa aqui dizer é que Viseu abdica de um serviço de excelência e que ele será colocado noutra valência hospitalar e são essas questões de saúde que aqui importa e eu reitero aquilo que aqui já disse, é que quando discutimos políticas de natalidade e de fixação de população temos que discutir obrigatoriamente a existência destes serviços naquela que é agora apelidada de Cidade Região. Se nós queremos fixar população em Viseu, temos que obrigatoriamente também, discutir estas valências que se perdem. Ainda por último, dizer que não queremos que a Cirurgia Pediátrica de Viseu, ao deslocalizar-se, ao perder-se esta valência se repitam os erros que já se fizeram com o Centro Oncológico.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigada Senhora Deputada. Eu ia aqui só clarificar uma situação até porque talvez até já permita a intervenção do Senhor Deputado Vieira, tem a ver com esta situação da Moção que para nós é uma proposta de Recomendação, mas acrescentava já uma situação. Entendemos que, de acordo com aquilo que tem vindo a ser seguido e que foi aceite e eu ia mais longe desde já. É assim, de acordo que foi o entendimento que foi aceite anteriormente, que tinha a ver com o parecer pedido na Associação Nacional de Municípios e que nunca foi questionado, em termos de Assembleia, é nosso entendimento que esta Moção é uma proposta de Recomendação porque, é competência própria do Município. Mas, é também entendimento da Mesa que este parecer e para de uma vez por todas ultrapassarmos esta situação e nos vincularmos todos a um processo de tutela administrativa, entendemos que é óbvio e é o meu entendimento e da Mesa que, um parecer dado pela Associação Nacional de Municípios, é meramente um parecer consultivo, não é vinculativo. Por isso, há disponibilidade da Mesa para solicitar um parecer vinculativo, um parecer sobre a interpretação desses factos em termos de tutela administrativa e porque também entendemos que o parecer da Mesa que nunca foi contestado anteriormente, é um parecer meramente consultivo, porque é um parecer de uma entidade privada que é a Associação Nacional de Municípios, mas que foi aceite por toda a gente. Por isso, para não andarmos de sessão em sessão sempre com esta questão de dúvida levantada pelo Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, a Mesa entende, de acordo com as orientações que foram seguidas até hoje, estarmos perante uma proposta de Recomendação e enviará ao Município. A Mesa irá pedir um parecer conforme foi pedido à Associação Nacional de Municípios, mas um parecer de vinculação de tutela administrativa, que depois nos vincula a todos. Estão de acordo? Era este o procedimento, e era isto que dizia ao Senhor Deputado em termos da Moção e por isso, acho que estamos perante uma proposta de Recomendação, de acordo com aquilo que tem sido a orientação e a interpretação perante o parecer tido até hoje.-----

Dava a palavra ao Senhor Deputado com a clarificação dessa situação.-----

----- **DEZOITO – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Se me permitem prescindia os habituais cumprimentos. É assim, em primeiro lugar relativamente ao esclarecimento que o Senhor Presidente da Mesa acabou de proferir, devo-lhe dizer que não foi contestado, não é bem assim porque tanto o Bloco de Esquerda como o Partido Socialista, no anterior mandato, na anterior legislatura tiveram a oportunidade de o contestar. De facto, eu já disse e repito, deve ser a única que eu conheça, ou melhor, mais bem dito, que o Bloco de Esquerda, a Comissão Autárquica do Bloco de Esquerda conheça, em todas as Assembleias onde temos representantes e são bastantes é o único caso em que as Recomendações não vão a votos. De qualquer modo, até porque no caso vertente, verifica-se que a própria Câmara se quiser deliberar no sentido de propor a classificação de qualquer património como de interesse municipal, terá que o subter sempre a esta Assembleia Municipal portanto, é uma competência da Assembleia embora a Câmara naturalmente também o possa propor. Por outro lado, relativamente a estas Moções que foram aqui apresentadas sobre a reforma hospitalar, eu sinceramente acho que o Senhor Deputado Pedro Alves, duplamente Deputado não é, foram algo confusas e se quer que lhe diga, permita-me, até um pouco demagógicas, porque, o Senhor diz que há dois serviços de cirurgia pediátrica, foi isso que eu entendi no Centro Hospitalar Tondela Viseu é isso? Duas unidades? Duas cirurgiãs? Há! Duas médicas, mas o problema não está no número de médicos. O que a portaria diz, são as especialidades que são obrigatórias e as que são excluídas e as que estão sujeitas a avaliação, é isso que se infere da portaria. O que é um facto é que o grupo II tem como especialidades excluídas exatamente a cirurgia pediátrica, excluídas, tanto faz ter um médico como dois como três, é uma especialidade que está excluída. Como?-----

- *O Senhor Deputado Pedro Filipe dos santos Alves intervém dizendo:* Pode excluir o que não tem?-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Não haja diálogo entre os dois, está bem?-

- O Senhor Deputado Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues prossegue dizendo: É que o Senhor diz que não há. Além do mais, não é só em Viseu, porque também, já que o Senhor falou na questão do Hospital de Lamego, e que foi retirada, enfim, alguma abrangência relativamente aos utentes deste Centro Hospitalar com a ida de Lamego para Vila Real, a verdade é que mesmo neste caso, também foram retiradas estas especialidades por exemplo ao Centro Hospitalar da Cova da Beira que juntamente com a unidade local de saúde da Guarda, estão no grupo I e também ficam sem esta especialidade, o que também retira naturalmente a possibilidades desses...se for retirado à Guarda à Cova da Beira e a Viseu, qualquer utente destes serviços, qualquer doente terá que ir ao Hospital Pediátrico e como eu referi na Moção, e repare que a Moção, a Moção que eu apresentei tanto que é construtiva que eu nem sequer lhe citei aqui a opinião do Bloco de Esquerda. Foi de alguém insuspeito como o Presidente do Conselho Nacional para a Qualidade da Saúde que diz que *“a portaria está a concentrar a resposta pública às populações em hospitais que já têm listas de espera significativas”* portanto, o que se está de facto a preparar, é a concentração de doentes em Centros Hospitalares, que podem ser de excelência mas que naturalmente ficam sobrecarregados o que não me parece que seja uma mais-valia para o Serviço Nacional de Saúde. Era só isso.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Eu só queria esclarecer o Senhor Deputado que, as Recomendações são votadas. Só não são votadas as Recomendações ao Executivo da competência exclusiva do Executivo. São essas que foram objeto de parecer. Em relação às Moções iríamos colocar à votação. Só para transmitir. Eu gostaria que houvesse alguma clarificação de semântica, era o meu contributo. Nos hospitais, era só isto, um contributo, há departamentos, serviços e há unidades e que muitas vezes as unidades estão integradas em serviços. É só um processo só de semântica em termos hospitalar.-----

Pedro Alves, interpelação? Está bem, tem a palavra.-----

----- DEZANOVE – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD): Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta. Eu vou voltar outra vez e posso às vezes parecer chato e não é uma questão de demagogia, eu acho que queremos chegar todos a um consenso com isto. Eu acho que não há dúvida nenhuma da nossa parte, que o nosso objetivo é defender a manutenção de o maior número de serviços no território. Agora, eu não posso é, e aqui ainda o Senhor Presidente acabou de clarificar isto. É relativamente aquilo que estamos a falar e só nós não consideramos, porque está considerado a cirurgia pediátrica como uma unidade de ponta e nós não temos nenhuma unidade de ponta de cirurgia pediátrica instalada no Centro Hospitalar de Viseu. Ponto final, isto é claro. Vamos ser claros. A portaria define, quais são os Centros Hospitalares que têm Cirurgia Pediátrica? Eu vou dizer aqui e depois vamos ver se é a mesma coisa. Os que têm, o Universitário de Coimbra, o Lisboa Central, Lisboa Norte, S. João e o Centro Hospitalar do Porto. São os quatro que têm isto e eram os quatro que tinham. Mais ninguém tinha este serviço instalado, temos e bem, e são profissionais competentes como todos aqui reconheceram, eu já tive a infelicidade de ter que me socorrer desse serviço e bem, a necessidade desse serviço, da prestação do cuidado desse profissional e o que nos importa é manter essa possibilidade, porque a Lei também o permite e os serviços instalados são para se manter. Neste caso os profissionais instalados, vão manter-se cá a prestar esses cuidados, inclusive ajudam a aliviar os serviços dessas unidades de ponta mais diferenciadas. O que se fizer aqui de um modo mais geral, é óbvio que permite dar resposta a situações mais agudas, mais diferenciadas nessas unidades de ponta e é isso que estamos a falar, não estamos a falar de outra coisa e por isso, da nossa parte ao que nós nos podemos associar e sem qualquer problema é que, queremos que as respostas que hoje são mantidas no Centro Hospitalar

de Viseu se mantenham, e disso vamos lutar. O que existe é para se manter. Como se disse aqui e bem, não existe instalado nenhum serviço de cirurgia pediátrica. E queremos é que as respostas que neste momento o Centro Hospitalar dá, que se mantenham e que gostávamos que se acrescentasse que em função disso que nos congratulamos por aqueles novos que estão agora garantidos, nomeadamente pela Medicina Nuclear.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Dava a palavra ao Deputado Ribeiro de Carvalho.-----

----- **VINTE – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA DE RIBEIRO CARVALHO (PS):** Senhor Presidente e Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. Eu percebo mal que a portaria mande extinguir uma determinada... o Senhor diz que não extingue, na verdade é que não contempla. E eu pergunto? Bom, então vamos falar português. Não contempla, faça o favor, explique-me onde é que está escrito na portaria que não contemplando na unidade de saúde Tondela Viseu... Desculpe, eu estou a fazer-lhe uma pergunta, o Senhor é que é o Deputado Nacional, eu estou a fazer-lhe uma pergunta concreta.-----

- *O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:* Não pode questionar diretamente um Deputado está bem?-----

- *O Senhor Deputado António Augusto Espinha de Ribeiro Carvalho prossegue dizendo:* Está ligado, eu gostava é que ficasse clarificada esta situação. Se não está contemplado, como é que é possível que o Senhor diga aqui com a maior das tranquilidades que se mantém. Se não existe, como o Senhor disse nenhum serviço, mas existe uma unidade e se deixa de estar contemplado, quer me convencer a mim que se vai manter lá? Eu peço desculpa mas eu não acredito.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Penso que o assunto já foi suficientemente debatido e iria colocar...a Dr. Adelaide já interveio. Deputada Lúcia pode intervir.-----

----- **VINTE E UM – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS):** Senhor Presidente da Mesa e demais Membros, Senhor Presidente da Câmara, dispensem-me os cumprimentos. Ainda na sequência deste esclarecimento, relativamente à questão do encerramento das valências do hospital, eu queria aqui acrescentar o seguinte e esclarecer aqui uma pequena situação que foi referida há pouco. Lamego, a questão do encerramento do serviço de Lamego, é uma falsa questão, pois Lamego faz parte do centro Hospitalar de Vila Real, está a quinze minutos de distância de Vila Real e o PS fechou sete salas de parto e não cento e cinquenta como fez o PSD na altura de Leonor Beleza, portanto quando Leonor Beleza era Ministra da Saúde. É bom que se esclareçam as coisas, é bom que se pense nas populações e o PSD tem que ser claro relativamente a esta portaria e relativamente aquilo que realmente quer para a população. É só.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Dava a palavra ao Deputado Manuel Teodósio e depois iríamos proceder às votações.-----

----- **VINTE E DOIS – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados...-----

- *O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:* Agradecia que não houvesse diálogo, está bem?-----

- *O Senhor Deputado Manuel Teodósio Martins Henriques prossegue dizendo:* Penso que já ficou bem demonstrado que se alguém está interessado que as coisas sejam suficientemente claras, é o Partido Social Democrata, por isso, inclusivamente nós sugeríamos aos serviços que fossem fotocopiados o Art.º 3º que está na página 2365 e 2366 no seu ponto nº 1, 2 e 3 onde é suficientemente clara esta matéria. Mas,

independentemente da questão técnica é importante que fique aqui clara a discussão política. Se estamos, se há e se entendem que pode desaparecer um serviço que existe neste momento e nós entendemos que não é isso, portanto não vai desaparecer nenhuma valência, não há diminuição rigorosamente de nenhuma daquelas que são executadas hoje, mas mesmo que efetivamente pudesse ser isso, o que eu estou a dizer é que a proposta que nós fizemos é a manutenção das atuais valências. Se os Senhores entendem que isso é uma atual valência, com este texto estão a defendê-la. Penso que mais claro não pode ser. Portanto, se estão interessados em manter aqui uma defesa do Concelho entre todos ou se querem só transportar a bandeira sozinhos, é isso que está aqui em causa. Nós estamos dispostos, como sempre estivemos dispostos a defender as bandeiras de Viseu e essas sempre estiveram acima das bandeiras do PSD. Agora, cabe a quem tem as outras Moções efetivamente se quer contribuir para este peditório ou se quer um peditório diferente. Se quer uma fotografia diferente com um Concelho com uma imagem dividida lá para fora. Portanto, se quiserem corrigir o texto, dizendo a manutenção de todas as valências que existem hoje e eu volto a repetir, se os Senhores entendem que existe esta valência, está neste texto. Agora, nós não podemos votar favoravelmente e deixem-me ir um pouco ao método do absurdo, defender a manutenção do porto de Viseu, quando Viseu não tem um porto. Portanto não podemos votar favoravelmente uma Moção que tenha estes princípios. Com esta redação que proponho, se os Senhores entendem que efetivamente o serviço existe, com essa é feita também essa mesma defesa. Portanto, eu penso que maior clarificação em relativamente a esta matéria, penso que não poderemos prestar e se efetivamente dúvidas houver e os serviços quiserem fotocopiar estas duas páginas, para cada um se possa documentar para falarmos efetivamente daquilo que está em causa. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Senhor Alberto Ascensão-----

----- **VINTE E TRÊS – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONCALVES DA ASCENSÃO (PS):** Senhor Presidente da Mesa, Senhora e Senhor Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Excelentíssimos Membros da Assembleia, Comunicação Social, Senhoras e Senhores. Eu penso que é importante clarificar aqui duas coisas-----

Primeiro, penso que essencialmente a portaria pode blindar a possibilidade de alguns serviços que são exercidos aqui se transformarem em valências como diria aqui o Senhor Deputado Manuel Teodósio. Portanto, acima de tudo o que nós precisamos é o seguinte: Saber se o PSD nomeadamente que as intervenções aqui dos Deputados Manuel Teodósio e Pedro Alves, que clarifiquem muito bem o seguinte: Se estão mais interessados em defender o texto daquela portaria ou se estão interessados em defender os interesses de Viseu e das populações que são servidas pelos serviços prestados pelo Centro Hospitalar Tondela Viseu. Isto é que é importante, isto é o que interessa, não me interessa a questão semântica, interessa-me aquilo que de facto as populações beneficiam com os serviços prestados por este Centro Hospitalar, isso é que é importante. Agora, se se trata de uma valência ou de outra coisa qualquer, a mim interessa-me é chegar ao hospital e ter esse serviço ao meu dispor. Isso é que o PSD tem que esclarecer. Se quer defender a manutenção ou a possibilidade de alargamento de serviços nesse Centro Hospitalar, ou se está mais interessado em defender o texto desta portaria deste Governo. Muito obrigado. -

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Eu, se não, não saímos daqui desta discussão, eu gostaria aqui de.... Nós estamos com três Moções, redigidas com o mesmo objetivo e já vimos aqui que também o Grupo Municipal do PSD já demonstrou também interesse na conciliação. Aquilo que eu propunha e eu vou ler as Moções e verificar-se até que ponto é possível conciliar interesses. Quanto à Moção do Partido Socialista, se me permitem e com todo o respeito, termina assim: Nesse sentido o Grupo Municipal do Partido Socialista, propõe que a Câmara Municipal na Sessão Ordinária delibere: Que a Assembleia e retiramos a Câmara certo?-----

- *Manifeste a sua posição pela manutenção da cirurgia pediátrica no Centro Hospitalar Tondela-Viseu.*-----

- *Diligencie junto do Governo no sentido de garantir que a cirurgia pediátrica no Centro Hospitalar Tondela-Viseu não seja desmantelada.*-----

E depois dê conhecimento da Moção, no fundo acho que este objetivo, todos aqui de algum modo, pareceu-me a mim que é comum.-----

Quanto à CDU, a CDU diz:-----

- *Solicitar ao Governo que não ignore a opinião de todos os parceiros implicados neste processo;*-----

- *Tomar posição contra o encerramento do serviço (aqui já vimos que não é um serviço, mas valência, seja o que for), uma Unidade de Cirurgia Pediátrica no Centro Hospitalar Tondela-Viseu, EPE;*-----

- *Propor à Câmara Municipal de Viseu que se oponha a este encerramento; (até já tomou posição)* -----

- *Apelar aos deputados, ...;*-----

- *Exigir ao Governo que tome medidas no sentido de suprir a grave carência de enfermeiros...*, também acho que não há nenhum... estamos todos de acordo.-----

Do Bloco de Esquerda,-----

- *Manifestar ao Senhor Ministro da Saúde a indignação dos Viseenses, (é um problema enfim, já da forma de escrever), quanto ao eventual encerramento por força da aplicação da especialidade de Cirurgia Hospitalar, (penso que é cirurgia pediátrica) no Centro Hospitalar considerada de excelência, (aqui até está específico que é uma especialidade);*-----

- *Manifestar ainda ao Senhor Ministro da Saúde a preocupação com a manifesta insuficiência de enfermeiros verificada no Centro Hospitalar.*-----

Eu penso que era possível uma Moção conjunta se todos tivessem de acordo, ou então temos só uma a alternativa que é votar as três Moções uma a uma.-----

----- **VINTE E QUATRO – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS**

ALVES (PPD/PSD): Obrigado. Resposta ao desafio do Deputado Ascensão, e acho que é um contributo que podemos todos aprovar em conjunto que é: Considerando que, aquilo que estamos aqui todos a querer discutir, é que mantenha o serviço que se presta hoje às populações não é? E o que existe. Vamos então procurar-lhe dar o nome correto e foi dito aqui que pode ser uma unidade de cirurgia pediátrica ok? O que eu acho que podemos todos votar favoravelmente é que a unidade de cirurgia pediátrica que funciona no Centro Hospitalar de Viseu, se mantenha integrada dentro de um serviço, seja ele de pediatria médica, seja ele de cirurgia geral, o que seja, mas que se mantenha a unidade de cirurgia pediátrica a funcionar no Centro Hospitalar de Viseu, ponto final. Eu penso que isto é correto. A unidade de cirurgia pediátrica que se mantenha a funcionar, seja dentro de um serviço depois de pediatria geral ou cirurgia geral, o que seja, mas que se mantenha a unidade de cirurgia pediátrica a funcionar no Centro Hospitalar e já não estamos aqui a discutir a questão do serviço de cirurgia pediátrica, mas a unidade de cirurgia pediátrica. Eu penso que esta é a questão. O que eu estou aqui a tentar procurar é nós estarmos aqui a defender aquilo que é possível e não aquilo que seria o ótimo e não podemos, porque não dá, porque não temos a capacidade instalada para dar resposta. Por isso, acho que manter a unidade de cirurgia pediátrica no Centro Hospitalar, agregada a um dos serviços. A funcionar no serviço de pediatria médica que está previsto nas valências.-----

----- **VINTE E CINCO – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA DE RIBEIRO CARVALHO (PS):** Dispensando-me dos cumprimentos gostaria de referir aqui o seguinte. Concretamente o que a portaria diz é que: O grupo II obedece às seguintes características. E diz no ponto quarto. Não exerce as valências de farmacologia clínica, genética médica, cardiologia pediátrica, cirurgia cardiorácica e cirurgia pediátrica. Isto é o que diz. Ora muito bem, eu e o meu Grupo, aceitaríamos a sua sugestão desde que ficasse escrito na Moção que pretendemos que se mantenha a unidade a funcionar nos

moldes em que funciona. Desde que tenha essa característica, a funcionar nos moldes em que funciona, nós estamos disponíveis para aceitar. Porque senão eles põem logo o problema desta maneira, isto não está previsto. Não está, eu peço desculpa, aquilo que o Senhor diz, é brincadeira, porque quando o Senhor diz: para garantir a complementaridade e proximidade de cuidados das instituições dos grupos I e II, podem propor a celebração..., isso é uma coisa, podem propor e a administração aceita ou não aceita. Portanto dizer que está previsto é completamente enganar o que aqui está escrito Senhor Deputado. Desde que fique escrito nos moldes em que funciona, porque se é uma unidade está integrada em algum lado, portanto, nós não nos importamos que continue a funcionar num serviço desde que funcione.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Se concordarem, temos aqui a posição do Partido Socialista e depois vamos discutir as outras duas Moções. Diz aqui: Manifestar a sua posição pela manutenção da cirurgia pediátrica. Então ficaria se concordassem: manifestar a sua posição pela manutenção da unidade de cirurgia pediátrica, se concordarem, manter a sua posição pela manutenção da unidade de cirurgia pediátrica a funcionar no Centro Hospitalar Tondela Viseu, nos moldes em que funciona. Concordam com esta situação? Pronto.-----

Diligenciar junto do Governo no sentido de garantir que a cirurgia pediátrica no Centro Hospitalar Tondela-Viseu não seja... é óbvio que o segundo parágrafo está ultrapassado certo? Se temos a manutenção, o segundo, que seja desmantelada, se é a manutenção, está com prejuízo o segundo parágrafo certo? Concordam?-----

- ***A Senhora Deputada Adelaide Joana da Silva Modesto intervém dizendo:*** Eu peço desculpa, estamos na minha Moção, na parte final das conclusões? A manifestação da Posição?-----

- ***O Senhor Presidente da Mesa prossegue dizendo:*** Sim, pela manutenção da unidade de cirurgia pediátrica a funcionar no Centro Hospitalar Tondela Viseu, nos moldes em que funciona. E prejudica o parágrafo dois como é óbvio.-----

- ***A Senhora Deputada Adelaide Joana da Silva Modesto volta a intervir dizendo:*** Se me permite para não estarmos aqui em diálogo.-----

----- **VINTE E SEIS – A SENHORA DEPUTADA ADELAIDE JOANA DA SILVA MODESTO (PS):** Mais uma vez reitero os meus cumprimentos. Dizer o seguinte: Manifestar a posição então pela manutenção da unidade de cirurgia pediátrica a funcionar no Centro Hospitalar Tondela Viseu. Diligenciar junto do Governo no sentido de garantir, portanto, eu creio que não há aqui incompatibilidades, diligenciar junto do Governo no sentido de garantir que a unidade não seja desmantelada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Não tem que diligenciar, tem diligencie que era para a Câmara. Acho que uma coisa prejudica a outra. A sua diligência era para a Câmara certo? Era só a esse nível. Por isso não tem que haver diligência. Já está a tomada de posição, certo?-----

- ***A Senhora Deputada Adelaide Joana da Silva Modesto intervém dizendo:*** Não, aquilo que eu dizia, se me permite aquilo que dizia era que esta diligência, portanto quando falo desta diligência, esta interligação depois com a apresentação da Moção também às entidades que aqui são referidas. -----

- ***O Senhor Presidente da Mesa prossegue dizendo:*** A diligência é a nossa tomada de posição.-----

- ***A Senhora Deputada Adelaide Joana da Silva Modesto intervém dizendo:*** Pronto. Ficamos então no ponto um e mantemos o ponto três, correto.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Em relação agora às outras duas Moções, tinham mais dois considerandos, que agora gostaria de saber rapidamente se farão parte. Os considerandos, não sei se concordam os dois com esta redação, os considerandos é rápido. Era:-----

Exigir ao Governo que tome medidas no sentido de suprir a grave carência de enfermeiros

verificada naquele Centro Hospitalar.-----

É um dado novo que poderemos votar se assim o entenderem também nesta Moção. Com este dado novo que é exigir ao Governo que tome medida no sentido de suprir a grave carência de enfermeiros verificada naquele Centro Hospitalar acrescentar um ponto a esta Moção também? Concordam? Todos os grupos estão de acordo? Pronto.-----

Então podemos considerar que temos uma Moção única ficando registado que cada um apresentou a sua Moção. Ficará em Ata como é óbvio. Por isso, retirando os considerandos, Nós iríamos então ler a Moção final.-----

A Assembleia Municipal de Viseu, reunida em sessão ordinária no dia 28 de abril de 2014, deliberou apresentar a seguinte Moção: -----

PONTO UM - *Manifestar a sua posição pela manutenção da Unidade de Cirurgia Pediátrica a funcionar no Centro Hospitalar Tondela – Viseu, nos moldes em que funciona;*-----

PONTO DOIS - *Exigir ao Governo que tome medidas no sentido de suprir a grave carência de enfermeiros verificado naquele Centro Hospitalar;*-----

PONTO TRÊS - *Dar conhecimento da presente Moção ao Governo, ao Ministério da Saúde, à Comissão de Saúde da Assembleia da República, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à Ordem dos Médicos, à Ordem dos Enfermeiros, à Direção Regional da Beira Alta do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, à Administração do Centro Hospitalar Tondela-Viseu.*-----

Estão de acordo?-----

Quem vota a favor? Quem se abstém? Quem vota contra? Aprovada por unanimidade.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Dava a palavra à Deputada Filomena Pires do Bloco de esquerda, que tinha a intervenção já prevista e só apresentou a Moção.-----

----- **VINTE E SETE – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Pois naturalmente que Filomena Pires não é do Bloco de Esquerda mas da CDU. O Vieira diz que vai trazer a ficha mas eu peço desculpa mas não vou assiná-la. Passo então a fazer a minha intervenção para apresentar uma outra MOÇÃO “**CONTRA O ENCERRAMENTO DAS ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO**”-----

Sem considerar a opinião e as necessidades das comunidades, o Governo tem em desenvolvimento um largo processo de encerramento de serviços públicos essenciais à vida dos portugueses.-----

Na área da educação, foi recentemente anunciado e está a ser preparado o fecho de todas as escolas cujas turmas sejam frequentadas por um número de alunos inferior a vinte e um. No Concelho de Viseu, são várias as escolas que correm risco de fechar portas, algumas delas localizadas nas zonas menos bafejadas pelo desenvolvimento.-----

Queixam-se os pais, de não serem ouvidos neste processo que classificam de catástrofe. Os profissionais da educação queixam-se dos problemas criados com a concentração de alunos em Centros Escolares.-----

Sabendo que decorrem negociações entre a autarquia e o Ministério da Educação e Ciência, os Deputados presentes nesta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu, afirmam a sua frontal oposição ao encerramento indiscriminado de escolas por quatro razões fundamentais:-----

1. O encerramento de escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico agrava as condições de acesso à educação, sobretudo por parte daqueles que têm menos recursos e que vivem mais longe dos centros urbanos;-----

2. A deslocação quotidiana das crianças e o seu desenraizamento das comunidades em que vivem em nada contribui para a qualidade da educação e para o sucesso educativo;-----

3. O caminho traçado pelo Governo agravará o processo de desertificação, que já afeta algumas regiões do Concelho de Viseu;-----

4. O abate de escolas condenará inevitavelmente ao desemprego professores e funcionários das escolas, num país com centenas de milhares de desempregados.-----

Assim decidem:-----

- Solicitar ao Ministério da Educação e ao Governo que interrompa o processo de encerramento de escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e que, de imediato, se inicie o diálogo com as comunidades educativas, que os pais, principais interessados neste processo, reclamam;-----

- Apelar aos Deputados, nomeadamente aos que foram eleitos pelo Distrito de Viseu, para que, na Assembleia da República, assumam iniciativas que contrariem o encerramento de escolas anunciado pelo Governo;-----

- Propor à Câmara Municipal de Viseu que não aceite o abate indiscriminado de escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico;-----

Abreviando o tempo, uma segunda MOÇÃO “NÃO AO PROJECTO LEI Nº 528/XII QUE PRETENDE RETIRAR A GESTÃO DOS BALDIOS AOS POVOS”-----

O Projeto de Lei Nº 528/XII sobre os Baldios, recentemente aprovado na generalidade na Assembleia da República pelos votos da maioria PSD/CDS, configura mais um grave ataque à propriedade comunitária dos baldios. Ataque, pois o que tal Projeto contém é o alargamento dos motivos para extinguir baldios, sem necessidade de decisão judicial; a subversão do conceito de comparte, fazendo tábua rasa de séculos de usos e costumes; a integração de baldios no património privado das Freguesias e das Câmaras Municipais; a abertura para a sua entrega a privados; a ingerência na vida interna dos Conselhos Diretivos; a responsabilização dos dirigentes, pelos atos dos baldios; o confisco de verbas cativas há anos pelo Estado; a aplicação de impostos aos baldios e aos compartes.-----

Este Projeto de Lei, atenta contra os direitos ancestrais dos Povos serranos e viola a própria Constituição da República Portuguesa, visando, em primeiro lugar, pôr em causa o uso e a gestão pelas comunidades locais do que ao longo de séculos foi seu e a sua entrega ao apetite das empresas de celulose e da pasta de papel (note-se que a Portucel fez chegar à AR um projeto de alteração à Lei dos Baldios, coincidente com o que agora o PSD/CDS aprovaram), e também a cobiça de algumas Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais, que se veem a braços com a redução de receitas pelos cortes impostos pelo Governo.-----

Projeto-lei contra o qual se pronunciaram os compartes participando massivamente na manifestação promovida pela CNA no passado dia 3 de Abril em Lisboa exigindo a sua retirada da Assembleia da República.-----

Os baldios são uma realidade importantíssima e têm tido um papel central na menorização dos efeitos da política de ostracização e abandono das zonas do interior e do mundo rural.----

Ao servir de complemento ao rendimento de muitas famílias que aí apascentam os seus gados, recolhem lenhas e fazem aproveitamentos silvo-florestais e, por outro lado, ao contribuírem com as suas receitas, para obras e melhorias nas localidades, para a construção de equipamentos sociais, para a manutenção de espaços de convívio e lazer, para a eletrificação de espaços públicos, para garantir o abastecimento de água potável (veja-se os casos de Routar, Folgosa, Paçô/Galifonge, Lustosa, Moselos, Travassós de Orgens, Vilar etc.), criaram condições para a fixação de muitas famílias.-----

Considerado, por outro lado, o grande peso que a propriedade comunitária dos baldios tem na vida de um grande número das comunidades rurais do concelho de Viseu que administram esses bens através das Assembleias de Compartes ao abrigo da Lei nº 68/93, a Assembleia Municipal de Viseu, reunida no Solar dos Peixotos, em 28 de Abril de 2014, consciente da importância decisiva que a propriedade comunitária dos baldios tem para a economia e bem-estar das suas populações rurais, informa a Assembleia da República da sua total oposição ao conteúdo do Projeto de Lei nº 528/XII e recomenda que o mesmo não venha a ser votado e defende a manutenção da posse, gestão e administração dos baldios pelos compartes, de acordo com a Constituição da República Portuguesa.-----

Apresentar também uma recomendação.” Garantia de Condições de Acessibilidade em todas as Mesas de Voto”-----

Tendo em conta:-----

- *Que se aproxima a realização das eleições europeias;*-----
- *Que o elevado grau de abstenção de voto integra eleitores com mobilidade reduzida ou limitada, que se sentem desmotivados perante obstáculos ilegais e incompreensíveis;*-----
- *O Direito constitucional de todos os cidadãos a exercer o direito de voto;*-----
- *A obrigação legal de, todos os edifícios públicos criarem condições de acessibilidade a cidadãos com limitações de mobilidade;*-----
- *O facto, constatado por nós, de que muitos dos locais onde funcionam mesas de voto, nomeadamente edifícios sede de Juntas de Freguesia, não cumprirem este requisito legal; (e os Senhores Presidentes de Junta aqui presentes saberão daquilo que eu aqui falo certamente)* -----

A CDU recomenda:-----

- *À Câmara Municipal de Viseu que proceda ao levantamento de todas as situações nas quais não estejam acauteladas as condições necessárias a que nenhum cidadão limitado na sua mobilidade seja impedido ou limitado de aceder à mesa de voto em condições de dignidade e respeito pela pessoa humana;*-----
- *As Juntas de Freguesia que procedam atempadamente à criação dessas condições, bem como à publicitação dessa medida.*-----

Muito Obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigada Senhora Deputada. Estão em discussões as Moções. Antes disso, os serviços que são eficientes e avisaram-me que tratei a Senhora Deputada como Deputada do Bloco de Esquerda e por isso peço desculpa à Deputada da CDU. Está aberta a discussão. Quem quer intervir? Deputado Pedro Alves.

----- **VINTE E OITO – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):** Obrigado Senhor Presidente. Quero ser telegráfico relativamente à Moção que aqui foi apresentada sobre a Lei dos Baldios e dizer que o Grupo Parlamentar do PSD discorda profundamente das razões apresentadas nesta Moção, tanto mais que é um problema que ao longo dos anos, de muitos anos tem preocupado as nossas populações e achamos que a proposta que hoje está em discussão na especialidade e cujos Deputados dos diferentes Partidos podem apresentar os contributos para que se façam essas alterações de acordo com o que é a sua orientação política e ideológica. Da nossa parte, achamos que a proposta que está apresentada, é uma proposta que vem abrir a gestão dos baldios às populações das freguesias onde estão integradas, ao mesmo tempo que, vai obrigar a que haja uma maior transparência e rigor na apresentação de contas desses mesmos baldios. Mais, nós sabemos que com um conjunto de novas modalidades de exploração dos territórios nomeadamente as questões energéticas, hídricas ou eólicas tem havido uma cada vez mais maior atomização do território e com isto menor transparência existe na apresentação de contas nesses territórios agora denominados de baldios. É por isso que da nossa parte, concordamos que haja uma redefinição e uma nova apresentação desta Lei que permita uma maior participação das populações e ao mesmo tempo uma maior transparência e rigor na apresentação dessas mesmas contas.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Dava a palavra ao Deputado Manuel Teodósio.-----

----- **VINTE E NOVE – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Senhor Presidente, também dispenso-me dos cumprimentos. Relativamente à proposta que foi aqui apresentada pela CDU, no que concerne ao encerramento de escolas, também é bom termos aqui duas ou três situações. Primeiro, não há qualquer alteração da legislação, estamos a falar apenas do cumprimento daquilo que já está legislado há algum tempo. Tem sido um processo progressivo, começou com cinco alunos, para já ou há algum tempo a esta parte ficou estabilizado nos vinte e um e portanto estamos a falar relativamente ao cumprimento de algo que está legislado, porque não há aqui ainda a definição qual é que é, ou se há ou se não há escolas, porque tem que ser feita a contabilidade e portanto é de acordo com aquelas que têm ou não têm o número

inferior. De qualquer forma que fique aqui bem claro, porque é preciso repetir muitas vezes as verdades para que sejam verdades, há necessidade também disso. O Partido Social Democrata obviamente que não se revê nesta situação de encerramento das escolas. Portanto, não somos favoráveis ao encerramento das escolas. De acordo com o texto que está, nós somos cumpridores da legislação que está em vigor e esta portanto, já vem de trás. Por isso, não temos qualquer problema de eventualmente votar favoravelmente esta proposta, mas terá que ser excluído o ponto três da mesma, porque ali já dá diretrizes precisas á Autarquia e no âmbito da argumentação que já foi utilizada anteriormente, portanto não pode. Portanto, Se a CDU estiver disposta a retirar o ponto três da Moção, contará obviamente com os nossos votos favoráveis. Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Deputado Vieira.-----

----- TRINTA – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE): Senhor Presidente da Mesa, restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Público e Comunicação Social. Quero apenas dizer que subscrevo as duas Moções e a Recomendação da Deputada da CDU, porquanto, o encerramento das escolas, começando por aqui é mais um ataque às populações do interior a par do encerramento de outros serviços públicos como o Serviço de Finanças, Tribunais, Centros de Saúde e outros Serviços de Saúde como ainda agora acabámos de discutir, é uma política premeditada e deliberada de interioredicídio que aliás, ainda anteontem, na intervenção que fiz na Sessão Solene do 25 de Abril, tive a oportunidade de me referir a isso, que de resto também perpassa pelo, próprio QREN, se a gente for analisar, há de facto linhas verticais de desenvolvimento que passam sobretudo no litoral e portanto o interior está completamente..., o interior apenas serve para atravessamento de mercadorias, passam os comboios, no interior ficamos a ver passar os comboios. Portanto, o encerramento de escolas a par dos outros serviços públicos vai fazer com que de facto as pessoas sintam cada vez menos atração para se fixarem nas regiões do interior. Isto também tem a ver com a questão dos baldios, porque fala-se muito no regresso à terra, mas, sinceramente o que a gente vê é dificultar a pequena agricultura de subsistência pondo uma canga fiscal sobre os pequenos e micro agricultores. É verdade Senhor Deputado e por outro lado retira-se à gestão comunitária das populações, portanto às Assembleias de Compartes a gestão dos baldios. Isto nem Salazar conseguiu meus Senhores, nem Salazar conseguiu. O Aquilino Ribeiro no livro que resto foi proibido, *“Quando os Lobos Uivam”* punha as populações a dizer: *“Os baldios são do povo desde que o mundo é mundo, e quem vier para no-los tirar connosco se há-de haver”* Obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado. Há mais alguma intervenção?-----

----- TRINTA E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIAS CÔTA ANTÓNIO JESUS TAVARES DA FONSECA (PPD/PSD): Senhor Presidente da Mesa, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Caros Colegas e Senhores Jornalista. Eu vim dizer que subscrevo por inteiro a Moção da Senhora Deputada da CDU, porque sou de uma Freguesia bastante a norte do concelho em que temos uma escola com menos de vinte e um alunos e isso quer dizer que tenho que ter o apoio de toda a gente para a poder manter. Se nos retiraram de lá as escolas, é a morte da freguesia. Já nos tiraram vários serviços e com as dificuldades que temos até nos acessos, portanto ficamos sem nada. Nós estamos a assistir a um fluxo de emigração que nunca foi visto. Os jovens estão a desaparecer e nós estamos a ficar com a freguesia envelhecida. Temos mais de sessenta ou setenta por cento de pessoas com mais de sessenta anos e isso viu-se agora, até com a atividade sénior, em que eu pensava que não íamos ter grande adesão e enchíamos três ou quatro autocarros em vez de um que nos deram. Enchíamos três! Portanto, peço aqui encarecidamente que essa Moção seja votada favoravelmente que era para mantermos as escolas com menos de vinte e um alunos

porque, se nos tirarem as escolas a freguesia tem que fechar as portas. Obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente de Junta de Côtã, Senhor António Fonseca. Mais alguma intervenção? Não havendo mais nenhuma intervenção, colocaria à votação. Paulo Pereira. Pedia aos senhores Deputados que fossem claros nas suas tomadas de posição.-----

----- **TRINTA E DOIS – O SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PPD/PSD):** Pedia dispensa dos cumprimentos e sendo muito claro e indo direto ao assunto, quando lhe colocámos a questão de realmente ser retirado o terceiro ponto, não nos foi dada uma resposta e nós gostaríamos de ter essa disponibilidade da sua parte para podermos tomar uma decisão quanto à nossa intenção de votação. Obrigado.---

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Dava a palavra à Doutora Filomena da CDU.-----

----- **TRINTA E TRÊS – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Pois, eu penso que o Senhor Deputado Manuel Teodósio se refere ao terceiro ponto da decisão, propor à Câmara Municipal de Viseu, porque não ficou muito claro para mim a que é que se referia. Naturalmente, eu não tenho qualquer objeção a transformar isto numa Recomendação à Câmara e portanto a retirar isto da Moção, transformando-a numa Recomendação à Câmara e portanto, estou de acordo.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Para ver se entendemos. Mantém-se em votação os dois pontos anteriores e o terceiro passa a Recomendação certo? Pronto.----- Então eu iria ler e passávamos já então à votação.-----

“Solicitar ao Ministério da Educação e ao Governo que interrompa o processo de encerramento de escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e que, de imediato, se inicie o diálogo com as comunidades educativas, que os pais, principais interessados neste processo, reclamam;-----

- Apelar aos Deputados, nomeadamente aos que foram eleitos pelo Distrito de Viseu, para que, na Assembleia da República, assumam iniciativas que contrariem o encerramento de escolas anunciado pelo Governo”.-----

Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.-----

-Transformou-se o terceiro ponto em proposta de Recomendação que vai ser enviado à Câmara.-----

“Propor à Câmara Municipal de Viseu que não aceite o abate indiscriminado de escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico”.-----

Passaremos agora à outra Moção.-----

“A Assembleia Municipal de Viseu, reunida no Solar dos Peixotos, em 28 de Abril de 2014, consciente da importância decisiva que a propriedade comunitária dos baldios tem para a economia e bem-estar das suas populações rurais, informa a Assembleia da República da sua total oposição ao conteúdo do Projeto de Lei nº 528/XII e recomenda que o mesmo não venha a ser votado e defende a manutenção da posse, gestão e administração dos baldios pelos compartes, de acordo com a Constituição da República Portuguesa”.-----

Quem vota a favor? Quem vota Contra? Quem se abstém? Por filas. A Moção foi rejeitada com vinte e nove (29) votos contra, doze votos (12) favor e seis (6) abstenções.-----

Passamos agora a nova intervenção. Senhor Deputado António Vicente. Informava os Senhores Deputados que passaram 120 minutos do Período Antes da Ordem do Dia-----

----- **TRINTA E QUATRO – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE DE FIGUEIREDO (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras e Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Órgãos da Comunicação Social Público em geral. Na semana em que se comemorou o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, o Executivo Camarário tomou a iniciativa de promover um debate para repensar o centro histórico da cidade, com vista a uma eventual candidatura a “Património da Humanidade” da UNESCO.-----

É de sublinhar que a conferência “Para que serve um sítio Património da Humanidade?”, realizada a 17 de Abril, foi aberta a todos os munícipes, e serviu como ponto de partida para a preparação da candidatura do Centro Histórico de Viseu a Património da Humanidade, num período alargado de dez anos. De salientar também, que esta iniciativa revela a ambição do Município na concretização dum projeto que levará o Centro Histórico da cidade de Viseu a ser classificado como “Património da Humanidade” da UNESCO, através do debate sobre experiências já concretizadas. De salientar, ainda, as cumplicidades que se geraram à volta deste projeto mobilizador, chamando a Viseu especialistas nos domínios da recuperação dos centros históricos e envolvendo-os em projetos de estudo, de proteção e de classificação de sítios e monumentos como Património da Humanidade.-----

Este é um projeto coletivo, que requer a participação de todos os cidadãos de Viseu, independentemente da ideologia política, da religião ou filiação partidária. É um projeto que envolve os comerciantes e os residentes desta zona urbana, mas que motiva do mesmo modo os habitantes dos bairros limítrofes ou das freguesias mais distantes do concelho. Com este projeto, estamos convictos que Viseu já ganhou. Ganhou em visibilidade através desta conferência e ganhou porque independentemente da aprovação ou não da candidatura a Património da Humanidade assumiu já um compromisso de revitalizar e de requalificar aquela zona urbana.-----

Mas, permitam-me que enumere algumas dos objetivos que nos levam a acreditar na possibilidade desta candidatura:-----

Em primeiro lugar, o querer e a vontade do poder local, a grande conquista do 25 de Abril e o envolvimento desta comunidade que quer também a recuperação do centro Histórico com vista depois à candidatura a Património da Humanidade.-----

Depois porque Viseu é uma cidade com um glorioso passado histórico, cuja história está associada à fundação da nacionalidade, uma das mais importantes cidades no período da ocupação romana, que foi sede episcopal desde muito cedo, que ganhou importância política no período da reorganização do reino, que participou com homens na conquista de praças no Norte de África, e se desenvolveu com a inteligência e a arte dos homens do renascimento como D. Miguel da Silva e Grão Vasco e com o saber e trabalho de burgueses, judeus e comerciantes que, nos séculos XVII e XVIII, alteraram a fisionomia e a ordem arquitetónica da Cidade.-----

Viseu tem trabalho já feito na recuperação do Centro Histórico, a nível de infraestruturas, de equipamentos e recuperação de edifícios, mas quer ir mais longe. É no Centro Histórico que se encontram muitos dos recursos e oportunidades para o desenvolvimento de Viseu. Aqui se concretiza uma promessa, uma promessa eleitoral, no período de campanha, dando prioridade a um projeto de desenvolvimento urbano, económico, social e turístico, que transformará esta zona.-----

Senhor Presidente, como referiu Vossa Excelência, à comunicação social, “este é um desafio coletivo”, é uma “visão estratégica” que transformará o Centro Histórico de Viseu num “território cultural sustentável, atrativo, dinâmico e inclusivo, que valoriza o seu património histórico, arquitetónico, simbólico e social, que combina harmoniosamente funções habitacionais, turísticas e económicas, que é palco de eventos relevantes e é aberto à inovação e à criatividade artística, social e económica”.-----

Um outro motivo porque acreditamos que é possível vermos esta candidatura aprovada é porque, todos conhecemos as vantagens da classificação pela UNESCO do nosso Centro Histórico como Património Mundial. Mas é bom recordar aqui o aumento do número de turistas e os benefícios que isso irá trazer para os comerciantes da zona e para a economia da cidade. É bom lembrar também que os habitantes e comerciantes desta zona do Centro Histórico da Cidade, com a aprovação desta candidatura, ficarão isentos do pagamento do I.M.I.-----

A riqueza e a diversidade da arquitetura civil e religiosa do Centro Histórico traduzem não só os valores culturais de épocas sucessivas (Romana, Gótica, Renascentista, Barroca, Neoclássica e Moderna), como também a sua perfeita adaptação à estrutura social e geográfica da cidade, numa relação estável e coerente com o ambiente urbano e natural.--- No ano em que comemoramos 40 anos de vida em Democracia, uma semana antes do 25 de Abril, fomos surpreendidos com o programa dos três “R”, introduzidos no léxico do poder local: Reabilitar, Repovoar e Revitalizar. São estes os três objetivos que constituem a estratégia apresentada pelo Município de Viseu no processo que agora se inicia para a classificação do Centro Histórico da cidade a Património da Humanidade. Uma década pode não ser o tempo suficiente para reabilitar, repovoar e revitalizar o Centro Histórico, mas é o tempo certo para congregar vontades, para fazer as necessárias intervenções planificadas ou não planificadas que irão alterar ou complementar as construções dos diferentes períodos que se concentram nesta zona.-----

E é por isso que nos sentimos orgulhosos da nossa cidade: pelas pessoas, pelo seu património cultural, pela herança que recebemos dos nossos poetas e pintores, e pela capacidade de fazer das nossas utopias realidades concretas., seguramente, Viseu é “A MELHOR CIDADE PARA VIVER”.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado, dava a palavra ao Senhor Deputado Ribeiro Gonçalves.-----

----- TRINTA E CINCO – O SENHOR DEPUTADO ALFREDO JOSÉ RIBEIRO GONÇALVES (PS): Muito bom dia. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssima Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados, Comunicação Social, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

Alguns Órgãos de Comunicação Social têm feito eco ultimamente de algumas medidas relativas aos incêndios florestais, para além daquelas que constatamos nos Planos Municipais de Emergência da Defesa da Floresta. Têm referido que têm adquirido sistemas de videovigilância e de cisternas, máquinas de arrasto, têm construído aceiros etc. Como a próxima Assembleia Municipal irá decorrer já em plena época de fogos florestais, gostaria de saber se a Câmara Municipal já tem digamos, planeadas algumas medidas se estão pensadas e como é que se vai organizar relativamente a esta matéria. Eu penso que pode haver até algumas medidas que nem envolvem muitos custos (isto digo eu) e eu até me permitia avançar com uma ideia que eu penso que se calhar até já foi seguida por algumas freguesias e que tem a ver com o seguinte. Nomeadamente aquelas freguesias que têm muita floresta, eu acharia que era muito importante que comessem já a pensar numa pessoa ou duas ou até mais, que em determinados fogos muito grandes e que demorem algum tempo, que possam servir de apoio às colunas que vêm de fora do Concelho. Nós temos os Bombeiros Municipais, temos os Voluntários mas muitas vezes os fogos atingem dimensões tão elevadas que é necessário socorrer-mos de outras corporações e aqui eu penso que era importante que em cada freguesia, nomeadamente estas que eu disse, que têm uma mancha florestal muito grande, que tivessem então algumas pessoas da própria freguesia, que conheçam bem a floresta, que possam rapidamente chegar aos sítios onde é necessário atuar mais rapidamente. Isto seria uma das questões que eu gostaria de colocar. Ainda a propósito dos incêndios florestais, a Comissão Municipal de Defesa da Floresta, elaborou um organigrama que tem a ver com as equipas multifuncionais e multidisciplinares, eu tenho até aqui mais ou menos esse organigrama que irei mostrar, embora a distância seja muito grande, mas de qualquer das maneiras, aqui faz-se referência num pontinho aos Bombeiros Municipais e muito bem. Aquilo que eu achava correto é que se fizesse também aqui, uma referência aos Bombeiros Voluntários de Viseu, porque se digamos que, nos planos a responsabilidade é a mesma, também acho que seria importante que a visibilidade, digamos que, fosse também a mesma. Portanto, acho que estaremos de acordo, há aqui muitos elementos que estão aqui

na Assembleia, que já pertenceram como eu aos Bombeiros Voluntários e eu acho que é da mais elementar justiça que também se mencione aqui os Bombeiros Voluntários e também penso mais, digamos que, se neste momento fisicamente estão escondidos, estão muito afastados aqui da cidade, eu penso que pelo menos aqui no “site” da Câmara Municipal, têm que ter visibilidade, como têm os Bombeiros Municipais. Finalmente, relativamente aos planos de emergência de que também já aqui falei, e quando se fala do Centro Histórico, eu penso que seria um ponto importante e que não poderá ser esquecido, visto que está em debate, visto que está em discussão, mas o Plano de Emergência para o Centro Histórico, eu já estive a ler com atenção aquilo que já se escreveu e aquilo que se tem vindo a dizer sobre o Centro Histórico, o debate que se vai seguir e eu penso que esta questão seria muito importante, que tem a ver com o plano de emergência para aquela zona. Era só.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado, dava a palavra à Senhora Deputada Elsa Lemos e temos a última intervenção que é a do Deputado José Ernesto.-----

----- **TRINTA E SEIS – A SENHORA DEPUTADA ELSA MARIA DA COSTA LEMOS (CDS/PP):** Reitero os meus cumprimentos devido ao avançado da hora.-----

É conhecida a preocupação do Executivo liderado por V/Exa relativamente ao sector da Educação, procurando assegurar com igualdade o acesso à educação de todas as crianças e jovens do Município.-----

Registamos com agrado a proximidade com que acompanha as atividades educativas e enaltecemos os compromissos assumidos para a recuperação do Pavilhão Desportivo da Escola Secundária de Viriato, assim como o compromisso assumido na última Assembleia Municipal de 28/02/2014 para a remoção das placas de amianto da Escola Básica da Ribeira, a qual será efetuada na interrupção letiva de verão, esperando que as obras estejam concluídas antes do início do próximo ano letivo.-----

Cabendo-nos o papel de escrutinador da atuação do executivo municipal, recordamos os problemas levantados por algumas Associações de Pais que se queixavam da fraca qualidade da comida servida em algumas escolas do 1ºCEB, o que inclusivamente levou à realização de uma reunião entre o Município e os encarregados de educação.-----

Considerou a Câmara tomar medidas, tendo contratado, para o efeito uma empresa cujo objetivo principal seria o de efetuar o controlo da qualidade das refeições servidas.-----

Devido à preocupação que esta questão nos suscitou, pretendíamos saber se já existem resultados sobre a avaliação efetuada, de modo a tranquilizar toda a comunidade educativa.-----

Ainda no âmbito da educação, e porque se aproxima o final do ano letivo, sendo também este o tempo em que se começa a preparar a organização do próximo ano letivo, gostaríamos que Vossa Excelência se pronunciasse sobre os Jardins de Infância e Escolas do 1º CEB que se prevê virem a ser encerradas e quais as escolas de acolhimento que irão receber essas crianças.-----

Enaltecemos a construção do Centro Escolar Viseu/Estrela, mas gostaríamos de alertar para a importância do mesmo possuir um espaço interior coberto e de amplas dimensões, o que não acontece, por exemplo, no Centro Escolar Rolando Oliveira, de modo a que as crianças possam brincar em dias de frio e de chuva.-----

A finalizar, pretendíamos que V/Exa nos esclarecesse sobre se o novo edifício escolar contempla salas de aula específicas para a deficiência, como é, por exemplo, o caso da Unidade para a Multideficiência. Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigada Senhora Deputada. Dava a palavra ao Deputado José Ernesto.-----

----- **TRINTA E SETE – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ ERNESTO PEREIRA DA SILVA (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores. Secretários da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores

Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Caríssimo público, Imprensa. Antes de começar esta intervenção queria dar os parabéns ao Ribeiro, meu amigo com quem trabalhei nos Bombeiros, porque acho que foi oportuna a sua intervenção. Muito obrigado.-----

O Associativismo Local tem sido um parceiro estratégico e fundamental no desenvolvimento desportivo do Concelho de Viseu, facilitando o acesso da população à prática de atividades desportivas, designadamente nos escalões mais jovens. Nos últimos anos assistimos a um notável desenvolvimento do tecido desportivo associativo, evidência que podemos comprovar na diversidade da oferta produzida, na quantidade de atletas que escolhem os clubes com via preferencial de acesso à prática desportiva, no nível de formação académica e desportiva dos técnicos e num rejuvenescimento dos seus órgãos sociais. Atualmente a conjuntura económica e financeira obriga os clubes desportivos a uma adaptação dos seus modelos de gestão, tornando-os menos dependentes do setor público e dos patrocinadores, focando as suas principais receitas ao nível da organização de serviços e eventos. É de realçar, também, o papel desempenhado pelo associativismo que, conjuntamente com os pais, tenta captar os jovens para o desporto, evitando assim outros caminhos menos dignos. Deste modo, o associativismo está atento à motivação dos jovens procurando responder aos seus anseios. A prática desportiva é, pois, um veículo privilegiado para o desenvolvimento integral de crianças e jovens. Este contributo pode constatar-se:-----

No plano psicológico, ajuda a definir alguns traços da personalidade como o espírito de sacrifício, a coragem, a ambição, a resiliência, a concentração e a motivação.-----

No plano social, ajuda na sociabilidade, respeito pelos outros, espírito de grupo, aquisição de regras, entre outros.-----

No plano físico e fisiológico o desenvolvimento das diferentes capacidades motoras dando-lhe maior capacidade de resistência à doença e permitindo que adquiram um maior leque de movimentos, melhorando a sua funcionalidade e motricidade.-----

No plano cognitivo o treino tático no desporto ajuda as crianças na tomada de decisão pois treina-as para a leitura mais rápida de situações e para tomarem decisões também mais rapidamente.-----

As diferentes situações com que a criança se depara na prática desportiva são uma excelente fonte de estimulação sensorial, melhorando a capacidade de orientação espaço temporal, a capacidade de utilização da visão periférica, a capacidade de diferenciação e melhorando a sua capacidade de resolução de problemas.-----

É neste sentido que a Câmara Municipal de Viseu se vem também empenhando, indo ao encontro do movimento associativo e dinamizando o desporto e a sua relação com o meio envolvente. É de referir que se candidataram ao Programa de Apoio ao Movimento Associativo Desportivo 21 clubes do concelho de Viseu, que criam uma oferta desportiva em 17 modalidades diferentes para a época desportiva de 2013/2014, a saber: O Andebol, o Atletismo, o Basquetebol, a Boccia, Ciclismo, Futebol, Futsal, Ginástica, Hóquei em Patins, Judo, Karaté, Natação, Orientação, Rugby, Ténis, Ténis de Mesa, Voleibol. O presente programa municipal contempla várias medidas de apoio, assim como:-----

Medidas de Apoio à Participação em Competições/Provas de Desporto Federado, medidas de Apoio à Aquisição de Bens e Serviços, medidas de Apoio à organização de Atividades e Eventos Desportivos, com o apoio, penso que bastante interessante que esta Câmara fez e acho que é demonstrativo por aquilo que ela se empenha, no valor de 560.254,64 euros.-----

Nesta 1ª fase estes 21 clubes movimentam qualquer coisa como 2847 atletas, o que significa um valor de apoio do Município na ordem de 128 euros e 84 cêntimos por atleta, o que eu acho um excelente investimento na formação desta juventude.-----

É de referir 3 critérios, aqueles que nos pareceu mais relevantes têm a ver com a maior valorização do Desporto no Género feminino com a participação de 550 atletas femininos,

na valorização dos escalões de formação em detrimento muitas vezes dos escalões seniores e na valorização de clubes sedeados em freguesias periurbanas e rurais nomeadamente algumas freguesias em que têm hoje imensas escolas e escolinhas de participação de técnicos com a colaboração de outras instituições como a Escola Superior de Educação, o que prevê e dá a este contributo, digamos, a este projeto uma mais-valia para o Concelho. As boas práticas no desporto associativo farão a sustentabilidade e a emancipação de uma melhor geração, pelo que, se compreende o empenho e dedicação que esta Câmara Municipal dedica ao desporto associativo. Tenho dito.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Rapidamente só ia colocar aqui uma questão, que já foi distribuída aos Grupos Municipais, que tem a ver com uma Moção que foi aprovada aqui na Assembleia, foi proposta pelo CDS e que tinha a ver com o sinal TDT, em termos de televisão. Pois nós recebemos uma resposta da ANACOM e a ANACOM inclusivamente diz que gostaria de ter a informação de quais as Freguesias do Concelho que registam os problemas identificados no fundo, na comunicação que nós apresentámos. Refere inclusivamente que, sem prejuízo, algumas Freguesias como Cepões, Côta e Lordosa, em que dispõem de cobertura por satélite, poderão registar algumas dificuldades. Como isto acho que é uma matéria de interesse até, dos senhores Presidentes de Junta, nós, embora distribuíssemos a resposta da ANACOM a todos os Grupos Municipais, vamos enviar para todos os Deputados Municipais, incluindo os Senhores Presidentes de Junta para terem conhecimento da resposta e poderem providenciar junto da ANACOM alguma ressalva de algum problema que tenham nas suas Freguesias. De seguida e de imediato, dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **TRINTA E OITO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, cumprimentava-os e cumprimento também as Senhoras e os Senhores Deputados, os Senhores Presidentes de Junta, aqui também um cumprimento especial para o Senhor Vice-presidente, para as Senhoras e Senhores Vereadores, para o Público e para a Comunicação Social presente. Queria começar esta minha intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia, por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pela forma como decorreram as Celebrações do 25 de Abril. Provámos que é possível fazer umas comemorações elevadas, plurais e participadas. Penso que isso foi plenamente atingido e portanto, para a Autarquia foi com gosto que se associou de uma forma direta à preparação de todo este programa. Portanto, queria realçar aqui a qualidade que atingiu. Queria também agradecer ao Senhor Presidente o facto de termos antecipado esta Assembleia Municipal do dia 30 para hoje, como tínhamos previsto inicialmente. Pelo facto de ter compromissos internacionais obrigam-me a ir hoje apanhar o avião às 20 horas o que significa que tinha necessidade de honrar esse compromisso, antecipando esta reunião. Também já agora, dar a explicação por antecipação aos Senhores Deputados de que estarei nesta assembleia até às 15 e 30, para não ultrapassar os limites de velocidade que a Lei define e para poder estar no aeroporto à hora certa. Passando agora às questões que foram levantadas, desde já realçava as duas intervenções do Senhor Deputado Paulo Pereira e do Senhor Deputado António Vicente, que enfatizaram por um lado esta conferência que se fez “Para que serve um sítio Património da Humanidade” de facto, foi um momento extremamente importante, o início de um debate que se pretende participado e alargado, que nos possa conduzir efetivamente a uma situação de Viseu ver uma parte do seu Centro Histórico candidato a Património da Humanidade e por outro lado aqui também, sobretudo este objetivo mobilizador. Não partimos para este percurso às cegas, partimos exatamente por nos questionarmos e por juntarmos a nós aqueles que efetivamente já passaram por estas circunstâncias, para termos o conhecimento necessário para podermos fazer um bom percurso. Este é um tema que eu irei abordar na intervenção da informação do Presidente da Câmara e portanto, não iria para já

aprofundá-lo muito, guardar-me-ei para a intervenção que irei fazer no Período da Ordem do Dia. Queria também realçar e agradecer ao Senhor Deputado Paulo Pereira a referência a todo o vasto programa cultural que está neste momento em curso, com um objetivo por um lado darmos aqui os primeiros passos em áreas onde normalmente não se davam, por exemplo a Semana Santa foi uma experiência que correu bem e que para o ano seguramente ainda adquirirá uma maior importância, as próprias festas dos Santos Populares que este ano também terão uma perspetiva de enquadramento global, realçar também o Festival de Música da Primavera onde ainda ontem estive na sessão dos jovens que se destacaram ao longo deste ano no nosso conservatório e já agora referir que ontem mesmo, em nome do Município e depois de na quinta-feira termos aprovado em sessão de câmara, assinámos um protocolo com o Conservatório de Música através da ProViseu que permitirá que o Solar de Prime passe a ser utilizado numa maior percentagem com aulas no próximo ano letivo. Portanto, aqui também, cumprem-se no fundo três objetivos, dar mais espaço para que os jovens possam ter melhores condições de formação e realce-se que são mais de quinhentos jovens que hoje frequentam o nosso conservatório de música, é um trabalho notável que tem sido feito pela ProViseu, permitirá também no fundo, dentro da estratégia que temos para o Centro Histórico ter mais um edifício que passará a ser utilizado por pessoas, no miolo do Centro Histórico e portanto, este é também um objetivo que se consegue atingir através deste protocolo que ontem foi assinado e que permitirá até ao próximo ano letivo instalar também o conservatório ali no Solar. Por outro lado, é de realçar também a realização do 1º Concurso Internacional de Guitarra, até agora com uma adesão muito forte e já com cerca de uma dezena de participantes internacionais de diferentes países que virão portanto participar no 1º Concurso Internacional de Guitarra. A lógica tem sido sempre esta, por um lado uma atuação em rede, aproveitando as nossas Instituições existentes, com o envolvimento e procurando desenvolver bons programas. Penso que os Senhores Deputados e as Senhoras Deputados que têm tido a oportunidade de participar, verificarão a qualidade que temos atingido. Passaria agora à questão levantada pela Senhora Deputada Lúcia Silva. Eu diria que, gostaria que a questão que levantou, que tivesse sido levada e não a vi ser levantada ou pelo Senhor Presidente da Junta de Abraveses ou pelo Senhor Presidente da Junta de Silgueiros. Eu quero-lhe dizer Senhora Deputada que nós temos um grande respeito, a Senhora Deputada não está na sala mas eu respondo-lhe na mesma, temos um grande respeito pelos Senhores Presidentes da Junta. O respeito é de tal forma grande, que fomos o primeiro município do país que conseguiu ter pronta a aplicação da Lei 75/2013, exatamente no sentido para passarmos para as Juntas de Freguesia aquilo que são competências que podem ser desenvolvidas numa lógica de proximidade e não numa lógica centralizada. Este Executivo, tem tido um princípio, nada é feito em nenhuma Freguesia, desde apoios a associações, desde instituições que não seja coordenado com os Senhores Presidentes de Junta. Eu não discrimino os Senhores Presidentes de Junta em função da sua filiação partidária ou por outra forma qualquer, senão não teria feito uma das reuniões públicas da Câmara Municipal exatamente em Abraveses. Não teria feito o encontro de todos os Presidentes de Junta exatamente em Silgueiros. Eu acho que isto responde à Senhora Deputada, além disso, se há uma prerrogativa que permite indicar as pessoas, nós não abdicaremos dela. Portanto, sempre que a Lei nos dê uma prerrogativa, não abdicaremos e estamos muito satisfeitos com a performance das pessoas que designámos para os diferentes Conselhos de Escola. Portanto, sobre esta matéria, estamos perfeitamente esclarecidos. Senhor Deputado Carlos Cunha, Parque Urbano da Radial de Santiago. É um espaço que nós consideramos de fruição familiar bem conseguido, temos inclusivamente nos nossos planos, provavelmente não teve oportunidade de o ver, se olhar para o orçamento retificativo está exatamente um reforço de verba que permitirá algumas melhorias, para além de alguns procedimentos que estão em curso e o que lhe posso garantir é que os nossos concidadãos terão agora no verão aquele espaço em condições totais de fruição,

lamentando mais uma vez aqui as questões de vandalismo que como já o tinha referido, são mais de cem mil euros que a autarquia acaba por despende todos os anos por questões de vandalismo e portanto, apelo também aqui aos Senhores Deputados que nos ajudem a combater este flagelo que é o desrespeito pelo património público e pela vontade genuína de destruírem aquilo que é lá colocado. Já agora agradeço-lhe o elogio. Acho que também é bom verificar que o Senhor Deputado no início da sua intervenção, dizer que já muito foi feito, ao contrário de outras pessoas do seu Partido ou ligadas ao seu Partido que genericamente, todos os dias dizem que nada foi feito e que efetivamente, tudo o que fazemos é mal feito. Portanto queria referir isso. Já agora referir que o próprio concurso de limpeza do Rio Pavia também já foi colocado em concurso e portanto, o próprio Rio Pavia será limpo para que as pessoas possam usufruir melhor daquele espaço, sendo que o Município dentro da sua política de espaços de fruição familiar e estamos neste momento a planear a forma como o iremos fazer, a nossa ideia é criarmos pelo menos mais dois espaços de fruição familiar no nosso concelho. Estamos a perspetivar que um possa ficar na Quinta da Cruz e outro junto ao início da ecopista, exatamente porque entendemos que é importante termos espaços onde sem marcação prévia se possa pegar no filho ou que o avô possa pegar no neto e possam ir praticar desporto, usufruir de atividades ao ar livre e seguramente que a Radial de Santiago, o parque de Santiago é um dos que iremos também valorizar estamos inclusivamente a equacionar a possibilidade de utilizarmos o espaço do outro lado do Rio exatamente para fazer a ligação entre os dois espaços, para que ele seja ainda mais fruível do ponto de vista das populações. Senhor Deputado Carlos Vieira, veio aqui falar sobre a portaria e eu não queria deixar de referir este aspeto. Eu queria dizer que o Município conforme já o disse na reunião pública do Executivo realizada em Faíl/VilaChã de Sá, mais uma vez uma Freguesia que não é do PSD do ponto de vista dos últimos resultados eleitorais, veja lá Senhora deputada que coincidência, queria dizer que independentemente do Governo que esteja em funções, há uma coisa que este Executivo nunca irá abdicar que é a defesa dos interesses da nossa região e do nosso concelho e se tivermos que bater o pé seja a este Governo, seja a outro qualquer não hesitaremos. Agora, também lhe queria dizer que nós temos acompanhado de muito perto as questões de saúde em estreita ligação com o Ministério, com o Diretor Regional da Saúde e também com o Presidente do Hospital S. Teotónio que é assim que eu gosto de chamar e ninguém me irá ouvir tratá-lo de outra maneira que não seja esta e sabemos que por um lado aquilo que já foi aqui enfatizado, esta portaria prevê a possibilidade da instalação de duas especialidades novas, a Imunoalergologia e também a Medicina Nuclear e este aspeto da Medicina Nuclear, falámos na última Assembleia Municipal e eu volto a falar hoje. Acho que é de facto dos serviços e temos que unir esforços para garantir que ele seja instalado em Viseu. Instalado ou no hospital através de investimento público ou através de parcerias, seja o que for, é fundamental que efetivamente um hospital como o nosso que tem uma área de influência direta ou indireta superior a meio milhão de pessoas, tem efetivamente que ter para conforto dos próprios doentes uma unidade de radioterapia e obviamente que, já junto do Senhor Presidente do Hospital e também em conversa telefónica procurei esclarecer e a reação do Senhor Presidente do Hospital, foi de alguma desvalorização dizendo, dificilmente que um hospital que tenha uma área de influência de meio milhão de habitantes poderá perder valências que atualmente tem. Portanto, aquilo que eu quero aqui reafirmar é que estaremos sempre do lado da defesa dos interesses do nosso concelho e no sentido de não perdermos nenhuma das valências que atualmente temos. Quanto à questão da classificação patrimonial, por acaso é a primeira vez que o Município tem uma Vereadora que tem exatamente Património, Cultura e Turismo e eu acho que isto diz bem da forma como olhamos para o património e diz bem também a possibilidade de nos candidatarmos a Património da Humanidade e toda esta reflexão que queremos fazer sobre o Centro Histórico. Eu acho que fica bem espelhado aqui que efetivamente vamos ter muita atenção. Já agora e não é por a recomendação ser feita

Senhor Deputado Carlos Vieira, só dar-lhe uma informação. Ainda esta semana tirámos os taipais da futura incubadora do Centro Histórico, o edifício que está à frente, vai ser aberto o concurso público para apresentação de candidaturas para o Hostel e em relação ao tal edifício que referiu que tem aquela loja fantástica, posso-lhe dizer que dei orientações ao Senhor Gestor do Centro Histórico exatamente, face a algumas manifestações de vontade que tivemos, que tudo faça e a Câmara estará disponível para ajudar para que aquele espaço volte a reabrir designadamente com funções de uma galeria de arte na parte que diz respeito à Rua D. Duarte e com uma loja que possa ter a componente decorativa mas também a promoção do nosso artesanato e dos nossos produtos endógenos. É de facto um património demasiado bonito para nós o podermos perder e garanto-lhe que essa será a postura do Executivo. Eu não quero transformar o Centro Histórico num grande cenário “hollywoodesco”, que as fachadas sejam todas bonitas e que interiormente se percam os conteúdos. O mesmo lhe posso garantir em relação ao edifício de Orfeão. As orientações que dei a SRU, à Viseu Novo, foi exatamente para que o projeto seja feito, onde vamos colocar o Viseu Educa na salvaguarda da traça interna do edifício, porque é importante salvaguardar isso, para além da Casa da Calçada que é já um património classificado e que também está agora em curso o concurso público para a sua reabilitação. Por outro lado já agora, o próprio edifício da Câmara. É um edifício que para o ano passará a ser centenário, não é assim Senhora Vereadora? Portanto, é um dos edifícios que temos identificados com possibilidade de ser classificado, para além do Bairro Municipal. Agora, obviamente que tenha aqui em atenção o seguinte, nós irmos fazer isso de uma forma extremamente prudente porque às vezes a antecipação da classificação pode ser prejudicial à celeridade da sua reabilitação. Portanto, é dentro deste equilíbrio que as coisas irão ser feitas e seguramente quando chegarmos ao final deste mandato, teremos o orgulho de dizer que Viseu tem mais património classificado do que aquele que tinha quando nós começámos. Portanto, fica essa garantia a todas as Senhoras e Senhores Deputados. Senhora Deputada Filomena Pires, em relação às escolas, ninguém está mais preocupado do que nós em relação a esta matéria, o Senhor Vice-presidente tem mantido contatos regulares com o Ministério e há que salvaguardar o seguinte, e às vezes somos críticos, mas é bom também que quando temos que elogiar, temos que elogiar. O Ministério de Educação designadamente através dos seus serviços, tem sido de uma abertura total em relação à Autarquia. Isto é, temos tido várias reuniões com o Ministério de Educação, dentro desta salvaguarda, obviamente que nós nunca deixaremos de ter em linha de conta os critérios pedagógicos nas próprias Escolas, nunca deixaremos de ter em linha de conta o interesse das nossas crianças que está acima de tudo e dos seus pais e seguramente que haverão escolas que têm menos de vinte e um alunos que vão continuar a estar abertas. Tudo faremos para que isso efetivamente aconteça. Agora, compreenderá, primeiro isso não é um assunto que não se discuta na praça pública, é um assunto para tratar da forma que o estamos a tratar, em articulação com os Senhores Presidentes de Junta respetivos e ouvindo os pais e as pessoas diretamente interessadas. Estou convicto, a seu tempo o anunciaremos que iremos chegar a uma solução equilibrada, a uma situação que salvguarde situações como aquela que o Senhor Presidente de Junta de Côta aqui disse, que aliás já tem conhecimento, que lhe foi assegurado pelo Senhor Vice-presidente, que no caso concreto da Escola de Nogueira de Côta não está em causa, apesar de ser uma das tais escolas que vai funcionar com menos de vinte e um alunos. Já agora, permitam-me só que vos transmita a minha opinião em relação aos baldios. Não tinha que falar sobre este assunto, esta é uma opinião que só vincula o Presidente da Câmara individualmente. Mas, acho que se nós temos um poder eleito, legitimado pelo povo, então aquilo que é do povo que então seja gerido por quem está legitimado. Pelo menos temos uma garantia, é a legitimidade, é o reforço orçamental das Juntas e por outro lado, é um poder que é sindicado. Existe uma Assembleia de Freguesia também eleita pelo povo e depois também existe um Tribunal de Contas que vai fiscalizando assim como

outras instituições. Portanto, se efetivamente é um património do povo, então que seja o povo a geri-lo através dos seus legítimos representantes. Portanto, acho muito bem que Assembleia da República..., há muitos anos que defendo isto. Há muitos anos que defendo que a alteração da Lei dos Baldios seja feita, porque em Portugal não podemos viver amarrados a situações, que numa determinada altura fizeram sentido, hoje temos o poder autárquico que perfeitamente legitimado, estabilizado, todos estamos de acordo que é a principal conquista do 25 de Abril, então que sejam os autarcas, que não podem à segunda-feira servir para serem o garante e depois à terça já deixam de os ser. Então que sejam os autarcas e as Juntas de Freguesia a gerir aquilo que tem que ser gerido. Mas esta como digo é uma posição que só vincula o Presidente da Câmara e não vincula mais ninguém. Em relação às eleições, seguramente que as eleições irão decorrer com a normalidade que nós esperamos que elas corram, a autarquia todo fará em conjunto com os senhores, portanto quer a Câmara quer os senhores Presidentes de Junta para que tudo decorra da forma que efetivamente tenha decorrer e que ninguém deixe de votar com a dignidade que as pessoas têm que ter. Agora Senhora Deputada, não estará nas mãos do Município para além de todo um planeamento que estamos a fazer com cuidado, poder estar agora a desenvolver por exemplo, um conjunto de obras em alguns edifícios que passariam por colocação de plataformas, etc. etc., não estará ao nosso alcance, compreenderá que se a Comissão Nacional de Eleições ou o Governo desbloquearem uma verba para melhoria, nós temos esse levantamento feito, se o Governo desbloquear uma verba como sendo um objetivo nacional para garantir a acessibilidade, nós seremos os primeiros a aderir a uma iniciativa dessas, nem que a autarquia também tenha que fazer um esforço, agora sozinha não estará em condições de o fazer. Depois o Senhor Deputado António Vicente falou sobre a questão do Centro Histórico, como irei referir na minha intervenção, aprofundarei aí essa matéria para não estarmos aqui a ocupar muito mais tempo, em relação ao Senhor Deputado Ribeiro Gonçalves, a Comissão Municipal de Defesa Florestal contra incêndios já teve a sua reunião, está a fazer o seu trabalho no sentido de preparar a próxima época de incêndios, é conhecida a posição do Município em relação a esta matéria. Por um lado entendemos cada vez mais que esta competência deve ser uma competência intermunicipal, já o dissemos na Comunidade Intermunicipal de que deve ser a Comunidade a agarrar com as duas mãos a definição, somos até um projeto-piloto no país, este território da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, no fundo desenvolver toda uma política integrada, para quê? Porque quando o incêndio começa, não pergunta se pode passar de um concelho para o outro, ele flui por aí fora, por outro lado os meios existentes serão muito mais racionalizados se tiverem uma gestão ao nível intermunicipal, e está a ver, a própria Autarquia de Viseu manifestar disponibilidade para que isto seja feito assim, significa de facto uma grande abertura da nossa parte, sendo que prezamos muito os nossos Bombeiros. Eu ainda ontem estive com o Senhor Ministro da Administração Interna exatamente nos Bombeiros Voluntários. Foi Viseu, e os Bombeiros Voluntários que foram escolhidos para o local onde foi feita a cerimónia de entrega dos equipamentos de comunicação para a preparação da próxima época de incêndios. Enfim, acho que isto é, aliás a valorização vê-se por atos, não é Senhor Presidente? Aqui noutra qualidade. Vê-se por exemplo na participação do Presidente da Câmara no aniversário, vê-se no apoio que ainda na semana passada foi concedido aos Bombeiros e o acompanhamento diário que vamos fazendo à corporação. Portanto, não é por palavras que se defendem as instituições, é por atos, e lhe garanto que os Bombeiros Voluntários nunca se sentiram discriminados face aos Bombeiros Municipais. Portanto, tratamo-los com igualdade de circunstâncias. Ainda recentemente e já agora aproveito também já que ninguém perguntou, que a certificação do nosso Aeródromo em princípio, contamos ter passado no último teste que foi a simulação que foi feita na semana passada, coordenada aqui pelo Senhor Vice-presidente que nos poderá permitir a questão da certificação. Por outro lado, também é conhecido que a nossa intenção, a intenção do Município, é

centralizar no Aeródromo tudo o que tenha a ver com Proteção Civil, isto é, vir a juntar os diferentes meios, algo que ainda não estará ao alcance de este ano, mas criar boas condições até para os nossos Homens que andam a combater os incêndios, e hoje as condições de facto não são famosas, mas está na nossa intenção não só criar instalações condignas para as tropas que andam no terreno, os homens e as mulheres que andam no terreno e ao mesmo tempo criar condições para que num futuro próximo, tudo venha a funcionar lá em cima, desde a Proteção Civil, ou o CDOS e o CNOS alternativo, passando pela fixação do corpo de Bombeiros, meios aéreos, meios terrestres. Portanto, criarmos um verdadeiro Centro de Proteção Civil no nosso Aeródromo. Já agora, assinalar aqui também, que ontem, até no domínio patrimonial, Senhor Deputado Carlos Vieira, ontem, o edifício do Governo Civil, passou a estar sob a responsabilidade do Município. Portanto, é também um património valioso que temos na nossa Cidade, que depois de uma negociação, digamos que é um edifício que regressa, é devolvido à comunidade do ponto de vista de instalação de serviços. Para já irá manter a Proteção Civil até criarmos condições no Aeródromo e entretanto, há serviços da Autarquia que vão ser transferidos para lá, mantendo também no rés-do-chão o atendimento do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e portanto, aqui está também um património da nossa Cidade que desde ontem passou a ter também a Bandeira do Município, que eu acho que nos deve também congratular a todos. Senhora Deputada Elsa Lemos, agradeço o elogio que fez em relação à proximidade. De facto a Educação é uma prioridade, não vou dizer que é uma paixão, que isso, alguém o disse e não sei se o praticou, mas seguramente que é uma prioridade e sobre isso, lá está realidade e prática. Fazer, agir. Olhe, por exemplo em relação à Escola Viriato, posso-lhe dizer que para além da visita do senhor Diretor Geral, estamos neste momento a preparar tudo para consumir um protocolo, para substituir um existente para avançarmos com a requalificação do Pavilhão Viriato. Mas em relação à Escola da Ribeira, fiz a visita, comprometi-me e o concurso público para a alteração da cobertura, já foi publicado no dia quinze de abril, exatamente para que as obras sejam feitas durante o período de interrupção escolar, e portanto, a opção do Município, foi não esperar, não esperar mesmo se há comparticipação comunitária ou não. Portanto, colocámos em concurso, o próprio orçamento rectificativo tem um reforço de verbas que visa exatamente esta atuação e outras e portanto, o concurso está aberto, durante o verão será removida toda cobertura e colocada uma nova cobertura e no próximo ano letivo, faremos depois as outras obras viradas para a parte da eficiência energética para que o edifício fique na plenitude das suas condições. Portanto, é uma boa novidade que trago e se repararem, na última Assembleia Municipal este assunto foi levantado e hoje o assunto está a correr os trâmites legais para andar. Em relação à qualidade da alimentação, a Autarquia abriu um concurso que ficou deserto, depois fez por convite e agora estamos neste momento a acompanhar, aliás, o contrato foi assinado há uma semana exatamente para que a qualidade alimentar seja controlada diariamente e já agora aproveito para dar conta que iremos abrir um concurso público, não iremos renovar, abriremos este ano um concurso público para a alimentação para os próximos anos. Entendemos exatamente que em vez de estarmos a dar continuidade ao que está, deveremos abrir um novo concurso público para dar a possibilidade de rever enfim, as condições em que o serviço está a ser prestado e procurarmos também uma eventual economia do novo concurso. Em relação ao Centro Escolar Viseu Estrela, é visível, a obra está em curso, o estaleiro está montado e em curso. Nem todos os estabelecimentos escolares têm que ter salas para crianças com deficiência, como sabe existe uma rede, existem diferentes especializações e o importante é que exista uma cobertura no Concelho que garanta a integração de todas as crianças com deficiência. Portanto, essa garantia dou-lhe, é que neste momento no Concelho, asseguramos um tratamento a todas as crianças com deficiência. Agora, no Viseu Estrela concretamente, não está prevista a existência de nenhuma sala para alunos com alguma necessidade especial. Em relação ao espaço interior coberto, é uma também uma preocupação que eu

tenho transmitido aqui ao Senhor Vice-Presidente de que deveremos evoluir, até termos uma solução que foi desenvolvida por exemplo na Escola Viriato, barata e eficaz, para que efetivamente todas as escolas no concelho venham a evoluir, no sentido de terem um espaço exterior que não deixe de ser coberto para garantir que mesmo quando as condições são adversas, as pessoas possam ter a possibilidade de usarem o espaço exterior. Por último, em relação à intervenção do Senhor Deputado José Ernesto, queria desde já deixar bem claro que em relação à questão do desporto, houve aqui uma preocupação principal, foi primeiro aprovar um regulamento. O Executivo Camarário, há cerca de um mês, aprovou um regulamento que define as regras de apoio aos diferentes clubes e onde questões como por exemplo o défice de participação do género feminino no desporto no Concelho, foram valorizadas. Nós temos três mil cento e três atletas federados no nosso Concelho e só temos quinhentas e cinquenta pessoas do género feminino e portanto, há claramente que evoluir aqui. Depois valorizar os escalões de formação e também valorizar os clubes que sejam sediados nas freguesias periurbanas e rurais, exatamente para estimular para que não exista esta concentração tão grande na cidade e posso-vos dizer que apesar de na última reunião do Executivo um dos Vereadores da oposição designadamente do CDS/PP ter questionado os valores de aposta na educação eu acho que este é um dinheiro que está a ser muito bem aplicado pelo Município. Estamos a falar de três mil jovens, estamos a falar de um apoio médio de cento e cinquenta e quatro vírgula setenta e cinco euros, estamos a falar de um apoio que se o Município não o desse, nós teríamos seguramente 25 clubes que neste momento fechariam as portas, porque o apoio que receberiam do poder central que é nada, não lhes permitiria, apesar do esforço dos pais, apesar do esforço que fazem no dia-a-dia. Portanto, o Município vai seguramente continuar a alocar uma fatia significativa do seu orçamento para apoiar o desporto amador e friso, o desporto amador. Portanto, neste caso concreto, estamos a falar quando faltam assinar quatro contratos, no final teremos vinte e cinco contratos de apoio desportivo que serão assinados, estaremos a falar de dezassete modalidades conforme referiu e estamos a falar de meio milhão de euros, é disso que estamos a falar. Quando os contratos todos estiverem assinados estamos a falar de um apoio de meio milhão de euros que estaremos a dar ao desporto, portanto, às atividades amadoras, sendo que aqui há também um princípio que foi definido e que é novo, que é a quantificação exata do apoio em espécie que não era valorizado. Portanto, quando o Município está a disponibilizar um pavilhão ou um estádio ou um relvado para que a prática do desporto seja feita, isto passou a constar também dos contratos de desenvolvimento desportivo isto é, o valor exato que custa aquele apoio. Portanto, neste apoio indireto, estamos a falar de duzentos e treze mil euros. Portanto, o esforço que o Município irá fazer neste ano será de cerca de setecentos mil euros entre apoio direto e apoio indireto e portanto, esta é seguramente uma área que nós vamos continuar a apostar, não só porque a prática desportiva, sobretudo nas camadas jovens é extremamente positiva para a formação das pessoas. Vamos também ao longo do mandato e estamos a fazer esse trabalho, fazer aqui um esforço também de valorização e requalificação de alguns espaços. Tomando aqui também decisões em alguns casos, até de encerrar alguns espaços que não têm a qualidade devida para estarem abertos, para valorizar outros. Portanto, há claramente aqui uma preocupação de apoiar o desporto no nosso Concelho, a Autarquia não se substituir aos clubes, antes pelo contrário incentivar o trabalho em rede desses mesmos clubes e portanto esse será seguramente um caminho que vamos continuar a seguir, mesmo que alguns achem que isto é despesismo. Isto é a aposta na saúde dos nossos jovens, isto é apostar na ocupação dos tempos livres também dos nossos jovens de uma forma muito mais positiva e isto é apostar também na projeção do nome de Viseu através da prática do desporto em que temos, nas tais dezassete modalidades que o Senhor Deputado referiu vários atletas, enfim, obviamente que nestes três mil e cem, não queremos ter aqui três mil e cem campeões, mas seguramente que vamos ter alguns que também através da forma como se vão destacar ou

se têm destacada, acabam por contribuir, cito por exemplo e não querendo ser exaustivo, mas cito a natação do Académico que tem tido resultados e que tem projetado muito alto o nome de Viseu e lá está, é uma atividade amadora que está a ser apoiada através destes contratos de desenvolvimento desportivo. Portanto, deixar aqui que, independentemente das críticas que possam ocorrer o desporto é uma prioridade e vai ser apoiado e contem que isso assim seja porque temos consciência que nem todos os Municípios se podem gabar no bom sentido, de ter tantos atletas e este é claramente um resultado de um trabalho em rede, de envolvimento dos dirigentes desportivos e sobretudo também de um grande envolvimento dos pais. Vários pais acabam por ocupar o seu fim de semana para permitir que os seus filhos pratiquem a modalidade a, b ou c. Portanto, vamos continuar a apoiar fortemente o desporto no nosso Concelho. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Presidente da Câmara. Antes de entrarmos no Período da Ordem do Dia, a Mesa gostaria de fazer uma proposta, que era, propor que para efeitos de execução imediata, as deliberações desta Assembleia, sejam aprovadas em minuta para terem efeito imediato. Quer as do Período de Antes da Ordem do Dia, quer as que vamos ter no Período da Ordem do Dia. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, é aprovada esta proposta da Mesa. Íamos agora iniciar já o Período da Ordem do Dia e dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **TRINTA E NOVE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Caras e Caros Munícipes.-----

O escrutínio público é uma das virtudes maiores da Democracia e da sua arquitetura institucional. A esta Assembleia cabem a avaliação e o controlo políticos sobre a ação do executivo camarário e uma vigilância e o acompanhamento sobre o cumprimento progressivo da estratégia que a suporta.-----

No Executivo respeitamos e valorizamos essa atribuição democrática. Não fazemos “ouvidos de mercador” dos apelos responsáveis que aqui recebemos, quer dos Senhores Membros da Assembleia, quer dos nossos Concidãos.-----

Aliás, na última reunião da Assembleia Municipal, recebemos um apelo para que o Executivo fosse célere numa intervenção de reabilitação de estabelecimentos escolares do concelho. Tive a oportunidade ainda agora de referir aqui, como evoluímos na perspetiva da abertura do concurso para a cobertura da Escola da Ribeira, esperando que as mesmas venham a ter lugar no período da interrupção letiva do Verão. Como noutras situações, não nos limitamos a tomar conhecimento dos problemas mas também a acompanhá-los de forma célere e próxima, como também procuramos ser céleres e diligentes para tomar iniciativas para a sua resolução.-----

Abrimos já também um canal de comunicação com o Governo no sentido de virmos a protocolar como eu já referi a intervenção de reabilitação prioritária nas Escolas Viriato e na Grão Vasco. Aliás, não me referi à Grão Vasco, mas também esta foi visitada pelo Senhor Diretor Geral, acompanhado por mim e em que, mais uma vez manifestei a disponibilidade do Executivo, para que possamos fazer um protocolo e avançar e por outro lado, solicitando ao Governo, que possa até ser feita de uma maneira fracionada a obra que é necessária.-----

E portanto, disponibilizámo-nos para, num quadro de contratualização com o Estado Central, assumir a execução das intervenções, com vista a uma resolução célere dos principais problemas que afetam estas infraestruturas e preocupam a comunidade educativa. Não deixamos em mãos alheias o sentimento e as preocupações da comunidade. O Município está disponível para ir além do que é a sua obrigação estrita, ao serviço da Comunidade, substituindo-se ao Estado Central e tomando em suas mãos as suas responsabilidades, se o mesmo Estado Central assim o viabilizar.-----

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, cumpridos que estão 6 meses de mandato camarário, está em franca implementação o modelo de governação municipal.---- Modelo de governação baseado nos princípios da participação, da inclusão, da descentralização, da responsabilidade e transparência e da desburocratização. São princípios consignados no programa sustentado pelo voto popular e formulado com a convocação da participação cívica.-----

Na passada quinta-feira, foi lançada em consulta e debate públicos a estratégia para a revitalização patrimonial, social e económica do Centro Histórico de Viseu, que tem já em curso uma agenda de debates, a começar com os comerciantes. Simbolicamente, a 24 de Abril, véspera das comemorações dos 40 anos da Revolução do 25 de Abril. Este é um momento muito marcante e um momento decisivo, tanto no que à matéria de decisão diz respeito, sendo a revitalização do Centro Histórico uma das três prioridades da estratégia municipal, como no que ao modelo e ao processo público para sua definição. Um modelo participado, mas produtivo. Com debate de ideias, mas focado na ação e na resolução de problemas e desafios. Esta consulta e este debate públicos configuram uma concretização de “carne e osso” do programa que temos em curso e é uma semente positiva em prol de uma nova cultura de cidadania e também de governação aberta. No Município, não desejamos uma democracia episódica, de quatro em quatro anos, nem uma democracia de fachada. Estimulamos antes, com medidas reais, a participação na governação concelhia e na construção dos destinos coletivos. Neste debate público, como noutros, apresentam-se aos viseenses um conjunto de caminhos e um conjunto de propostas. De forma aberta, sem preconceitos e sem fronteiras. Aos viseenses será dado o uso da palavra. Não para dizer “sim” ou “não”, mas para exprimir a sua vontade e o seu pensamento. Esta participação decorrerá nos próximos dois meses, portanto, agora nos meses de maio e junho. A primeira reunião participativa está já agendada com os comerciantes do Centro Histórico e a Associação de Comerciantes do Distrito de Viseu, a 7 de Maio e também o Conselho Estratégico estará convocado para, a 13 de maio, participar desta reflexão conjunta e pública para além do Conselho Municipal da Juventude, no qual eu me comprometi também a discutir esta matéria. Este órgão, Conselho Estratégico, criado no contexto da estratégia municipal, está não apenas constituído, como é um órgão representativo da cidade-região, ativo e interveniente. No passado mês de março, voltou a reunir, tendo por principal tema de agenda a situação e os desafios do Ensino Superior na cidade-região.----- Fez a radiografia do setor, tomou posição e espelhou o sentimento de que necessitamos de um Ensino Superior forte, especializado em setores estratégicos, com autonomia, aberto ao exterior e em rede com a comunidade, de que o recente projeto do “Viseu Estaleiro-Escola” é um exemplo relevante. Também este fórum afirmou que ao Governo cabe uma política de discriminação positiva do Ensino Superior no Interior, que representa ainda uma fatia menor da oferta formativa proporcionada pelo sistema, nomeadamente através do financiamento de bolsas de estudantes. O agroalimentar, as tecnologias da informação e comunicação, as ciências da saúde, a eficiência energética, o “terceiro setor” e o turismo foram considerados setores-chave por este órgão, que valorizou também as ações de *lobby* e de cooperação com a região do Porto e no eixo da A25, que temos vindo a prosseguir.----- A respeito do avanço da estratégia municipal, cumpre-me destacar também nesta Assembleia a implementação do programa “Viseu Local”, num quadro de parceria estratégica com as 25 Freguesias e União de Freguesia, que apresenta um contributo relevante para o objetivo da descentralização autárquica. O programa “Viseu Local” visa adquirir estratégias de desenvolvimento local de segunda geração e organizar, com eficiência e racionalidade, os “acordos de execução” entre o Município e as Freguesias, nomeadamente para a delegação de competências entre estes níveis autárquicos. No momento em que se realiza esta sessão, foram já aprovados em reunião de Câmara os contratos de execução com 7 Freguesias e União de seguida, passaremos aos restantes.--- Em 2014, o programa “Viseu Local” representará uma transferência de meios financeiros

protocolados avaliados em cerca de um milhão de euros, entre os 3 milhões de euros que no total serão canalizados para o desenvolvimento local através das Freguesias e União de Freguesia. Este é um passo positivo para um modelo de governação mais próximo das pessoas e mais eficiente no território, que representa ainda um novo desafio para as freguesias, de mudança de paradigma de intervenção, ligado ao empreendedorismo local, à valorização dos recursos económicos e à inclusão social. No âmbito da proposta de revisão orçamental que será também sujeita à aprovação hoje nesta Assembleia, nesta sessão, encontra-se também contida a dotação financeira do Orçamento Participativo para 2014, na ordem dos 75 mil euros, e que será lançado ainda no primeiro semestre. Esta espero, será uma experiência que marcará também um novo ciclo de governação do concelho, convocando a participação dos munícipes.-----

No plano da desburocratização e da simplificação, têm sido dados passos progressivos numa estratégia de modernização municipal, com especial destaque para a modernização dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento. Para já foi aberta aos munícipes a opção de subscrição do serviço de fatura eletrónica, que poderá ser anulada e sem custos a qualquer momento. A subscrição é feita via on-line, no site do Município, ou presencialmente nos postos de atendimento municipal.-----

Em curso estão também os procedimentos concursais para a atribuição dos serviços de faturação eletrónica, permitindo a desmaterialização de processos e correspondência, e de pagamento por multibanco e por redes de balcões “payshop”, esperando-se a sua conclusão ainda no primeiro semestre.-----

São medidas que permitem incrementar racionalidade e eficiência administrativas, mas sobretudo qualidade de vida nos munícipes.-----

A intervenção de reforma do sítio web do Município está também já em curso, sendo acompanhada por uma presença aberta e interativa nas Redes Sociais, numa cultura positiva de maior proximidade com os cidadãos.-----

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. O Governo Português apresentou à Comissão Europeia, neste mês de abril, o “Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas” para o horizonte de 2014-2020. Apesar de todas as incertezas, este é um plano positivo para a cidade-região de Viseu, na medida em que reconhece o corredor ferroviário Aveiro/Salamanca como uma prioridade de desenvolvimento. Ao cabo de cinco meses de intenso trabalho político, negocial e de *lobbying*, no quadro de uma estratégia aberta e inovadora de concertação em rede, no eixo da A25 (através da Plataforma A25) e do Centro-Norte, com as principais associações empresariais e outros municípios de especial relevo, a cidade-região de Viseu vê consignadas as suas posições e interesses na estratégia nacional. Soubemos afirmar uma voz liderante e inclusiva e construir pontes no plano regional, inter-regional e nacional. Os resultados que obtivemos não são garantia de coisa alguma, mas premeiam para já uma atitude, uma visão e uma persistência. Não há motivos para congratulações, mas este Plano Estratégico é uma conquista do diálogo e da força de um espírito de convergência regional. É preciso que se definam agora as soluções que serão assumidas no terreno e um calendário concreto para a prioridade do corredor ferroviário. Este plano abre diversas perspetivas, há muitas perguntas que reclamam e esperam uma resposta. Tão pouco fica claro, pelos documentos que são do conhecimento público, se foram consideradas as propostas técnicas desenvolvidas pelas três associações empresariais do Centro-Norte, com o apoio dos principais atores municipais das duas regiões, entre os quais o de Viseu. Uma coisa não se pode por em causa, é que a cidade-região, o Município defenderam e pugnaram pelos seus interesses e por uma visão de competitividade regional, de forma que se cumpram os princípios de coesão nacional.-----

As propostas que as regiões Centro-Norte apresentaram ao Governo, e em cuja construção tivemos uma voz ativa, preconizaram soluções integradoras, racionais e ao mesmo tempo inovadoras, abdicando de mitos e quaisquer preconceitos, e acomodando a sua execução dos dois principais corredores ferroviários (Aveiro – Viseu – Salamanca e Sines – Caia)

aos montantes financeiros disponíveis. Em vez de duas linhas em cada corredor, preconizou-se uma solução inovadora de uma linha única com sistemas de “bypass” para o cruzamento do tráfego. As regiões do Centro-Norte receberam este desafio do Governo e corresponderam: acomodar soluções ao montante disponível. Sem luxos e sem devaneios como no passado recente, abrindo caminho a que os investimentos estruturantes e modernizadores da conectividade e da competitividade nacional venham a converter-se numa realidade. Também a melhoria da ligação rodoviária de Viseu a Sul é reconhecida como prioridade no “Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas”. Esta dimensão é fundamental e não pode ser esquecida. A cidade-região de Viseu exige uma rodovia mais competitiva a sul, que reduza em 30 minutos a ligação a Lisboa. As restrições impostas por Bruxelas aos investimentos rodoviários pedem o envolvimento de privados, mas também a ponderação de soluções alternativas e uma negociação mais exigente com Governo. Estamos disponíveis para continuar a trabalhar e a dialogar sobre esta matéria. Disso mesmo tem o Presidente da Câmara de Viseu dado nota pública.-----

Ainda no plano da conectividade rodoviária, e com objetivos de promoção da competitividade económica e da mobilidade social, a Plataforma da A25 tem persistido no seu trabalho de sensibilização para a urgência de um sistema económico e territorialmente mais justo de portagens na ex-SCUT da A25, que corresponda ao real serviço prestado a populações e empresas. A este respeito, a Plataforma recebeu, a 17 de março, garantia do Ministro da Economia de que está em estudo a redefinição daquele plano de portagens e que a sua aplicação decorrerá até ao final do ano em curso.-----

Senhoras e Senhores Deputados, também gostava de abordar a questão da cultura e do programa cultural. A temporada de programação cultural da Primavera está em franca execução, numa oferta mais qualificada de eventos e espetáculos, com especial impacto na formação de talentos e de públicos jovens e numa programação orientada para a atratividade “da rua” e de turistas. Ao todo, serão mais de 100 eventos que marcarão a agenda do concelho nesta temporada. Mais de 50 concertos, 30 peças de teatro, 12 exposições e festas populares e de rua prometem preencher o calendário dos viseenses e dos visitantes. A esta programação juntou-se este ano pela primeira vez a “Semana Santa” e a iniciativa “Viseu & Vinho Dão Festa”, programa organizado pelo Município para promover a qualidade dos vinhos do Dão e o concelho como destino vinhateiro, em parceria com a Associação de Desenvolvimento do Dão Lafões e Alto Paiva e a Comissão Vitivinícola Regional do Dão. O Município põe um esforço de cerca de 200 mil euros nesta programação, apostando também na sua promoção regional enquanto fator de atratividade. Prosseguimos assim, a visão de fazer de Viseu um destino de cultura e uma cidade vibrante de eventos. A qualificação da produção, da formação e da oferta cultural de Viseu e a promoção da nossa identidade são, por isso, apostas conscientes e decisivas. São sementes positivas que irão germinar, estou certo, no futuro: na educação de talentos, na criação de públicos e na atratividade de Viseu. A programação traduz ainda um modelo de coorganização e de parceria conforme já referi e a agenda de eventos da Primavera é suportada por 21 entidades parceiras e pelas 25 freguesias, envolvendo a participação de mais de cinco mil pessoas.-----

Outro tema que também esteve em debate nos últimos tempos, foi recentemente gerado um clima de preocupação sobre questões relacionadas com a segurança no nosso concelho. Também gostaria de abordar esta matéria. Tive oportunidade de realizar já uma reunião com os comandos territoriais da GNR e PSP de Viseu, tendo-se concluído liminarmente pela ausência de qualquer fundamento de alarme. O relatório de segurança que alimentou a imprensa dá-nos uma boa notícia, inclusive para Viseu: o número de crimes diminuiu face a ano anterior. Viseu continua a ser uma das regiões com menor criminalidade violenta. 80 % da criminalidade violenta está concentrada em Lisboa, Porto, Braga, Setúbal e Faro. Viseu é uma cidade segura para quem vive e também para quem estuda e trabalha. O problema da criminalidade violenta e do seu aumento é um problema

nacional, para não dizer europeu. O agravamento deste problema deve merecer uma reflexão e respostas sociais e de segurança. O aumento da criminalidade violenta no distrito não está acima da tendência nacional, pelo contrário. O aumento da criminalidade violenta está muito relacionado também com o agravamento das condições económicas dos últimos anos. A falta de emprego, a falta de dinheiro nas famílias e um sentimento de incerteza e insegurança criam uma tendência de violência doméstica e de violência criminal. As respostas estruturais serão respostas sociais e de emprego. As respostas de conjuntura serão resposta de aumento da vigilância minimização dos riscos e também este acompanhamento de proximidade que estamos a fazer. Aliás, na reunião que realizei com as forças de segurança tivemos já oportunidade de identificar um conjunto de iniciativas que serão desenvolvidas para manter, e reforçar, o estatuto de concelho seguro que Viseu detém e quer continuar a deter.-----

Um outro aspeto, prende-se também com a prática desportiva que constitui hoje um aspeto que também já desenvolvi mas que gostaria também de enfatizar nesta intervenção. A prática desportiva constitui hoje um fator central e indispensável de qualidade de vida e de promoção da saúde pública. O associativismo local é um parceiro estratégico e fundamental no cumprimento destes objetivos, facilitando o acesso da população à prática de atividades desportivas, em diferentes segmentos, mas com especial incidência nos escalões mais jovens e na vertente formativa. Temos assistido a um notável desenvolvimento do tecido desportivo associativo, evidência que podemos comprovar na diversidade da oferta, na quantidade de atletas que escolhem os clubes como via preferencial de acesso à prática desportiva, no nível de formação académica e desportiva dos técnicos e também num rejuvenescimento dos seus órgãos sociais.-----

Este tecido apresenta um “gap” assinalável em função da área geográfica de atuação, mais forte e organizado na zona urbana e mais débil nas zonas mais rurais, cujo reequilíbrio compete também ao Município promover. Também ao nível do género como já tive a ocasião de referir, queremos incrementar que haja mais pessoas do género feminino a praticar desporto. Neste contexto, o Município de Viseu reconhece o papel social insubstituível que os clubes desportivos desempenham nas suas comunidades, garantindo de forma consequente uma nova geração de apoios ao movimento associativo desportivo, a pensar numa prática desportiva qualificada e para todos. Esta nova geração, traduzida num novo conjunto de contratos-programa, define uma linha de pensamento estratégico, mas procura também otimizar e garantir maior coerência dos investimentos do Município no movimento associativo e motivando à diminuição procurando combater os desequilíbrios existentes na oferta desportiva do concelho. Assim como já referi, foram já aprovados e celebrados pela Câmara Municipal 21 contratos-programa e serão celebrados ao todo 25 contratos-programa num total de meio milhão de euros diretos mais o apoio em espécie. Gostava também de realçar aqui nesta intervenção, um passo extremamente importante que demos nestes últimos dias mais concretamente no dia 16 de abril, dia em que foi firmado um protocolo entre a Universidade Católica Portuguesa, o GECORPA – Grémio do Património, a Associação Empresarial da Região de Viseu (AIRV) e o próprio Executivo. Nesse dia surgiu, veio à luz do dia o “Viseu Estaleiro-escola” será um centro de formação aplicada que traz ao concelho, à cidade-região e ao país um conceito de ensino profissional alternativo e de laboratório em contexto real, voltado para a reabilitação de património edificado. É um passo positivo que eu considero inovador e construtivo. Aliás, será um projeto pioneiro no contexto do país. Será destinado a jovens interessados num percurso profissionalizante, a desempregados e a quadros de empresas na área da construção, valorizando as competências científicas radicadas no Centro Regional das Beiras da Universidade Católica, assim como na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Viseu. Posso, a este respeito, prestar nesta sede informação do estabelecimento dos primeiros contactos para a integração da Escola e do Instituto no desenvolvimento do projeto, na qualidade de parceiro de pleno direito. O projeto, pioneiro

no país, ambiciona criar uma nova oferta de formação de competências nos domínios da reabilitação do património edificado, contribuindo ao mesmo tempo para o reforço da dinâmica de regeneração do Centro Histórico de Viseu. A atividade deste centro de formação privilegiará ainda a intervenção em edifícios habitacionais para fins sociais, em zonas rurais do concelho. A coordenação científica e técnica do “Viseu Estaleiro-Escola” será assegurada pela Universidade Católica Portuguesa e pelo GECORPA. O projeto será candidatado a financiamento comunitário do novo QREN, que vigorará entre 2014 e 2020, devendo estar no terreno já no próximo ano. A própria Autarquia dará ao projeto o que lhe cabe, uma bolsa anual de edifícios e os materiais e equipamentos necessários à realização de obras. Aos demais parceiros caberá a coordenação pedagógica e técnica, a “*expertise*” e a dinamização de formandos e empresas, condição essencial para a sustentabilidade deste projeto. Esperamos contar também com o apoio do Governo e com o apoio dos fundos comunitários do novo QREN. Estamos assim a responder de forma positiva ao repto da mudança de paradigma para que foram desafiados os municípios e esperamos agora que o Governo e novo QREN apoiem através do Fundo Social Europeu este projeto. Se emprego, competitividade e capital humano são palavras-chave do novo QREN e se os fundos comunitários se destinam ao desenvolvimento regional, conforme está na letra da legislação comunitária, então o Viseu Estaleiro-Escola será seguramente apoiado. Este projeto dará, assim, um contributo relevante para o cumprimento de quatro objetivos distintos, mas convergentes e complementares entre si: Por um lado o desenvolvimento de competências técnicas para práticas de reabilitação do edificado e a qualificação da intervenção de regeneração do Centro Histórico de Viseu, por outro lado a formação para a empregabilidade de jovens e de desempregados em novas atividades, em terceiro lugar a valorização de competências e quadros científicos disponíveis em instituições de ensino superior da cidade-região e em quarto a reorientação de empresas do setor para as atividades de reabilitação e regeneração. Nos projetos que serão desenvolvidos, intervirão também estudantes do ensino superior nos domínios da arquitetura e da reabilitação.-----

Outro aspeto que eu gostava também de desenvolver aqui, prende-se com a revitalização do Centro Histórico de Viseu e desde já lançava aqui um desafio ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e a toda a Assembleia Municipal, é que efetivamente este órgão também fosse um dos atores diretos neste debate que pretendemos participado. Como sabem, elegemos a revitalização do Centro Histórico de Viseu como uma das três prioridades estratégicas do programa “Viseu Primeiro 2013/2017”, ao lado das apostas no desenvolvimento económico e investimento e na solidariedade e inclusão e fizemo-lo conscientes das tremendas dificuldades e das múltiplas e multiformes exigências dessa aposta. O Centro Histórico é um coração que bate forte na história do concelho e até do país, e que bate forte no orgulho e nos afetos dos viseenses, mas que bate fraco e doente na fixação de residentes e na atração de novas famílias. É chegado o tempo de debater o seu presente e futuro e decidir sobre intervenções que o revitalizem de forma sustentável, respeitando a sua identidade social e cultural e convertendo em ativos as suas potencialidades económicas.-----

Do mesmo modo que a cidade se constitui como o centro de uma região, como o motor do seu desenvolvimento, é no Centro Histórico que se encontram muitos dos recursos e oportunidades para o desenvolvimento do nosso Concelho. É aqui que repousa a sua identidade, o seu carácter único e distintivo, parte significativa do seu património cultural e artístico, e se desenvolvem muitas das atividades e eventos de carácter cultural e artístico. É ainda no coração da cidade que se localiza o potencial de atratividade turística e de criação de novas atividades ligadas à criatividade e inovação que esperamos desenvolver na nossa incubadora do Centro Histórico.-----

Há dados que têm que ser aqui trazidos a esta Assembleia Municipal, designadamente a evolução da população neste Centro Histórico. Em 2001, residiam no Centro Histórico

1900 pessoas. 10 anos depois, e apesar do crescimento populacional de Viseu, o Centro Histórico perdeu quase 30 por cento dos seus residentes. Hoje serão cerca de 1300. O repovoamento deste coração da cidade é, pois, um desígnio fundamental para os nossos tempos. Também ao nível do edificado, o coração está doente e precisa de uma revitalização. O Centro Histórico tem 628 edifícios dos quais 25% (ou seja, 152) estão em elevado estado de degradação, sendo a maior parte anterior a 1945. Nos últimos dez anos, fez-se um bom esforço, foram reabilitados 55 edifícios, 11 dos quais por iniciativa da Sociedade de Reabilitação Urbana e os outros por iniciativa privada. Como já referi, a proposta de estratégia do Executivo para a revitalização do Centro Histórico foi já apresentada publicamente e espera-se que efetivamente o debate a esta consulta pública seja intenso e participado. O documento com essa proposta está publicado na Internet, na página do Município. É este o documento “Centro Histórico de Viseu, Reabilitar com Paixão, Recuperar o Coração” portanto, onde estão os principais contributos para o lançamento do debate e portanto, aí também, na página da Internet e na página do Município será possível realizar a participação pública. O documento que contém a proposta é um documento amigo do cidadão: objetivo, em português simples, sem detalhes e linguagem técnica. Contém ideias e propostas, mas sem formulações dogmáticas e fechadas sobre si. É um ponto de partida, não um ponto de chegada exatamente para estimular o debate. As pessoas, património humano que está no nosso Centro Histórico serão a chave e a alma do projeto de revitalização do Centro Histórico. A vontade da população é a única mola da mudança. A atração de novas famílias e a radicação de serviços dependem dessa força.-----

A modernização do comércio tradicional não se faz sem os comerciantes. As mudanças que serão necessárias de efetuar e os incómodos iniciais dessas alterações precisam de uma atitude coletiva favorável, solidária e positiva. Como disse, dedicarei tempo e investirei atenção neste debate, que projeto para um período de dois meses. A visão estratégica que proponho para a revitalização do Centro Histórico de Viseu corresponde a um território cultural sustentável, atrativo, dinâmico e inclusivo, que valoriza o seu património histórico, arquitetónico, simbólico e social, combina harmoniosamente funções habitacionais, turísticas e económicas, é palco de eventos relevantes e é aberto à inovação e à criatividade artística, social e económica. Esta é a visão que apresento.-----

As opções estratégicas desta proposta são, assim, suscetíveis de serem consubstanciadas através de dois eixos estruturantes: por um lado a “Atratividade” e por outro lado “Cultura e Inovação”. De resto, uma intervenção integrada no Centro Histórico de Viseu teria de visar, necessariamente, promover o crescimento sustentável, inteligente e inclusivo do território, em linha com os objetivos da estratégia “Europa 2020” e do Portugal 2020.--

Implica, assim, um compromisso no reforço da atratividade de pessoas e atividades e uma aposta determinada no fomento da cultura e da inovação em sentido amplo, combinando o reconhecimento, a proteção e a valorização do património do passado com a concretização do seu potencial de modernidade e de futuro. Pretende-se, assim, que esta seja uma intervenção exemplar, demonstrativa das possibilidades de associação entre a cultura e a inovação, entre tradição e modernidade e que concretize o potencial de atração desta área histórica, em termos de população jovem e qualificada, de novas atividades económicas, designadamente turísticas e criativas, e de um palco singular de cultura e eventos. As dimensões e objetivos da conservação e da reabilitação, tantas vezes divergentes noutros casos de cidades e centros históricos, devem ser sujeitos a um compromisso de equilíbrio virtuoso, salvaguardando os interesses da proteção (designadamente de uma candidatura à Lista de Património da Humanidade da UNESCO) e as motivações legítimas da revitalização socioeconómica deste espaço.-----

Na proposta que apresento a debate aos viseenses e que submeto também a esta Assembleia para que possamos debatê-la, assenta nos seguintes domínios-chave:-----

- A reabilitação do edificado para a atração de novos moradores, serviços e atividades económicas;-----
- A melhoria da mobilidade e a criação de parques de estacionamento, que permita reduzir ou eliminar tráfego e estacionamento automóvel no Centro Histórico;-----
- A valorização de espaços públicos, de que o Mercado 2 de Maio é o exemplo mais simbólico e para cuja reabilitação da vocação de praça assumo o compromisso de promover um concurso de ideias para a sua cobertura, ao mesmo tempo que vamos desenvolver um conjunto de ações nos próximos meses, exatamente para testar algumas soluções para o futuro;-----
- A promoção da fixação de novos serviços e funções públicas, nomeadamente educativas, culturais, de saúde e sociais; (Sendo que algumas delas estão já em curso como o Viseu- educa que instalaremos no edifício do orfeão); -----
- A realização de estudos para o projeto de classificação do Centro Histórico como “Património da Humanidade” da UNESCO;-----
- A desburocratização e uma fiscalidade amiga;-----
- A implementação de uma estratégia de marketing territorial e de uma agenda relevante de eventos;-----
- A participação da comunidade do Centro Histórico, da população, dos atores económicos e da nossa Diáspora.-----

No quadro destes domínios, estão propostas iniciativas concretas como por exemplo:-----

- Atribuição de incentivos equivalentes às obrigações de natureza fiscal e administrativa para estimular a reabilitação;-----
- Aumento do valor do incentivo à pintura de fachadas e inclusão da reabilitação de vãos exteriores, visando a eficiência energética ou a proteção acústica das habitações, aspetos muito sensíveis na gestão dos equilíbrios de usos no Centro Histórico;-----
- Incentivo à criação e funcionamento de espaços de esplanadas ao longo de todo o ano; (o que implicará uma revisão do Regulamento que trata destas matérias) -----
- Promoção da aplicação de apoios comunitários do “PORTUGAL 2020” (2014/2020) e de outros instrumentos correspondentes à criação de fundos de desenvolvimento urbano, designadamente com o apoio do programa JESSICA e do JESSICA 2 (aliás, estamos já a preparar um seminário que será feito em Viseu dentro de um mês e pouco, onde vamos dar a conhecer exatamente um novo regime de reabilitação urbana que foi recentemente aprovado por o Governo, que simplifica estes procedimentos e que reduz os custos de realização e nesse mesmo dia, traremos cá os responsáveis do JESSICA para explicarem aos promotores como é que funciona o financiamento através do JESSICA e colocaremos os vários Bancos a explicarem os diferentes instrumentos que têm de apoio à reabilitação e ao financiamento da reabilitação) ;-----
- Reformulação da acessibilidade ao Centro Histórico através da redefinição dos sentidos de trânsito automóvel, disciplina do estacionamento e limitação do tráfego;-----
- Otimização da rede de transporte público da ligação do Centro Histórico, quanto aos percursos, às frequências e aos horários;-----
- Definição de corredores verdes, nomeadamente cicláveis, de ligação do Centro Histórico aos polos definidos pelo Parque do Fontelo, Universidade Católica, Escola Superior de Saúde, Hospital Distrital de Viseu e Instituto Politécnico de Viseu (no fundo são três corredores verdes que estamos a prever fazer e que colocamos também esta ideia em debate); -----

- **Implementação de novas áreas de estacionamento, com vista à erradicação do estacionamento ilegal ou inconveniente e ao reforço da atratividade do Centro Histórico.**-----
Neste âmbito, assumem-se os compromissos de adoção de quotas direcionadas ao uso exclusivo de residentes ou utentes e a disponibilização de entre 300 a 400 novos lugares num horizonte temporal de 36 meses;-----
- **Lançamento de um concurso de ideias para a revitalização e eventual cobertura do Mercado 2 de Maio, focado na sua otimização funcional da plataforma à cota inferior, na perspetiva de integrar a realização durante todo o ano de mercados de proximidade, eventos culturais, espaços de atividade infanto-juvenil, etc., considerando uma utilização anual;**-----
A plataforma à cota superior poderá comportar outras funções, incluindo a possibilidade de criação de um parque de estacionamento subterrâneo de apoio a esta infraestrutura.-----
- **Valorização ambiental e urbana da área localizada entre a Rua do Chantre, Av. Capitão Silva Pereira e Rua da Árvore, dadas as suas especiais características ambientais;**-----
- **Definição de uma rede de espaços verdes, públicos ou privados, identificando parcelas suscetíveis de incorporarem essa rede de espaços;**-----
- **Incentivo aos moradores para a conversão das varandas dos edifícios numa sucessão de pequenos “jardins suspensos”, enriquecendo visual e ambientalmente o espaço público, tendo como ponto de partida a Praça D. Duarte.**-----
- **Desenvolvimento de um conceito de “centro comercial ao ar livre”, diversificando-se experiências e horários de frequência em função de utilizações para serviços, diversão, comércio e habitação.**-----
- **Implementação do programa “Viseu Aconchega”, a título experimental numa primeira fase, para a promoção de alojamento de estudantes com Municípes idosos, numa perspetiva de inclusão e solidariedade, e de interação geracional;**-----
- **Fixação de serviços-âncora no Centro Histórico vinculadas a edifícios disponíveis nos domínios dos Equipamentos culturais, O caso do Programa “Viseu Educa / Universidade Sénior” em que está até já alocado o edifício, que será edifício do orfeão, Conservatório Regional de Música (que passará a ter a sua porta principal virada para uma rua principal), Instituições de Ensino, Serviços autárquicos, o Arquivo Distrital, assumido aqui que que a Autarquia irá avançar com um novo projeto, que não será a construção de raiz de um Arquivo Distrital mas sim, no fundo a reabilitação da Casa Amarela em ligação com um outro edifício, para que possa acolher e que se possam aproveitar sinergias de dois arquivos, do Distrital e Municipal aproveitando para reabilitar o edificio e não uma construção nova); Serviço(s) de Saúde e Associativismo Cultural.**-----

Por outro lado, está também prevista, por força do disposto na Lei, a reconversão da ACRRU em Área de Reabilitação Urbana (ARU), incluindo a ampliação de área geográfica abrangida e/ou a delimitação de novas áreas de reabilitação urbana, de modo a que sejam consideradas, nomeadamente, a zona envolvente da Rua João Mendes (Rua das Bocas), zona da Ribeira e Largo do Arrabalde (incluindo as áreas edificadas envolventes das margens do rio Pavia), e, eventualmente, estamos ainda a analisar, o Bairro Municipal da Balsa, junto ao Estabelecimento Prisional de Viseu;-----

Como já nesta sede demonstrei, a respeito do centro “Viseu Estaleiro-Escola”, há dinâmicas positivas em curso no Centro Histórico, que serão integradas e valorizadas.-----

Temos já em fase de concurso público a reabilitação de 5 edifícios que permitirão alojar 25 novas famílias.-----

De igual modo, está já em fase de lançamento o procedimento concursal a construção-exploração de um Hostel com base num edifício histórico pré-existente.-----

Demos também início, de uma forma qualificada, coletiva e participada, ao debate a respeito da ambição e do projeto de uma candidatura à classificação do Centro Histórico como “Património da Humanidade” da UNESCO. Fizémo-lo ao lado de quem mais sabe, juntando especialistas e personalidades na matéria em apreço, na semana em que se comemorou o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, e de forma aberta aos munícipes, mas também a outros concidadãos da região e do país.-----

A conferência “Para que serve um sítio Património da Humanidade?”, realizada a 17 de Abril, reuniu seis casos portugueses e um espanhol de classificação da UNESCO e mais de uma dezena de especialistas, como Alexandra Gesta (Guimarães), Raimundo Mendes da Silva (Coimbra), Braga da Cruz e Ricardo Magalhães (Douro), Nuno Ribeiro Lopes (Açores), Nuno Domingos (Évora), Roberto Silguero (Salamanca), Elisa Babo ou Dalila Rodrigues.-----

Com esta iniciativa, ativámos conhecimento e debate sobre as experiências reais e os resultados concretos das candidaturas e da gestão de sítios que integram a lista de Património da Humanidade, ao mesmo tempo que criámos cumplicidades úteis para um projeto que é mobilizador. Mobilizador em primeiro lugar da Comunidade: dos residentes, dos comerciantes, das empresas, dos estudantes, dos criativos. Desígnio mobilizador também para investidores, sensíveis à atratividade do património edificado e do turismo cultural. Mobilizador, ainda, de turistas, atraídos pela valorização da nossa Comunidade Histórica e do nosso edificado construído e simbólico.-----

A revitalização do Centro Histórico e uma eventual candidatura para a sua classificação internacional correspondem a um longo caminho, mas a um longo caminho que valerá a pena abrir e percorrer. Portanto, este era um dos aspetos que eu quis propositadamente enfatizar e desenvolver nesta intervenção, pela valorização que pretendo sempre dar à Assembleia Municipal, enquanto órgão que para além de fiscalizador da atividade do município e deverá também ser um órgão de debate sobre as opções que o município vem a tomar. Estamos a falar aqui de um dos três eixos do programa que estamos a colocar no terreno e portanto, penso que se justifica plenamente que a adoção de uma estratégia para os próximos dez anos do ponto de vista do Centro Histórico, atendendo até que será uma estratégia para ser desenvolvida ao longo de três mandatos, portanto, que deve ser previamente discutida e amadurecida e que o lugar por excelência é aqui, assim como tive a preocupação de apresentar também na Reunião de Câmara na quinta feira, na reunião pública, as bases deste debate para que efetivamente possa ser feito. Portanto, espero efetivamente os contributos as Senhoras e dos senhores Deputados e que a Assembleia seja aqui um impulsionador de um debate, como eu dizia há pouco, não queremos que seja um debate de faz de conta, mas sim um debate em que efetivamente as populações possam participar de uma forma direta.-----

Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Em primeiro lugar obrigado Senhor Presidente. Senhor Presidente, eu propunha uma situação a todos. É uma hora e se começamos agora o debate, não faz sentido até porque depois tem que haver resposta por parte do Senhor Presidente da Câmara e eu propunha que fizéssemos todos um esforço, suspendíamos a Assembleia e recomeçávamos se fosse possível às duas e um quarto. Era esse esforço que pedia a todos, até atendendo ao compromisso internacional que o Senhor Presidente da Câmara tem.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Íamos começar a sessão, já temos quórum. Estamos no primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, informação do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, por isso, quem quer intervir? Dava a palavra ao Deputado Carlos Costa, depois o Senhor Presidente de Junta da União das Freguesias de Viseu e também ao Senhor Doutor Ribeiro de Carvalho.-----

----- **QUARENTA – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO CARLOS GOMES TOMÁS DA COSTA (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, restante Mesa, Senhor Presidente da

Câmara, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Cabe-me e dado o meio profissional em que me insiro, fazer aqui uma ressalva e uma menção especial a um projeto que me tocou pessoalmente e profissionalmente provavelmente também. Terá, julgo eu, um grande acolhimento no setor económico em que me insiro e que se trata do “Viseu Estaleiro-Escola”. É se calhar a prova provada do ditado popular que diz que “*a união faz a força*” e que infelizmente, raras vezes vemos acontecer. É por isso também uma iniciativa exemplar. Ora, todos nós sabemos que o nosso património histórico, grita por apoios, todos sabemos de que forma o desemprego tem atingido o setor, inclusivamente a construção e com especial incidência na faixa mais jovem. Quando falo no setor da construção, não falo apenas nos operários de construção, mas também naqueles que estão a montante desses serviços. Sabemos também que esse flagelo do desemprego já se instalou no seio do mercado da construção à já vários anos e tornava-se como é lógico e evidente e a urgência também por outro lado fazer-se a requalificação do nosso património. A conjugação de todos estes fatores, há muito que era já propalada, que era já apontada até como aquela luz que se veria ao fundo do túnel no que diz respeito ao mercado da construção que tanto sofreu nos últimos anos, ou seja, a reabilitação urbana sempre foi apontada como a solução para a crise grave que se vive no mercado da construção. Mas o facto é que, a reabilitação urbana teima em não arrancar, temos assistido a isso de uma forma geral e de uma forma homogénea e global em todo o país. Infelizmente há uma necessidade identificada há profissionais de um determinado setor que seriam ou serão beneficiados com o arranque dos trabalhos dessa necessidade já identificada, mas o setor não arranca. Não arranca, e por isso é que eu acho que é de louvar esta iniciativa da Câmara que soube, não sozinha mas muito bem acompanhada, deixe-me que lhe diga Senhor Presidente da Câmara, elaborar este protocolo com a Universidade Católica, com o Grémio e com a AIRV. É um exemplo do ditado popular que citei no início de que “*a união faz a força*” e deixa-nos a nós e deixe-me que tenha a humildade ou não de falar em nome, agora um pouco em nome dos profissionais do setor, deixa-nos a nós esperançados de que venha daqui realmente algum alento para este setor. Nós sabemos que esta proposta tem a virtude de unir à sua volta aquele velho vetor Universidade/ Empresas que todos nós apregoamos de uma forma ou de outra, junta-lhe muito bem a AIRV e as valências também de um setor específico do Grémio do Património que tem um “*Know How*” muito orientado para este setor e isto aplicado, segundo entendo também do protocolo, também na vertente social no que à reabilitação diz respeito. Nós conseguiremos ter todo este enquadramento também englobado na reabilitação do nosso Centro Histórico de Viseu que é um anseio que já aqui muito foi propalado hoje também e como disse o Senhor Presidente da Câmara e muito bem, embora não esteja ainda no protocolo, mas chamou também o Instituto Politécnico de Viseu a esta iniciativa o que me alegra pessoalmente porque é sem dúvida também uma das forças vivas da nossa cidade, que tem uma palavra a dizer e que tem competências na área que pode colocar em campo nesta iniciativa. Como todas as iniciativas que envolvem mais do que uma instituição, é preciso ter coragem para as fazer e para as tomar, porque quer queiramos quer não há sempre risco. Todas estas iniciativas envolvem risco não há iniciativa nenhuma que se tome com certezas absolutas e é preciso ter coragem para assumir esse risco. Também por esse risco, não só pela louvável iniciativa que é, mas também pela coragem da Câmara Municipal ter intervindo e ter assumido o risco de ter participado numa atividade destas, eu gostava de deixar aqui expresso o meu sentimento, o meu louvor ao Executivo Municipal pela iniciativa que tomou.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado senhor Deputado. Dava a palavra ao Senhor Presidente de Junta da União das Freguesias da Cidade.-----

----- **QUARENTA E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VISEU DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS (PPD/PSD):** Muito

boa tarde a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, respetivos Secretários, Senhor Presidente do Município e Senhores Vereadores, Distintos Membros desta Assembleia Municipal, Público Presente, Comunicação Social se for o caso, Minhas Senhoras e Meus Senhores. O que me aqui trás é a conectividade com a informação escrita do Senhor Presidente do Município hoje de manhã que tem a ver com o nosso Mercado Municipal. Em boa hora de facto o nosso Município pegou naquela infraestrutura vital para o nosso comércio local e portanto queria deixar aqui umas breves palavras sobre o assunto em apreço e passo a ler: O trabalho e obra feitos naquele espaço comercial, virado para os pequenos agricultores e para o comércio tradicional, revelam uma estratégia municipal clara em aproximar os nossos cidadãos de uma estrutura de proximidade tão importante para a dinamização das atividades locais, consubstanciada já em duas iniciativas como foram o caso da campanha de Natal e a campanha de Páscoa que terminou recentemente, a ação da Administração Municipal, tem tido um papel relevante na redinamização daquele espaço tornando-o mais, e dentro dos condicionalismos atuais, mais atrativo, mais funcional, desenvolvendo em simultâneo, toda uma estratégia de marketing que envolveu e num esforço partilhado várias outras instituições concelhias. Este é um espaço fundamental para o revitalizar do nosso comércio de proximidade. É um local de aproximação e convívio de todos os Viseenses. É o trazer as nossas Freguesias, sobretudo as rurais à Cidade, para interagirem com os que cá vivem, trazendo os seus produtos, os seus usos e costumes, enfim a sua genuína cultura. É assim um espaço de todos e para todos. Felicito-o Senhor Presidente e à sua equipa pelo trabalho desenvolvido. Sabemos que do ponto de vista infraestrutural ainda há dificuldades a ultrapassar, mas há inequivocamente sinais de mudança que vão trazer atratividade ao nosso Mercado Municipal e acrescentar valor aos rendimentos dos pequenos produtores e comerciantes locais. Estão no caminho certo, na revitalização de uma infraestrutura de forte enraizamento social da nossa Cidade. Termino, deixando um desafio a todos nós. Façamos do Mercado Municipal um local habitual de visita para comprar o que é nosso e para fomentarmos as relações interpessoais hoje por hoje e ao fim ao cabo o que mais importa, a proximidade e a partilha. Senhor Presidente, Senhor Vereador do pelouro, podem contar com o Executivo desta Freguesia para de uma forma construtiva e proactiva, estamos convosco neste desígnio. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente de Junta. Dava a palavra ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho.-----

----- **QUARENTA E DOIS – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA DE RIBEIRO CARVALHO (PS):** Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. Eu gostaria de começar dizendo que lamento que o Senhor Presidente da Câmara tenha apresentado de acordo com a Lei uma informação escrita que substancialmente alterou na comunicação que hoje nos fez, ou seja, não nos permitiu que apreciássemos na sua plenitude a comunicação que trouxe à Assembleia, o que de algum modo nos limita porque eventualmente poderíamos concordar ou discordar daquilo que hoje aqui disse e foi muito, e foi muito. Que eu tenha visto, foram quatro páginas novas. É muito. Mas, independentemente desse facto, e estamos a tratar da sua comunicação em termos de Informação do Presidente, eu desejava antes de mais nada, em nome do Grupo Parlamentar que integro, de felicitar a Câmara Municipal, felicitar vivamente a Câmara Municipal, porque pela primeira vez desde que eu me lembre e infelizmente isso só significa que eu já tenho alguma idade, ao longo destes anos nunca vi um Executivo tomar em mãos a realização da reabilitação do Centro Histórico. Pelo contrário, o que eu assisti ao longo dos anos, foi uma desqualificação do Centro Histórico. Eu tive a ocasião, por mais de uma vez nesta Assembleia levantar esse problema, até porque eu tenho o meu escritório na Zona Histórica, da insensibilidade do anterior executivo para a questão do Centro Histórico. Essa insensibilidade, que eu traduzi numa

maneira curta e breve é: O Senhor Presidente da Câmara do anterior Executivo, fez aquilo que ele chamava a criação de novas centralidades e com a realização das novas centralidades o que ele fez foi desqualificar a única centralidade que é importante em Viseu, que é o Centro Histórico. Ora bem, vejo também com alguma satisfação que alguns Membros da bancada que apoia Vossa Excelência nesta Câmara, aplaudem de mãos ambas o facto de finalmente o Centro Histórico, tentar ser requalificado. Porque, que eu me lembre, não me lembra de que alguém do PSD tenha nesta Câmara contrariado as orientações do Senhor Doutor Fernando Ruas relativamente ao Centro Histórico. Nem um! Peço desculpa mas isto é real, apoiaram a Câmara cegamente tendo como eu tenho, como todos temos consciência de que o Centro Histórico precisava de uma requalificação. Eu hoje, tenho a satisfação de ver que essa situação foi alterada. Isso deve-se a Vossa Excelência e também por isso o felicito. Quando Vossa Excelência diz que coloca a discussão pública, essa discussão pública, não nos permitiu como calcula uma vez que eu só ontem mas isso é um problema meu informático, enfim, eu só ontem tive acesso ao projeto que Vossa Excelência colocou no “site” da Câmara sobre a requalificação do Centro Histórico e portanto, não há uma perspectiva em tempo de conseguir aqui trazer. A única coisa que prometo a Vossa Excelência em nome do meu Grupo Municipal, é de que o Partido Socialista tomará uma posição sobre aquilo que é a proposta da Câmara. Portanto, em relação a isso, a esse assunto, nós compreendemos da nossa parte enquanto oposição aquilo que Vossa Excelência chama a discussão pública do assunto. Eu só espero que essa discussão pública, não tenha o mesmo resultado que teve o “Viseu Primeiro 2013/2017 que Vossa Excelência diz que colocou à discussão pública, que teve vários contributos, os quais nunca nos deu a conhecer. Que contributos, que alterações isso provocou na sua estratégia Viseu Primeiro 2013/2017, desconhecemos e até gostávamos de saber. Relativamente aquela parte que nos foi dada por escrito da intervenção de Vossa Excelência, independentemente daquilo que como disse que o Partido Socialista tomará uma posição sobre o assunto, gostava de fazer apenas dois pequenos apontamentos. Um, é dizer que em relação aquilo que vem designado por cultura de uma maneira geral, não está feita claramente uma distinção daquilo que é a atividade da Câmara nesse sentido e aquilo que é a atividade privada nesse sentido. Efetivamente, mistura-se tudo. Há cem medidas e a propósito das cem medidas eu gostava de dizer a Vossa Excelência, e eu de facto sou do tempo de antes do 25 de Abril e antes do 25 de Abril, havia um Senhor chamado, eu já me recorro do nome dele, era um homem do SNI,.....

- Alguém da sala intervém dizendo: O António Ferro!-----

- O Senhor Deputado António Augusto Espinha de Ribeiro Carvalho prossegue dizendo: O António Ferro era do Salazar e eu já não vou tão longe, efetivamente esse homem do SNI conseguia muitas coisas, mas nunca conseguiu, aquilo que a sua máquina de propaganda conseguiu Senhor Presidente. É num jornal desta terra, relativamente às propaladas cem medidas, consegue esta coisa espantosa, publicar em duas páginas seguidas no lado esquerdo e do lado direito, a mesma notícia com duas fotografias diferentes, É espantoso. Eu felicito Vossa Excelência, a sua máquina publicitária é de primeira água. De primeira água. Vossa Excelência, não dá um passo, não dá um suspiro que não apareça na comunicação social. É espantoso e eu felicito-o por isso. É de facto uma máquina publicitária inigualável. Bom, mas eu terminaria dizendo o seguinte. Isto parece-me que é meramente um pormenor que será tratado quando se tratar... há! O nome do Senhor era César Moreira Baptista, que era o homem do SNI. O SNI, para as pessoas que são mais novas, significava Secretariado Nacional da Informação, era o Senhor Doutor César Moreira Baptista, há muita gente nova que não é desse tempo, felizmente que a Assembleia rejuvenesce... Como diz?-----

Alguém da sala intervém dizendo: É do tempo do Sócrates!-----

- O Senhor Deputado António Augusto Espinha de Ribeiro Carvalho prossegue dizendo: Do tempo do Sócrates? Era do Tempo do Doutor Marcelo Caetano! Bom. Mas dizia eu,

apenas uma pequena achega relativamente à... portanto, mais dois pequenos pormenores, um deles tem a ver com o estacionamento. Se Vossa Excelência tivesse, através dos seus colaboradores evidentemente porque não tem tempo para tudo, mandado averiguar se era possível a construção de um espaço de estacionamento no Mercado 2 de Maio, chegaria à conclusão de que isso não é possível e não é possível por dois motivos, o primeiro deles é que e esse é o fundamental, existe uma formação rochosa desde a Sé até à Rua Formosa, o que significa que perfurar aquilo, só a dinamite. Eu tinha o meu escritório ao lado do prédio que ardeu, que é hoje o Centro Comercial Ecovil, foi aberto a dinamite de tal maneira, que como o meu escritório era paredes meias, às páginas tantas, passei a ter do meu escritório uma vista através de uma fresta para aquilo que ia ser construído. Portanto, não é possível, de tal maneira que quando se colocou a hipóteses de haver parques subterrâneos em Viseu, a Braga Parques que concorreu à construção de dois, um deles existe, é aqui em Santa Cristina e o outro, que não foi feito era lá. Mande fazer Senhor Presidente um estudo geológico e chegará à conclusão de que não é possível. A outra situação, quando fala de Viseu Concelho Seguro, lamento que não fale nas Freguesias nem da Proteção Civil e isso parece-me uma falha naquilo de que de facto consta na sua intervenção. Finalmente, já que estou aqui, gostaria de dizer o seguinte: Na última Assembleia Municipal, Vossa Excelência mostrou-se extremamente agradado sobre a implementação em Viseu do GPIAA. O GPIAA criava quatro postos de trabalho, se tenho em ideia. O Jornal de Notícias de 23 de abril diz-nos que foi criado em Matosinhos um Centro Aeronáutico que vai funcionar segundo quatro vertentes. Unidade Aeronáutica terá quatro áreas de atividade, a Engenharia e Desenvolvimento, área de Realidade Virtual, Unidade de Teste e Workshop Pilot. Portanto, de facto se o Aeródromo Lobato tivesse sido contemplado com estas valências que foram atribuídas a Matosinhos em que se meteu três e meio milhões euros, aí sim de facto, valia a pena nós estarmos a valorizar isso da maneira eufórica como foi feito. Infelizmente isso não sucedeu e termino, Senhor Presidente pedia o favor de cada vez que trouxer coisas a esta Assembleia traga tudo por escrito porque as páginas a mais, causaram-nos algum engulho e agradeço-lhe que isso não suceda. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Senhor Deputado Carlos Costa quer a intervenção com base em quê? Senhor Deputado Fernando de Figueiredo.-----

----- **QUARENTA E TRÊS – O SENHOR DEPUTADO FERNANDO ANTÓNIO PEREIRA DE FIGUEIREDO (CDS/PP):** Boa tarde a todos. Senhor Presidente da Mesa e respetivos Membros, Senhor Presidente da Câmara e demais Membros do Executivo, Senhores Deputados, Senhoras Deputas, Minhas Senhoras e Meus Senhores, Órgãos de Comunicação Social aqui presentes. Antes mesmo de entrar na minha intervenção gostava de fazer aqui três pequenos apartes: O primeiro para referir que o “Trend” de hoje desta Assembleia e uso propositadamente o estrangeirismo foi a semântica, semântica essa que nos custou uma manhã, quando tínhamos combinado em reunião de Grupos que o Período de Antes da Ordem do Dia e conforme diz o regulamento eram sessenta minutos. De modo que eu deixava de facto aqui mais uma vez este apelo e o CDS tentará cumprir com o que for determinado para que haja um enfoque na sintaxe e não na semântica. Sejam de facto pragmáticos e eficientes porque os eleitores também nos exigem isso. O segundo aparte, para dizer ao Senhor Presidente da Câmara que relativamente à alfinetada que deu, a propósito da Radial de Santiago, quero-lhe dizer com toda a franqueza que essa mesma laudação que lhe é merecida, é do meu conhecimento e é do conhecimento também do Senhor Vereador, de modo que, aquele dos outros a que se referiu, se eventualmente seríamos nós, quero-lhe usar as mesmas palavras que o Senhor usou “*Somos críticos mas o que é de louvar nós louvamos*”. Quanto ao meu amigo e Deputado Pedro Alves que procurou aqui hoje pretender criar algum incidente, o que eu lhe queria dizer com toda a humildade também é que, o até trinta que para si é incluído, para mim é excluído. O que para si é uma interpretação rigorosa e exigente da Lei, para mim é bom senso e quanto à

semântica do até, também lhe quero dizer que eu até o considerava um grande democrata e até julgava que não se tivesse esquecido que quando não é Deputado, foi Chefe de Gabinete com o apoio do CDS, de modo que nessa perspetiva felizmente o Plenário soube aqui fazer a diferença e eu quero agradecer a todos quantos de facto souberam fazer respeitar o voto dos Viseenses, porque eu não estou aqui a título pessoal meu caro amigo. Eu represento aqui um Partido com todo o gosto, devo essa lealdade ao CDS e devo sobretudo essa lealdade aos eleitores e portanto, incidentes dessa natureza eu dispenso-os e certamente que todos os dispensarão, porquanto nunca se sabe quando não terão que ver-se em situações similares. Posto isso, foi um pequeno aparte, não irei também usar o tempo desta minha breve intervenção para comentar a extensa análise apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, porquanto também se desviou um pouco daquilo que era a leitura que eu tinha feito nem vou gastar o tempo de Vossas Excelências a tentar apurar o quanto de chavão resulta na criação efetiva de emprego, na melhoria da qualidade de vida dos viseenses ou quanto é que isso pesa na taxa de execução do orçamento, mas tão só aproveitar este espaço para laudar de facto algumas das iniciativas do executivo e deixar algumas propostas que Vossa Excelência acolherá, ou não, de acordo com a sua apreciação das mesmas e com o seu grau de cultura democrático. Aos eleitores caberá mais tarde decidir quem cumpriu melhor o papel para o qual foi sufragado. Assim, parece estar perdido o fulgor do Gabinete do investidor e esquecida a diplomacia económica da diáspora lá se vai em romaria a Fátima, na esperança que o milagre aconteça, mas apesar disso o CDS, como partido católico que é, regista com agrado que este executivo continue a levar a cabo algumas das propostas apresentadas no nosso compromisso com Viseu nomeadamente nas políticas para a juventude com a reativação do Conselho Municipal da Juventude. Desenvolver as condições necessárias para que os nossos jovens adquiram as competências adequadas de modo a melhor responderem aos desafios das sociedades modernas é um esforço que pressupõe o envolvimento de todos os agentes educativos: alunos, encarregados de educação, professores, auxiliares e sociedade civil. Ainda que o poder dos municípios seja no nosso entender diminuto, quer no âmbito dos diversos ciclos de ensino, quer ao nível das competências de gestão este é um instrumento que pode ajudar a identificar os problemas dos jovens, a antecipar soluções para esses mesmos problemas e desafios e como tal não pode o CDS deixar de congratular-se com esta preocupação do executivo nesta matéria. Aliás, tendo sido este colégio tão fácil e positivamente acolhido por todas as juventudes partidárias e sociedade viseense em geral nem sequer se compreende a ignorância e desprezo a que o anterior executivo o votaram. Serve apenas de reflexão e importante será que no futuro se torne um órgão eficiente na assessoria que pode prestar ao atual executivo e através dele a projetar um futuro melhor aos nossos jovens. Na mesma perspetiva de que, mais vale prevenir que remediar o CDS saúda a Comissão Municipal de Mobilidade, Trânsito e Transportes do Concelho de Viseu, na certeza que se trata de um elemento agora por si criado, de aconselhamento ao executivo que pode atuar sobre a prevenção de riscos e identificação de problemas que no dia-a-dia podem ocorrer e trazer consequências de vários graus aos viseenses. Nessa matéria gostava contudo de recordar ao Senhor Presidente que a situação em termos de recursos humanos da Polícia Municipal e dos Bombeiros Municipais certamente lhe merecerá uma melhor atenção nos próximos tempos. Por que razão se encontra ainda nesta data a Polícia Municipal sem comando? E o que espera o executivo desta força de segurança que tutela? Talvez a falta de resposta a estas questões corresponda a um maior aumento do número de viaturas abandonadas na via pública que por regulamento o município tem por dever tratar. Sem dúvida que o CDS corrobora e enfatiza positivamente a afirmação de que Viseu é um concelho seguro mas convém não esquecer que nesta matéria o seguro morreu de velho. De modo que estando a breves meses do início de mais uma época de previsível empenhamento exigente dos Bombeiros nada foi feito que tenhamos conhecimento para garantir que a situação em termos de efetivos seja

melhorada. Para quando um concurso que permita suprir as faltas registadas nos Bombeiros Municipais? Não o preocupa esta situação agora que os obrigará até a um maior esforço de escala para garantir a certificação do aeródromo por forma a garantir que o barracão de sucata aérea passe ali a funcionar? O CDS está certo que este órgão não deixará também de ser um instrumento aconselhador do executivo nestas áreas da segurança rodoviária e da proteção civil. Também a preocupação com o Centro Histórico e Mercado 2 de Maio e a discussão pública que o executivo pretende sobre estas chagas da cidade já por si só justificam a criação de um lugar remunerado na Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu, para o qual foi nomeado um elemento que integrou a lista do PSD à Câmara nas autárquicas, mas são também um sinal de que pretende encontrar uma solução abrangente e com visão de futuro. Espera-se pois que o centro reganhe a vida para além do bem conseguido momento dos Jardins Efémeros, que o 2 de Maio se transforme numa "espécie de *“Covent Garden”* de Londres" e só se regista com pesar que a discussão não se alargue também ao Funicular que continuará a ser uma marca da gestão despesista do anterior executivo e ao qual este também se mostra incapaz de encarar com coragem limitando-se a deitar dinheiro dos contribuintes para cima dos problemas. A finalizar e sobre a prática desportiva, aqui referida pelo executivo o CDS, também se questiona porque razão ao invés de se criar uma dinâmica mais abrangente do Parque do Fontelo no que concerne à promoção de atividades nas épocas do ano em que os clubes não treinam nem jogam, se mantenha um equipamento desportivo daquela natureza parado há tanto tempo com intermináveis obras. O Fontelo, que junto com a enorme potencialidade que continua sem ser aproveitada, do Parque Urbano da Aguieira sobre o qual gostaríamos de saber quais os projetos do executivo, devia também servir para reativar por exemplo um Parque de Campismo dotando-o com equipamentos atrativos quer para turistas quer para os viseenses, para organizar, para os nossos jovens, um Centro Desportivo de Férias no que diz respeito à ocupação de tempos livres ou por outro exemplo num envolvimento mais amplo com a sociedade civil para organizar, para os mais jovens, em parceria com as associações de modalidades Férias Desportivas de Aperfeiçoamento Técnico Tático, são hoje espaços sem vida e com obras paradas. Salva-se o futebol profissional que vai animando a zona ainda que para isso sejam necessários centenas de milhares de euros do erário numa lógica de subsidiodependência do Estado que nos trouxe a troika para dentro de fronteiras e que não nos permite sair tão cedo dela, ainda que alguns indiferentes a esse sacrifício que os viseenses vivem continuem a prometer auto estradas e comboios! Tenho dito.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado quer intervir? Qual é a figura Regimental? É uma Interpelação?-----

----- **QUARENTA E QUATRO – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):** Obrigado Senhor Presidente. Serei breve e queria dizer aqui ao Senhor Deputado Fernando Figueiredo que não vou entrar na discussão semântica do até, até porque não importa, não é essa a questão, não vamos estar aqui a discutir as questões da semântica e da gramática, mas dizer-lhe que e foi isso que eu conclui, não é nada contra o procedimento de ter feito o requerimento para regressar, acho muito bem, é um direito que lhe assiste fazê-lo, acho é que era importante que estas situações ficassem clarificadas no Regimento, sob pena de cada um de nós ter a interpretação que quiser e é esta a minha conclusão neste momento. Não tem nada a ver com o facto de ter regressado. O meu entendimento era que, depois de uma convocatória sair, ninguém poderia retomar, mas se o entendimento da Assembleia for no futuro, que a qualquer momento quando acharem que deve retomar retoma, assim seja. Caso contrário, acho que nos deixa ao livre arbítrio de podermos fazer essa interpretação. É uma interpretação que eu faço de acordo com a minha consciência ética e política e cada um faz de acordo com a sua consciência ética e política. Não estou a dizer que a minha é melhor ou é menor do que a dos outros, simplesmente resume-se a isto. Quanto à outra situação da minha vida profissional

anterior, nos relacionamentos que tive profissionais em Nelas, eu fui nomeado Chefe de Gabinete da Senhora Presidente da Câmara, não de nenhuma coligação. Isso também é claro, que o despacho é pessoal e que o gabinete também é pessoal e quanto a coligações, basta ver aqui também, a coligação que foi feita para a Assembleia Intermunicipal e estamos conversados.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Só dizer ao Senhor Deputado Carlos Costa que, a figura regimental que utilizou foi réplica, não existe e não foi visado. Foi dada a palavra ao Deputado Pedro Alves porque utilizou a figura interpelação e foi visado diretamente pela intervenção. Por isso, não houve aqui diferenças de atuação. Dava a palavra ao Senhor Deputado Madeira Antunes.-----

----- **QUARENTA E CINCO – O SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BAILA MADEIRA ANTUNES (PS):** Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimo Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados, Excelentíssimo Público. (já não se encontra nenhum jornalista). Bom, eu, relativamente ao Centro Histórico, que é um tema que me apraz, não vou fazer comentários porque já foi dito qual é a postura do Partido Socialista, mas já agora acrescentava uma coisa em termos de “*modus operandi*”, vá lá, da Assembleia. Eu penso que tal como não foi trazido num ponto específico na Ordem de trabalhos o Viseu Primeiro, também este não está num ponto específico da Ordem de Trabalhos e eu acho que devia estar. Devia-se dar, a importância que é dita deve ser depois factual não é, e trazer num ponto específico da Ordem de Trabalhos eventualmente com uma apresentação multimédia, etc., para uma pessoa estar mais ciente, ainda para mais, foi disponibilizado ao público há poucos dias. Bom, mas sobre o território que é o que me traz aqui a propósito do Centro Histórico porque o Centro Histórico é realmente o núcleo, como toda a gente reconhece, é o núcleo duro de Viseu no bom sentido, nós em termos de coesão territorial também temos outros problemas graves, outras camadas ou escalas de território que precisam de uma mão urgentemente. De facto e é engraçado (quase diria), Viseu em termos de ordenamento de território é exemplar, porque tem concentricamente várias camadas, tem realmente o centro Histórico, depois tem aquela cidade que é a melhor Cidade para se Viver, sem qualquer dúvida a Urbe, no interior da circunvalação, o Rossio e toda essa apazibilidade que é unânime para quem chega, e foi feito um ótimo trabalho, tudo bem, não comento sobre essa, depois há o coroamento de bairros, se quisermos coroamento urbano de bairros interiores e exteriores à circunvalação, que esses sim também precisam de uma mão, nomeadamente para ficarem mais vivencializados, que haja mais espaços de lazer, de comunidade, comércio de proximidade e nós sentimos isso, é onde vive a maioria da população de Viseu e realmente há, não diria porque enfim, até algumas pessoas vão-se rir, iria dizer o termo micropolis, instituir micropolis mas algo do género, programas de intervenção direta e era nesse sentido que eu me estava a referir. Depois há as freguesias periurbanas que estão relativamente bem cuidadas como sabemos e depois vem as freguesias rurais. É um tema que me é caro, porque eu contrariamente há maioria, porque há freguesias que diminuíram, Viseu a cidade, no interior da circunvalação cresceu 6%, há outras, há freguesias rurais que diminuíram 20% de população e como vimos ainda agora o testemunho por exemplo do Senhor Presidente da Junta de Cota, há uma grande depressão. Eu fui viver para uma aldeia, conheço a realidade minimamente, no fundo como todos conhecemos e há uma depressão muito grande em termos urbanos, em termos sociais etc., e tudo bem, a Câmara nestes seis meses institui o Gabinete das Freguesias inclusive tem uma pessoa que julgo que é a ideal para levar a cabo esse desiderato, o Vereador das Freguesias Rurais, no papel tem vários programas locais, o Viseu Local, etc., mas depois, como em tudo na Câmara que agora estão de uma maneira com um afã enorme a lançar tantas iniciativas, há que dar tempo ao tempo e a ver vamos o que vais ser feito. Eu temo os tais três “R” uma expressão muito bonita do Reabilitar, Repovoar e essa

é a questão fundamental nas freguesias urbanas e criar maneira de a classe média diria assim de uma maneira prosaica, ir morar para as aldeias, repovoar é a questão chave para que elas sejam o terceiro “R”, realmente revitalizados e não basta contratos-programa administrativos, isso é fundamental e já alguma coisa foi feita, a questão chave é o repovoamento e que as pessoas, quase diria, voltem às aldeias. Em parte, está mal distribuída, há uma grande depressão a vários níveis nas freguesias rurais. Por último, já fora do Concelho, queria falar de uma outra camada, que era a camada de proximidade, de verdadeiro desenvolvimento regional. O Senhor Presidente da Câmara tem e muito bem, desenvolvido uma diplomacia inter-regional diria assim, com contactos fundamentais como Porto, com o eixo da A25, Aveiro, Guarda, mas está-se a esquecer do nuclear que vai deitar por terra a sua ideia de Viseu Cidade Região. Onde é que estão os contactos com Tondela, com Mangualde, etc. É claro que nós sabemos que há, desculpem-me a expressão, há o “miminho” da CIM, enfim o que aconteceu politicamente, mas a própria CIM, diria às vezes é instrumental relativamente a programas comunitários de apoio. Muito mais há a fazer de interação, mal feito fora se nos cingíssemos à CIM, já o facto de estarmos demasiados sensibilizados com a CIM é mau mas para lá da CIM, não há que estar espartilhado no que correu mal com a CIM. Há muito mais a fazer com os concelhos vizinhos, porque só com os concelhos vizinhos é que se ganha massa crítica para ter realmente uma força motriz regional de desenvolvimento e só assim é que se podem criar “Clusters”, economias de escala, economias externas para a competitividade regional e um erro crasso, eu já o tinha dito ao Doutor Fernando Ruas que sempre agiu assim, como sabemos, em relação aos vizinhos e pelos vistos... desculpe lá eu sou muito direto e depois isso às vezes é mal visto por algumas pessoas, mas toda a gente sabe e que me acompanhou ao longo de 8 anos aqui neste púlpito sabe a maneira como eu falo, e também sabe que não tenho interesses políticos, falo por paixão porque como todos nós gosto de Viseu e já disse ao Doutor Fernando Ruas e insistia nisto, tal como insisti quando Viseu não tinha uma ETAR, que era uma vergonha e não sei quê, em todas as Assembleias eu falava na falta de desenvolvimento de estratégia, de economia, etc. etc., e o Senhor Presidente com esse afã, fazia tanta coisa e está a cometer um erro gravíssimo, a primeira questão em termos de desenvolvimento territorial de uma estratégia económica, era criar laços com os concelhos adjacentes e nem vou utilizar o termo CIM e a partir daí numa perspetiva radial, concertada previamente com os Municípios adjacentes, partir tudo bem, para uma diplomacia inter-regional, mas não se está a fazer a diplomacia inter-regional. Portanto, Senhor Presidente, eu aponte logo, o nome Viseu Primeiro, é terrível, é um erro crasso, Viseu Primeiro, cria logo anticorpos. Deve estar na sala quem inventou esse nome, desculpe mas Viseu primeiro é um erro crasso e agora continuamos com esse erro a partir do momento em que não estabelecemos pontes com os nossos vizinhos e assim, não pode emergir um desenvolvimento regional, não pode mesmo e vai ver, já me conhece, eu vou insistir aqui sempre, porque eu acho que têm que ser implementados. É mais do que uma diplomacia porque são nossos irmãos, nem sequer é diplomacia. É só.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Ainda temos mais três inscrições, eu pedia alguma compreensão. O Senhor Presidente disse que às três e meia tem um compromisso e eu pedia que as intervenções permitissem ao Senhor Presidente dar resposta está bem? Tem a palavra a Deputada Filomena Pires.-----

----- **QUARENTA E SEIS – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU:** Reiterar os cumprimentos, muito boa tarde. Dizer aqui da minha grande satisfação de tanto ouvir falar do Centro Histórico. Finalmente, o apreço que eu tenho até como moradora, é para mim uma grande satisfação. Dizer também, relativamente sobre a informação do Senhor Presidente da Câmara, que, já todos sabíamos pelos jornais que o Senhor Presidente da Câmara, não só tem jeito, como gosta de ler. A avaliar pelas 17 páginas de boa prosa, em português correto, da “informação” que nos fez chegar, podemos concluir que o Senhor Presidente estará também apostado

em transmitir-nos o gosto pela leitura. De facto, não fosse a qualidade da escrita, teríamos dificuldade em chegar ao fim do documento, de tão previsível, repetitivo e em certos parágrafos fastidioso, que ele se apresenta. Este documento faz-me lembrar uma espécie de “sopa da pedra” da gestão municipal, que mistura com mestria o pouco que foi feito desde a última reunião, com o muito que está para fazer, adicionando-lhe em exaltação a parte onírica do universo imenso do que um dia, se o Senhor cá ficar muitos anos, há-de ser construído. Curvo-me à imaginosa forma da sua propaganda. E olhe, Senhor Presidente, se a ideia é mostrar à opinião pública e ao mundo que este Executivo está apostado em estabelecer uma rutura com o chamado “ruísmo”, está a consegui-lo. Substituir o caciquismo, pelo ensaio do diálogo com as diferentes forças e a população. Abandonar a política do “mealheiro aferrolhado”, pelo investimento na cultura e na promoção da cidade, são linhas diferenciadoras, que esperamos não sejam apenas foguetório de início de mandato. Digo isto porque constato um confronto, até um antagonismo, entre a magnitude e bondade das ideias e projetos de que o Senhor nos quer convencer e a realidade. É que o povo e as instituições, também precisam de resposta aos seus pequenos problemas do dia-a-dia. Por exemplo, não se compreende, que os protocolos de transferência para as freguesias ainda não estejam todos celebrados. Diz-nos que sete estão prontos, mas, tanto quanto sei, apenas um ainda foi celebrado, com a Freguesia de Abraveses. Aliás, uma freguesia onde os problemas ao nível das vias de comunicação são às montanhas, como a CDU demonstrou no seu Boletim local. A este ritmo, de um protocolo a cada meio ano, corremos o risco de chegar ao fim do mandato com freguesias sem qualquer protocolo celebrado. No que toca aos problemas das populações, é minha obrigação lembrar de novo ao Senhor Presidente que as crianças de Travassós de Cima continuam a ser “despejadas” junto ao antigo Matadouro, com todos os riscos para a sua segurança e bem estar que isso representa. Também as trabalhadoras da “Fulgurauto” continuam sem ver pagos pela Câmara a totalidade dos seus salários, por efetivo trabalho prestado ao Município. Centro Histórico, corredor Ferroviário Aveiro/Viseu/Salamanca, ligação Sul a Lisboa, Viseu Estaleiro Escola, tudo isso é muito importante, não duvido, mas a luta pela sua concretização não o pode conduzir a menorizar o bem-estar quotidiano dos munícipes. A aposta na cultura e nos eventos culturais sofreu um forte incremento, é uma evidência, mas isso não pode conduzir à política fácil de “encomenda” fora de Viseu de espetáculos, opção que, sendo importante, nunca poderá substituir a prioridade do apoio à produção local atempado e justo, às muitas associações e projetos aqui produzidos e apresentados. A esse propósito, entregarei na Mesa um Requerimento, para que me seja fornecido o Regulamento de Atribuição de Apoios Materiais às Associações, Coletividades, Instituições e Cidadãos. Confesso que o procurei e não o consegui encontrar, estranho que ele tenha sido aprovado à cerca de um mês na Câmara e não venha a esta Assembleia. Haverá com toda a certeza razões para que isso aconteça. Para terminar, Senhor Presidente, queria apenas dizer-lhe que abrir frentes de debate e discussão com os “parceiros” e as pessoas é muito importante para o Município e para os cidadãos, desde que isso não seja um exercício para legitimar ideias feitas e projetos apriorísticos do Executivo. O respeito por todas as opiniões manifestadas é a chave para credibilizar o processo. O contrário desacreditará o protagonista, frustrará os intervenientes e prejudicará o Município. Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigada Senhora Deputada. Dava a palavra ao Deputado Carlos Vieira.-----

----- **QUARENTA E SETE – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Senhor Presidente da Mesa, restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Senhores Presidente de Junta, por acaso, verifiquei agora mesmo, vejam lá, que não há nenhuma Presidente de Junta, é curioso, isto é um sinal preocupante. Não há pois não? Atualmente não há, nem antes, mas isso é um sinal da

nossa fraca evolução democrática. Bem, adiante. Antes de mais e já que o Deputado Baila Antunes falou numa questão que por acaso também me metia alguma confusão, que era a questão, Viseu Cidade Região, devo dizer que compreendo que o Senhor Presidente tenha dado alguma prioridade às plataformas, enfim, com outras regiões, como a plataforma A25 tendo em conta a premência dos fundos do QREN. Portanto, havia que pressionar naturalmente também o Governo Central. Agora, não deixo de dar alguma razão ao Deputado Baila Antunes, porque esta designação Cidade Região, tem assim uns laivos de megalomania, ou melhor de Viseu como centro do império e portanto, conviria também estreitar laços, para além da CIM, estreitar laços mais apertados com os nossos concelhos vizinhos. Eu já dei aqui o exemplo da ligação, do “*Shuttle*” daqui à estação de Mangualde que poderia transformar a estação da CP de Mangualde na estação de Viseu, porque chega-se lá em cinco minutos ou dez e portanto, é apenas um exemplo porque, e também quer-me parecer que se estivermos à espera dos corredores com “*bypasse*”, se não há dinheiro para duas linhas, se calhar também não vai haver dinheiro para o ramal, enfim e se calhar temos que obviar esse problema da linha ferroviária. É evidente, é notório que há aqui uma rutura com, vou utilizar a expressão que o Deputado Baila Antunes utilizou, com o “ruísmo”, que se caracterizava por um..., eu não gosto da palavra autismo, porque, enfim, os autistas merecem até a nossa..., mas há um alheamento uma sobranceria relativamente à participação dos munícipes. Por exemplo, quando eu falei aqui, creio que pela segunda vez no orçamento participativo, um Deputado ou um Presidente da Junta do PSD, já não me lembro, acusou-me até de estar a querer fazer um “PREC”. Portanto, ouvi aqui quase um... desenterraram os machados de guerra, parecia que estava aqui a fazer uma revolução. Hoje o Senhor Presidente, enfim, pelo menos dá os primeiros passos com o orçamento participativo, até aumentou de cinquenta mil para setenta e cinco mil nesta revisão do orçamento, o que não deixando de ser uma verba perfeitamente exígua, enfim, é uma experiência piloto e enfim, aceita-se, mas volto a dizer que o orçamento participativo de um concelho como o de Mira é de quinhentos mil euros, portanto, estamos ainda a anos-luz desse sistema. É evidente também que o reconhecimento por parte do Senhor Presidente da Câmara do pouco, quase nada que foi feito relativamente à reabilitação urbana do Centro Histórico que perdeu quase em dez anos trinta por cento dos seus residentes, só revela que os Executivos de Fernando Ruas, durante vinte e quatro anos portanto, não fizeram quase nada, para não dizer nada, relativamente à reabilitação do Centro Histórico, a cuidar daquilo que nós chamamos uma das joias da coroa da cidade e como já tive a oportunidade de dizer até ao ex-presidente Fernando Ruas, não é só o Centro Histórico, de facto, esta política das novas centralidades de que falou o Deputado Ribeiro de Carvalho, que confunde crescimento com desenvolvimento, foi uma política, que por exemplo, fez com que as ruas do centro da cidade, duma forma geral, não só do Centro Histórico, por exemplo, a Rua Formosa, eu na altura lembro-me de ter dito ao Presidente Fernando Ruas que tinha, não sei se já houve alguma modificação, mas receio que tenha sido para pior, tinha três famílias, os Coutinhos, os Rebelos e mais uma Senhora idosa e uma outra pessoa, portanto, três famílias e duas pessoas e a Rua do Comércio, na altura em que eu falei nisto, aliás, referi-o há pouco na proposta de recomendação sobre a “Arte Nova”, a Rua do Comércio, nessa altura em que eu falei nisso, só tinha vida num apartamento, portanto, a Rua do Comércio, também estava despovoada. Portanto, isto foi um crime urbanístico, um crime enfim, que lesou o desenho e a visão estratégica até dos executivos atuais e o futuro do nosso concelho. Por exemplo, onze prédios reabilitados por iniciativa da Sociedade de Reabilitação Urbana, em cento e cinquenta e dois que estão em elevado estado de degradação, dá uma média de sete vírgula dois por cento de prédios reabilitados. Por outro lado, o Deputado Baila Antunes, falou numa coisa que a gente também não se pode esquecer, que é o perigo da sobre urbanização da cidade. Portanto, como foram criados novos polos de desenvolvimento portanto, novas centralidades, novos bairros, alguns com densidades populacionais completamente absurdas como o Bairro de

Marzovelos há de facto o perigo e foi por isso que eu tive o cuidado de defender aqui a preservação do único espaço verde que assim deve ser considerado, porque o Presidente Fernando Ruas dizia que há lá muitos espaços verdes, de facto há lá muitos canteiros, mas não há espaços verdes onde as pessoas possam enfim, brincar, jogar etc. Sabe perfeitamente que é assim Senhor Presidente.-----

- O Senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Viseu intervém dizendo: Conhece mal!-----

- O Senhor Deputado Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues prossegue dizendo: Conheço mal? Não conheça eu melhor parte da cidade. Desculpe lá, passo lá metade da vida, tenho lá dois irmãos, mas pronto.-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Agradecia que não houvesse diálogo.-----

- O Senhor Deputado Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues prossegue dizendo: Está enganado. Espaço verde que deve assim ser considerado, é de facto aquele que é ameaçado pela Visabeira, continua a estar ameaçado pela Visabeira, porque é propriedade da Visabeira, em frente ao Hotel Montebelo. Por outro lado, nós também já aqui e congratulo-me de facto com o projeto, eu fui ver de facto aquela página que está aberta à discussão pública, no site da Câmara e congratulo-me porque acho que é uma boa iniciativa, há ali algumas ideias que já aqui adiantei, a questão do estacionamento, aliás, como disse o Deputado Ribeiro de Carvalho, estava no projeto de Siza Vieira portanto, para o Mercado 2 de Maio não é? Mas se calhar há outras soluções, por exemplo ali junto ao parque e eu já uma vez falei nisto aqui, o parque da estação superior do funicular por exemplo, acho que devia ser prioritário para os moradores porque quem vai para o funicular não vai de automóvel para ali, então deixa o automóvel lá em baixo na feira e vem de funicular para cima. Portanto, isso é um exemplo. As esplanadas, que por exemplo, o anterior Executivo criou dificuldade com uma excessiva, uma radical proibição até de publicidade nas esplanadas, e nós na altura, eu lembro-me de ter referido aqui os exemplos do Porto que por exemplo, isentava de taxa de ocupação de espaços públicos as esplanadas da Avenida dos Aliados e noutros locais. Portanto, a participação dos munícipes é importante. Já agora, a revitalização do Mercado 2 de Maio, o Bloco tem dado contributos, por exemplo na Assembleia da União de Freguesias de Viseu, o Bloco propôs e foi aprovado e estar a ter desenvolvimento uma feira de trocas de comércio justo, com um grupo de trabalho, portanto, alargado à Junta, à Assembleia de Freguesia, a Municípes, não é verdade Senhor Presidente? Portanto, é uma iniciativa que nós propusemos, que foi aceite e estar a ter o seu desenvolvimento. Portanto, é importante também desenvolver aquele espaço que de resto, eu acho que, e já o disse aqui, aquele espaço é bonito, é uma arquitetura escultórica ou se quiserem uma escultura arquitetónica que o Arquiteto Siza Vieira fez, o problema foi o dono da obra não ter dito ao Arquiteto para que é que queria aquele espaço e portanto, naturalmente ele fez ali uma espécie de Pátio das Laranjeiras, só nos falta a mesquita como tem Córdoba, mas temos o Centro Histórico. Para acabar, eu queria só referir-me e já que há esta abertura para auscultar os Municípes, há um problema que eu creio que já alertei aqui, mas que está vindo a arrastar-se há dezasseis anos que é um Município que escreveu recentemente à Câmara a pedir uma audiência ao Senhor Vereador do Ambiente e ao Senhor Presidente da Câmara e que tem a ver com a questão do ruído. A questão do ruído, também tem a ver com o Centro Histórico, nós também já apresentamos aqui uma recomendação para a questão do problema dos bares, que alguns moradores se queixam, mas a questão do ruído que o Senhor Provedor de Justiça já alertou que era um problema tremendo, que levava a mais de cem queixas só num ano e em vários locais, as Câmaras Municipais segundo ele não têm meios necessários para fiscalizar o ruído, é um problema que se põe com os bares, mas que se põe também e no caso deste município, com condições, aliás, é um problema que o Senhor Presidente da Mesa conhece, porque acho que mora no prédio, houve até já decisões em tribunal que foram favoráveis aos moradores só que depois o supermercado

muda de insígnia e portanto, o problema tem-se vindo a arrastar. Acho que é um problema que eu espero que, ao contrário do anterior Executivo que deixou arrastar o problema, que este Executivo, enfim, dê o devido atendimento, já que quer fazer a rutura com essa política de não ligar às queixas dos Municípios. Por outro lado, para acabar devo dizer ao Senhor Presidente da Câmara que receio e não posso duvidar daquilo que o Senhor Presidente disse, de que a classificação do Bairro Municipal, possa por em causa a reabilitação. Eu parece-me que a classificação seria o primeiro passo, até por isto, porque os moradores e eu estive na Assembleia Participativa que teve lugar no bairro e que também envolveu a Câmara através da “*Habisolvis*”, esteve lá o Engenheiro João Pedro.....

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Senhor Deputado, já vai em treze minutos.....

- O Senhor Deputado Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues prossegue dizendo: Acabo já. Portanto os moradores estão preocupados com a deterioração que o Executivo deixou ao longo de décadas, com a manutenção dos telhados e as infiltrações de água, a degradação, enfim, do bairro de um modo geral e partindo do princípio que o Senhor Presidente e o Executivo têm as melhores das boas intenções para salvaguardar aquele património, não nos podemos esquecer que os moradores, de facto são pessoas que estão angustiadas já há muito tempo e que, precisam de ver resolvidos com a maior brevidade os problemas do bairro, nomeadamente aquele amontoado de pedras que lá está, parece uma pedreira e que não contribui para a qualidade de vida daquela gente. Muito obrigado.....

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado Alberto Ascensão.....

----- QUARENTA E OITO – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS): Senhor Presidente, serei rápido e por isso peço que me dispensem dos cumprimentos. A primeira questão, queria fazer aqui uma pequena correção relativamente a uma afirmação do Doutor Ribeiro de Carvalho, que quando afirmou que, Matosinhos beneficiava de um investimento de três vírgula cinco milhões de euros, quando efetivamente, é uma questão de contas, trinta e sete milhões de euros o que é bem mais significativo, isto relativamente ao Centro Aeronáutico que conseguiu para lá. Depois, duas questões relativamente à atividade municipal que advêm de duas afirmações do Senhor Presidente no Período de Antes da Ordem do Dia, uma prende-se com aquela afirmação de que gostava que tivessem sido os Senhores Presidentes de Junta de Abraveses e de Silgueiros a pôr o problema que aqui foi levantado pela Senhora Deputada Lúcia Silva, e que, eu estranho muito e não percebo, custa-me a entender ou não consigo mesmo entender porque é que haviam de ser os Senhores Presidentes de Junta. Primeiro, eles não regatearam isto que foi afirmado aqui, não se opuseram, não reagiram ainda até agora. Segundo, eles não representam apenas a freguesia deles. Eles são por inerência Membros desta Assembleia do Concelho de Viseu. Mas mais importante do que isso, qualquer de nós, que estamos aqui eleitos diretamente para a Assembleia Municipal somos efetivamente eleitos em nome do concelho com os mesmos votos de toda a gente que aqui está e portanto, temos o direito de intervir em todas as matérias independentemente da Freguesia a que elas respeitem ou não. O segundo problema, prende-se com a resposta que aqui foi dada à intervenção do Deputado Ribeiro Gonçalves, relativamente à prevenção de incêndios florestais. Independentemente daquilo que a CIM irá desencadear e que não temos nada contra isso, bem pelo contrário, achamos muito bem aquilo que está a ser desencadeado pela CIM, mas importa perceber se a nível concelhio, foi feita alguma prevenção, aquela prevenção que no verão, dizemos que tem que ser feita no inverno, e este inverno que já passou, qual foi o tipo de prevenção, nomeadamente em limpeza de caminhos, aceiros, através de trabalhos diretos da Câmara Municipal ou delegados nas Juntas de Freguesias, o que é que foi feito relativamente a isso para que agora, quem tenha que intervir nos incêndios florestais, tenha algum trabalho facilitado ou tenha

mesmo alguma prevenção para que não haja tantos incêndios como aqueles que tanto lamentamos quando vemos as labaredas aí pelo Concelho. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **QUARENTA E NOVE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu queria fazer uma afirmação de princípio, que nestas respostas que vou ter que as dar de uma forma breve, mas a minha formação democrática, é uma formação democrática feita no pós 25 de Abril e tenho muito orgulho nela, porque eu gosto de ler, eu gosto muito de ler, aliás nunca adormeço sem ler, gosto muito de pensar, aliás, todos os dias penso e procuro ver no exercício destas funções, como é que melhor poderei interpretar os anseios das populações, e pôr o melhor que tenho juntamente com as equipas que me acompanham ao serviço das populações. Portanto, seguramente que daqui a três anos e meio, seremos julgados pelo trabalho que fizemos. Agora, não me vou desviar nem um milímetro da forma de estar e do meu estilo de governação. Seguramente que será sempre feito numa perspetiva de comunicação com os cidadãos, porque eu sei que nestas coisas somos *“presos por ter cão e presos por não ter”*. Se o município não comunicasse com os cidadãos, era porque não comunicava com os cidadãos, se o município não lançasse debates públicos sobre os temas era porque não lançava debates públicos, portanto, como nós sabemos aquela velha história *“os cães ladram e a caravana passa”* não é? O município seguramente que vai continuando a fazer o seu percurso. Agora em relação às questões, só muito rapidamente realçar a questão do Estaleiro Escola, que já tinha falado nele, e só realçar aqui um aspeto é que para além do Estaleiro-Escola ser um projeto inovador, é um projeto que vai permitir rentabilizar e viabilizar uma infraestrutura e um curso que temos aqui em Viseu que é o curso de arquitetura. Aliás, realçar aqui que a Câmara de Viseu, aprovou por unanimidade duas bolsas de estudo para alunos carenciados para o próximo ano e lançou o desafio às empresas, porque nós precisamos de manter esta mais-valia que temos em Viseu. Esta é uma forma também de ajudarmos e estou convicto que vai ser um bom programa. Obviamente que tudo na vida tem riscos. Eu sei que há alguns Senhores Deputados que no passado diziam, aí e tal e o imaterial? Agora que estamos a apostar no imaterial, já falam é de obras e se agora estamos a apostar no Centro Histórico, mas o Bairro A e o bairro B? Enfim, eu sei que é o papel da oposição também é esse, embora eu gostasse de realçar o seguinte, genericamente, todos os Senhores Deputados da oposição que intervieram hoje aqui, há dois aspetos em comum, é que elogiaram o Executivo o que é positivo e um segundo aspeto, não trouxeram a cartilha de há uma reunião atrás, há alguns que bastava mudar a data e liam sempre o mesmo texto e assim não tinham tanto trabalho. Felizmente que alguns Deputados da oposição fazem o trabalho de casa e vêm com coisas novas em cada reunião que decorre. Em relação ao Mercado Municipal, dizer que é uma aposta do Executivo. Era bom que os Viseenses voltassem outra vez a ganhar a tradição de irem às compras ao mercado, o Município, no fundo está aqui a fazer o quê? Está a dar um contributo, por um lado na redinamização, sabendo que há um aspeto de fundo que é preciso tratar e estamos a tratar, que passa até pela mudança enfim, do espaço em si, isto é da forma como espaço está organizado e esse trabalho está a ser feito pelos nossos serviços e seguramente que estas campanhas da Páscoa correram bastante bem, a Campanha dos Santos Populares, a Campanha das Colheitas, são campanhas que ajudam os produtores que vão vender ao mercado a escoar melhor os seus produtos. Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho, eu procurarei sempre esclarecer os Senhores Deputados que venham por bem. Tenho dito isso muitas vezes. Quem estiver num sentido construtivo, todas as perguntas que coloquem, eu vou procurar sempre responder, desde que efetivamente as pessoas as coloquem com uma postura positiva e de respeito democrático que é muito importante. Agora, em relação às questões da informação, poderia ter optado por fazer a intervenção que enviei e metia-lhe umas buchas pelo meio. Ontem à tarde, estive a rever as

minhas notas e entendi que ainda devia acrescentar mais algumas coisas à intervenção. Enfim, se entender no futuro eu não o farei. Trago na mesma a intervenção escrita e depois, meto umas buchas pelo meio do discurso, vai dar ao mesmo, mas pelo menos, não deixarei de dar todas as informações que o Senhor pretenda. Em relação à questão do Centro Histórico, ele é um desígnio de todos, todos são bem-vindos a este debate e portanto podem, enfim, se a própria Assembleia Municipal entender e já agora relembrar que Senhor Deputado que no passado, esta Assembleia Municipal quando presidida por mim, chegou a promover um debate sobre o Centro Histórico, que infelizmente foi muito pouco participado, como se recordará com certeza. Portanto, eu espero que esta forma como estamos a lançar este debate, ele seja feito, não só pelos partidos, mas também pelos cidadãos, pelas instituições. Nós vamos desencadear um conjunto de reuniões para isso. Portanto, já agora dizer-lhe que o Viseu Primeiro teve mais de cem contributos ao longo do seu debate público e há uma coisa que eu já disse, nunca farei o trabalho dos Senhores Deputados, compare o texto inicial que foi posto em debate e o texto que acabou de ser adotado e veja a quantidade de assuntos que nós acabámos por acrescentar a esse texto. Depois também falou aqui sobre, enfim, o Senhor Deputado até tem a infelicidade de ter o seu escritório num dos edifícios que é mesmo uma nódoa do nosso Centro Histórico não é? Infelizmente tem esse azar e talvez possa dar aí um bom contributo para o Centro Histórico que é, com a sua disponibilidade e com o seu sentido cívico, ajudar juntamente com os outros proprietários a encontrarmos uma boa solução. Aí, estaria a dar um bom contributo para o Centro Histórico, porque efetivamente é um dos problemas graves que temos para resolver no Centro Histórico é exatamente aquele Centro Comercial Ecovil. Depois, dizer-lhe também, que “*a galinha da vizinha é sempre melhor que a nossa*” não é? Os outros fazem sempre todos muito bem e noutros todos muito mal. Olhe, provavelmente muitos Municípios por este país, gostavam de ter o GPIAA, muitos Municípios, gostavam de ter um aeródromo a ser requalificado como nós o estamos a requalificar para podermos ambicionar a novos voos, aqui no sentido real. Portanto, quando chegarmos ao final do mandato, seremos avaliados. Não lhe vou abrir aqui o jogo sobre os contactos que tenho vindo a fazer e toda a estratégia que temos vindo a desenvolver. Agora, pode ter certo uma coisa, há três princípios que nos norteiam sempre: A questão Social, a questão do Desenvolvimento Económico e a questão da Coesão Territorial, são sempre os três princípios que nos norteiam. Portanto, seguramente a seu tempo, vai começando a ver lentamente os resultados desta aposta no aeródromo, nem faria sentido que o Município estivesse a investir cem mil euros no aeródromo se não tivesse intenção de o rentabilizar, porque de hoje para amanhã os Senhores legitimamente viriam a esta Assembleia questionar essas opções do Executivo. Depois o Senhor Deputado Madeira Antunes, eu não sabia que o Senhor tinha introduzido, enfim, um sistema de escuta no meu telemóvel ou que agora estava sobre observação no meu gabinete ou no meu carro. Pelos vistos, sabe os contactos que eu desenvolvo todos os dias com as diferentes entidades. Sabe as vezes que eu falo com o Senhor Presidente da Câmara de Tondela, de Santa Comba, de Penalva do Castelo, de Vila Nova de Paiva, enfim, afinal quem tem um grande serviço de informação, será o Partido Socialista, não será propriamente o Município, foi aquilo que eu depreendi das suas palavras, porque se eu defendo o conceito Viseu Cidade Região, Viseu Cidade Região é um conceito inclusivo não é exclusivo ok? Portanto, da mesma forma que estou a dinamizar a plataforma da A25 e interlocução com o Centro Norte do País, também tenho feito esse trabalho com os meus colegas e muitos deles vêm-me pedir ajuda sabe? Lá está, eu também não tenho que trazer tudo a público, mas, muitos colegas me pedem diariamente ajuda, às vezes para desbloquearem assuntos e há uma coisa para que o Presidente da Câmara está sempre disponível, é para tratar dos assuntos do Concelho, para tratar dos assuntos da Região e será essa postura que irei ter, e além disso, o Senhor Vice-Presidente, participa de uma forma muito ativa nas reuniões da Comunidade Intermunicipal, da mesma forma que eu como Vice-Presidente da Associação

Nacional de Municípios, tenho procurado fazer essa ponte e até dentro de poucos dias vamos ter cá uma reunião da Direção da Associação Nacional dos Municípios exatamente com a CIM para discutirmos a estratégia para o futuro. Se há Município que tem participado de uma forma ativa na construção da estratégia futura da CIM, seguramente que foi o Município de Viseu. Foi aquele produziu mais ideias, mais documentos e mais frentes de batalha. Ainda recentemente na questão da proteção civil, foi o Município de Viseu que lançou o desafio à CIM, de termos uma estratégia conjunta para os catorze municípios. Portanto, Senhor Deputado Madeira Antunes com toda a simpatia que tenho por si e amizade até pela sua família, não vale a pena também estar a dar tiros de pólvora seca porque eles não têm efeito nenhum. Portanto, analise, faça os elogios, não tenha problemas em fazê-lo e faça também as críticas de uma forma consistente, que é para eu depois lhe dizer alguma coisa. Em relação ao Viseu Primeiro, que cria anticorpos, não dei conta, aliás, no resultado eleitoral não dei conta que o Viseu Primeiro criasse anticorpos, enfim, quem está neste momento a gerir os destinos da autarquia, teve mais votos que todas as outras forças em conjunto. Portanto, penso que não terá anticorpos ao ponto dos cidadãos e esse é o juízo que me importa, é exatamente o juízo dos cidadãos, o juízo das pessoas que são os diretos destinatários do trabalho que estamos a fazer no nosso dia-a-dia. Senhora Deputada Filomena Pires, com toda a amizade e cumplicidade de colegas de Liceu, não espero também ouvir muito diferente daquilo que ouço. Mas, lanço-lhe um desafio, aponte-me Município da CDU que já tenha assinado contratos com as freguesias. Um! Desafio-a esta bem? Vai ter muita dificuldade em encontrar e na próxima Assembleia ou logo que tenha faça-me chegar está bem? É que eu ainda agora, vim de uma reunião de Alcácer do Sal sabe? Onde estive com camaradas seus, pessoas extremamente afáveis que fazem parte comigo do Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios e neste momento, Viseu é um dos três Concelhos que já está a assinar contratos programa, só, no País inteiro e fomos o primeiro Concelho a ter desenhada uma solução com base na Lei 75. Eu já tinha explicado isso, mas volto a explicar. Há uma nova Lei e portanto, é preciso fazer os contratos com base nessa nova Lei que dá outra autonomia às Juntas de Freguesia e bem, e portanto, nós fomos a primeira autarquia a encontrar o desenho jurídico para podermos assinar esse contrato, mas, lanço-lhe esse desafio e a Filomena se tiver oportunidade, ligue-me a dizer aonde é que encontrou um contrato programa fechado num Concelho da CDU. Em relação ao desporto, as regras são claras e foram aprovadas. Em relação à cultura, o que foi definido foi, nós só apoiamos culturalmente as instituições comprando espetáculos, exatamente para estimular a produção e neste momento todos os apoios que a Autarquia tem dado, são todos, apoios a instituições, na lógica da contrapartida de trazerem para a sociedade aquilo que têm. Também acho injusta a lógica de dizerem que nós andamos a encomendar programas noutro lado. Nunca houve uma participação tão ativa de todas as instituições culturais do nosso Concelho como hoje estão a existir e a prova disso, é o Festival da Primavera, em que são mais de cinquenta, enfim, em termos de instituições são vinte e quatro ou vinte e cinco instituições que estão envolvidas, mas basicamente estão envolvidas todas as instituições que mexem no nosso Concelho do ponto de vista cultural. O próprio Fórum Viseu Cultura, foi criado com esse desígnio, se olhar para o horizonte temporal a ambição que tenho, e gostava que isso um dia acontecesse é que a Câmara não tivesse que promover nenhum programa cultural e que ele fosse todo desenvolvido pela nossa sociedade, aliás, tem sido este o exemplo que temos dado, que é o exemplo de procurar estimular a própria sociedade, aliás, um dos temas que hoje vem aqui à reunião da Assembleia Municipal, é a criação da Associação Beira Amiga, que é o exemplo de uma competência que a Câmara podia desenvolver, mas que entendeu preferível pôr a sociedade a desenvolver essa mesma competência. Portanto, do ponto de vista cultural e dentro da estratégia cultural da autarquia, o que nós pretendemos é cada vez mais estimular as diferentes instituições existentes em Viseu, o Teatro Viriato, o Conservatório, o ACERT, o Montemuro, estas entidades da tal Cidade

Região a contribuírem e a desenvolverem. Eu sei que depois os Senhores dirão assim, a Câmara não tem política cultural, quando chegarmos a essa altura, daqui a uns anos dirão a Câmara não tem política cultural, porque todas as ações são desenvolvidas por instituições da sociedade. Mas, é exatamente essa a ambição que eu tenho do ponto de vista futuro. Senhor Deputado Carlos Vieira, nunca tinha sido tão elogiado pelo meu amigo não é? Até fico preocupado de o ver tão elogioso em relação à atividade da Câmara e vejo que no outro dia quando se absteve no Viriato de Ouro, afinal de contas devia ter votado a favor, com esse amor que ainda demonstra pelo Executivo anterior, acho que o voto a favor, encaixava que nem uma luva no seu sentido de voto. Portanto, isto não é um debate de faz de conta, nem o orçamento participativo será o início do orçamento participativo do faz de conta. Eu sei que causa algum incómodo às vezes a algumas pessoas da oposição, sobretudo aquelas que vêm por bem o trabalho que estamos a desenvolver. Desculpem lá trabalharmos tanto, é a única coisa que vos podemos dizer. Mas vos garanto que vamos continuar a trabalhar desta forma afincada, até porque gostamos muito de trabalhar. Por último, em relação à questão das limpezas, Senhor Deputado Alberto Ascensão, todo o protocolo que tínhamos estabelecido para este ano está a ser desenvolvido, desde contratos para limpezas com as próprias freguesias, que têm também este efeito da prevenção de incêndios e o Senhor Vereador responsável por esta área está a acompanhar de muito perto, toda a preparação da próxima época de fogos, é isso que lhe posso dizer. Não lhe posso exigir mais. Olhe, eles já trabalham tantas horas por dia que sinceramente não vou exigir mais, mas também sei que o fazem com muita vontade. Portanto, isto eram basicamente as respostas que gostaria de vos deixar e já agora dizer que a Câmara não deve nada a ninguém. Não sei quem é que foi, mas penso que foi a deputada Filomena Pires que disse que a Câmara deve dinheiro aos trabalhadores. Não deve, tem os salários em dia, continua a pagar a catorze dias e portanto, não deve nada a ninguém Senhora Deputada. Se tiver alguma coisa que não esteja paga, apresente a fatura, que é para eu ir verificar nos serviços se não foi paga. Agora, a Câmara não comete é ilegalidades e se é notificado pelo tribunal numa insolvência de uma empresa para depositar à ordem do tribunal uma quantia que deve, obviamente que é isso que a Câmara faz e foi o que aconteceu aqui como já, aliás, esse tema já falámos sobre ele, porque é que andamos sempre a falar das mesmas coisas? Já lhe respondi, respondi-lhe a verdade não é, porque só respondo a verdade e portanto, na perspetiva da transparência, aquilo que lhe posso dizer é: A Câmara de Viseu, felizmente e espero que sempre continue assim, paga a catorze dias. Portanto, desde que esteja validada a despesa pelos respetivos serviços, o cheque é passado. Portanto, desse ponto de vista, não pode de forma nenhuma estar a trazer este assunto aqui porque a Câmara não está em incumprimento. E pronto, tenho muita pena de não poder continuar na Assembleia, porque senão corro o risco de não apanhar o avião que tenho de apanhar para um compromisso internacional, mas o Senhor Vice-Presidente ficará, aliás, nas legítimas competências que tem, a responder às questões e a apresentar os pontos da Ordem de Trabalhos e obviamente que, independentemente da Assembleia Municipal, sempre disponível para o debate. Aliás, se há coisas de que eu gosto muito é debater ideias e portanto, nesta questão do Centro Histórico, acho que é uma excelente oportunidade para nós podermos colocar aqui os nossos pontos de vista. Aquilo que a Assembleia Municipal, sem me querer imiscuir na vida da Assembleia, entender fazer, o Presidente da Câmara, estará disponível para falar com os Partidos, para vir à Assembleia, se for necessário agendar como um ponto, mas só faz sentido depois do debate desenvolvido, porque eu não vou trazer aqui como ponto da ordem de trabalhos um documento que ainda não está estabilizado. Isso aí é que era um falso debate. Portanto, dizer aos Senhores deputados que obviamente, todos aqueles que contribuem de uma forma positiva, suportando a ação deste Executivo, seja na oposição, são sempre bem-vindos desde que o façam com educação, desde que o façam dentro de uma estrita cultura democrática e que não alinhem na mal discência permanente e no denegrir da imagem do

Presidente da Câmara. O Presidente da Câmara a esses não responde, porque efetivamente, fui eleito, toda esta equipa foi eleita, quer os que estão neste momento no Executivo, quer os Senhores Vereadores da oposição. Trato toda a gente com o respeito que me merecem. Nunca tratei mal ninguém e nunca tratarei e virei sempre com a humildade que me é característica responder em todas as circunstâncias a todas as perguntas que me sejam colocadas, desde o primeiro dia do mandato até ao último dia que estiver em funções e com uma convicção, é que todos os dias me deito com a consciência tranquila e isto é a coisa mais importante para mim, é saber que naquele dia, dei o meu máximo, a minha equipa deu o meu máximo e procurámos fazer, dentro da nossa avaliação aquilo que é o melhor para o nosso Concelho, para a nossa Cidade Região e até agora em seis meses de funções, todos os dias me deitei de consciência tranquila e dormi as minhas cinco horinhas seguidas que preciso para me restabelecer. Portanto, enquanto isso acontecer, a minha consciência é a minha principal guia que possa ter. Portanto, continuação de um bom trabalho da Assembleia Municipal. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Em nome da Assembleia, desejava uma boa viagem e um bom trabalho em prol de Viseu. Se não houvesse mais questões, entrávamos já no ponto numero dois e dava a palavra ao Senhor Vice-Presidente.-----

----- **CINQUENTA – O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado. Permita-me que o cumprimente de uma forma especial, uma vez que é a primeira vez que uso da palavra nesta Assembleia. Senhor Presidente, Senhores Secretários da Mesa, Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras, Senhores Deputados. Relativamente a este Ponto, HABISOLVIS, E.M. EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO SOCIAL DE VISEU – CONTRATO PROGRAMA, trata-se de um contrato programa que visa permitir a prestação de serviços informáticos por parte do Município e portanto, o Município irá assim assegurar, a virtualização dos serviços informáticos da Habisolvis. Com isto, poderemos garantir a segurança e a manutenção desses mesmos serviços. Na prática, a Câmara irá assegurar a integração informática da Habisolvis nas suas plataformas com recursos próprios. Portanto, trata-se simplesmente e talvez em duas palavras, melhorar os serviços e otimizar os recursos. Penso que, essencialmente é isso.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Está à discussão a proposta da Câmara, HABISOLVIS, E.M. EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO SOCIAL DE VISEU – CONTRATO PROGRAMA. Há alguma intervenção? Não havendo nenhuma intervenção, colocava-se à votação. Quem vota a favor? Quem Vota Contra? Quem se Abstém? *Aprovada por unanimidade.* (Anexo 1 – Registo nominal das votações, páginas 205/206). Os serviços estão a fazer a conferência das presenças. Estavam ausentes da votação três Senhores Deputados.-----

Passaríamos ao Ponto Três, BEIRA AMIGA – ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DE APOIO A FAMÍLIAS, DE MEDIAÇÃO E DE ARBITRAGEM. Dava a palavra ao Senhor Vice-Presidente.-----

----- **CINQUENTA E UM – O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente, relativamente a este ponto, ainda agora o Senhor Presidente da Câmara acabou por se referir a ele de uma forma breve, de facto esta questão de criarmos, na altura dizíamos, um Gabinete de Apoio às Famílias Endividadas, que foi uma promessa de campanha eleitoral e para dar resposta a uma necessidade do Município. Depois de ponderarmos bem esta situação, achamos melhor, em vez de estarmos a criar uma nova estrutura, pesada eventualmente, nos serviços da Câmara, parece-nos mais importante criar uma associação deste tipo, até porque pode vir a ter no futuro outras responsabilidades, associando aqui a questão da defesa do consumidor ao apoio às famílias e à questão da mediação e da arbitragem, dado que e todos nós temos conhecimento disso, a própria região centro, tem algumas lacunas nesta área. Portanto, não escondemos também, que para além de dar uma resposta imediata aquilo que se pretende no

município, temos sem dúvida objetivos a médio e a longo prazo, que esperamos que também possam vir a ser atingidos com a criação desta associação nomeadamente na questão da mediação e da arbitragem. Reparem que, desde Castelo Branco até Aveiro, não temos qualquer entidade com responsabilidades nesta matéria e por isso mesmo, os estatutos desta associação e a validação da Câmara constam já da documentação que foi distribuída e sendo assim, esta associação visará essencialmente responder às necessidades das famílias endividadas e em risco de pobreza, mas também se constituirá de facto como, e é assim que pretendemos um centro de mediação e arbitragem de conflitos de consumo. Está também ao serviço de associações de consumidores e continuará a dinamizar o já existente Centro de Informação Autárquico ao Consumidor. Os associados fundadores, portanto os que já estão a trabalhar connosco nesta matéria, Santa Casa da Misericórdia de Viseu, a Cáritas Diocesana de Viseu, a AIRV Associação Empresarial da Região da Viseu, a ACDVS Associação Comercial do Distrito de Viseu e a Câmara Municipal de Viseu. Portanto, esperamos que daqui a algum tempo, daqui a alguns anos possivelmente, isto possa ter, como disse há bocado, uma dimensão supra inclusivamente Municipal.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Vice-Presidente. Está em discussão esta proposta. Dava a palavra ao Senhor Deputado Vieira.-----

----- **CINQUENTA E DOIS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Senhor Presidente da Assembleia, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara em exercício, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta. Os cidadãos de Viseu, à semelhança dos outros do País, estão hoje confrontados com novas situações de abuso, até por parte de grandes empresas, como é o caso das fornecedoras de energia elétrica e das operadoras de telecomunicações que impõem generalizadamente períodos de fidelização de vinte e quatro meses e imposição de critérios e limites aos encargos cobrados nesse período em caso de mudança de operador, com penalizações desproporcionadas o que já levou a DECO a entregar em 20 de fevereiro deste ano à Presidente da Assembleia da República uma petição com 157.847 assinaturas, muito mais dos que as necessárias, tal é o impacto deste abuso por parte das empresas para a generalidade dos consumidores, que se veem confrontados com a prestação de um serviço sem a qualidade prometida no contrato ou com constrangimentos financeiros devido a situações imprevistas de desemprego, de mudança de residência, de emigração por exemplo, impedindo que se possa usufruir das melhores ofertas da concorrência. Mas, o Senhor Vice-Presidente, Presidente em Exercício acabou de referir o Centro de Informação Autárquico, eu até pensei que tinha ficado desativado, porque o Centro de Informação Autárquico ao Consumidor, foi criado pela Câmara em 1989 por um acordo entre o Executivo e o Instituto Nacional de Defesa do Consumidor tinha e tem nas suas funções, uma vez que continua, a prestação de informações/esclarecimentos, aos munícipes, a mediação em pequenos litígios entre consumidores e fornecedores e o reencaminhamento de reclamações para entidades competentes. O que eu estranho é que se tenha criado esta associação e ainda por cima com a Cáritas e com a Misericórdia. Quer dizer, não vejo que sejam entidades que estejam sobremaneira vocacionadas para estas funções. Eu também não conheço em Viseu nenhuma Associação de Defesa do Consumidor, mas o Centro de Informação Autárquico ao Consumidor, provavelmente já deveria ter criado ligações, protocolos até, com a DECO, com a Associação do Direito do Consumo, ali de Coimbra do Dr. Mário Frota, portanto, que permitisse dar resposta a situações. Portanto, é só este esclarecimento que eu pedia, uma vez que pensei, enfim, que as coisas estivessem a funcionar de forma de facto que o município defendesse os direitos dos consumidores. Isto já existe desde 1989 e pelos vistos de forma insuficiente.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Dava a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão.-----

----- **CINQUENTA E TRÊS – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA**

ASCENSÃO (PS): Senhor Presidente da Mesa, Senhora Secretária e Senhor Secretário da Mesa, Senhor Presidente em exercício, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Excelentíssimos Membros da Assembleia, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Muito telegraficamente, independentemente do apoio que daremos com voto a esta proposta, queria deixar aqui, duas perguntas e uma nota final. Queria perguntar se o Município tem um levantamento do público-alvo para beneficiar deste projeto, essencialmente também se tem o levantamento de quais as necessidades concretas que esse público denota para serem acarinhadas por este projeto e também, qual a forma concreta que se pensa que esse projeto terá de resolver esses problemas. A nota que queria deixar, também a guardei para o final, por ser a última nota que o Senhor Presidente em Exercício deixou. Ao contrário daquilo que afirma, eu preferia que daqui a alguns anos, não tivesse o âmbito alargado, mas que se estivesse a pensar na extinção desta associação, porque seria um ótimo sinal, ao contrário do que será se estivermos a pensar que está mais alargado o seu âmbito. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Dava a palavra à Senhora Deputada Filomena Pires.-----

----- **CINQUENTA E QUATRO – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Senhor Presidente em Exercício, sem pôr em causa de forma alguma a bondade das intenções aqui declaradas relativamente a esta matéria, quero confessar publicamente que das duas uma: Ou eu não entendi nada sobre o papel da Câmara na criação desta Associação ou estamos perante uma tremenda “baralhada” que é necessário descodificar. Passo a enunciar a razão das minhas perplexidades.-----

Começa por não se perceber a necessidade da criação duma tal associação, muito menos a do envolvimento da Câmara neste processo, uma vez que já existem no terreno inúmeros organismos com papel na mediação e defesa do consumidor, a começar pelo mais conhecido, a DECO e outros de âmbito regional, reforçado até por aquilo que o Deputado Vieira agora veio aqui trazer.-----

Diz o texto em nossa posse, que a *Assembleia Municipal é chamada a decidir sobre a autorização de adesão do Município à “Associação Beira Amiga”, que pelos vistos “tem sede na cidade de Viseu”, não se sabendo em que Rua ou número de porta. Não compreendo. Então vamos autorizar a Câmara a aderir a uma Associação que ela própria criou e da qual já é “sócio efetivo” e pagante?*-----

Mas, se eu li bem, a confusão continua. Na nota introdutória, escrita em papel timbrado da Câmara, diz-se que a Associação terá como primeiros associados, passo a citar: “AIRV, ACDV, Cáritas e Misericórdia”. No entanto, nos Estatutos, *Capítulo I – Disposições Gerais – Artigo 1º, nº 1*, diz-se que a “Beira Amiga” é composta pelos seguintes sócios fundadores: AIRV, ACDV, Município de Viseu, Cáritas, Misericórdia. Afinal, na nota explicativa nem a Câmara, nem o Município (que é a Câmara mais a Assembleia Municipal) fazem parte dos primeiros associados, mas aparecem nos Estatutos como “sócio fundador”? Em que ficamos?-----

Diz o artigo 4º, nº 1, dos referidos Estatutos - *Categoria de Associados* – “A associação terá as seguintes categorias de associados: Fundadores; Efetivos; Aderentes; Correspondentes; Honorários. Esclarece no nº 2 do Artigo 4º: “São Fundadores os associados que tenham participado no ato constitutivo da Associação”. A Câmara Municipal de Viseu ou a Assembleia Municipal de Viseu participaram no ato constitutivo?-----

Diz o artigo 5º, nº 1, dos já citados Estatutos da “Beira Amiga”: “A qualidade de sócio efetivo... adquire-se por deliberação favorável do Conselho Diretivo”. Já no Artigo 22º, dos mesmos Estatutos, sobre a designação, *Composição, no nº2 diz: “O Presidente do Conselho Diretivo será eleito pelos associados efetivos”. Ora, quem são os “associados efetivos”? Única e exclusivamente o Município de Viseu, como se pode inferir pela nota explicativa, no Quadro do Orçamento Provisional para 2014. Diz lá: Joias e inscrições (1 sócio efetivo e 4 fundadores). Então vamos lá ver se eu percebo. O Conselho Diretivo, mesmo antes de*

existir decidiu que a Câmara (Município) seria o único *sócio efetivo*. A Câmara (Município), por sua vez, sendo o único sócio efetivo, fez-se eleger como Presidente. Então isto funciona assim, com esta democraticidade e transparência toda?----- Mas as bisarias desta proposta não acabam aqui. Na nota explicativa, informa-se que a “Beira Amiga” vai estabelecer “Protocolos de Colaboração e Apoio Financeiro”. Adivinhem com quem? Pois, em primeiro lugar com a Câmara Municipal de Viseu, que é Presidente do Conselho Diretivo e único “Sócio Efetivo”. Então é normal e legal que a Câmara estabeleça “Protocolos” consigo própria?-----

Ainda no que se refere ao financiamento da “Beira Amiga”, uma nota ao fundo do Quadro com o Orçamento Provisional, esclarece o seguinte: “a Santa Casa da Misericórdia viu aprovada em 29.01.2014, uma candidatura ao Fundo do Consumidor, na quantia de 18.600€, com prazo de execução de 18 meses, onde são elegíveis diversas despesas das acima indicadas, que minorarão aquelas, (sublinhado) além das resultantes da aquisição do equipamento informático, já contratadas.” Então uma candidatura aprovada antes da existência da “Beira Amiga”, para uma entidade terceira, vai ser integrada nesta, para minorar “aquelas despesas” e a “aquisição de material informático, já contratado”? Afinal quem contratou e com que legitimidade, a aquisição do material informático? Por mera hipótese académica, imaginemos que a Assembleia Municipal não aprova a adesão a esta “coisa” perdoem-me a expressão que, como a pescada, antes de o ser já o era? Quem assume a despesa com a contratação do material informático, uma vez que a Câmara (Município) preside ao Conselho Diretivo? E quem vai explicar ao Fundo do Consumidor, que a candidatura que eles aprovaram para a Santa Casa da Misericórdia de Viseu, afinal é para uma entidade gerada posteriormente, designada “Beira Amiga”? Ou serei levada a concluir que tudo isto não passa de um ato de pura arrogância e desvario “arrangista”, com cobertura do Governo?-----

8 – Talvez que a “ponta do véu” para o esclarecimento de toda esta balbúrdia legal esteja no nº 4, do Artigo 22, dos Estatutos da “Beira Amiga”, que diz textualmente: “*Um dos membros do Conselho Diretivo pode exercer funções executivas, em regime de comissão de serviço*. Quem será a “amiga (o)”, que estará à “beira” de vir a ser o “executivo”?-----

Senhor Presidente em exercício, requeiro, desta forma, que me sejam dadas explicações claras e fundamentadas sobre este, para mim, nebuloso assunto, porque, se não o fizer, se eu ficar com dúvidas, não terei outra alternativa senão pedir a intervenção de outras instâncias para que apurem, a legalidade de todo este rocambolesco processo. Muito obrigada-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigada Senhora Deputada. Dava a palavra à Senhora Deputada Sofia Pires.-----

----- **CINQUENTA E CINCO – A SENHORA DEPUTADA SOFIA MARGARIDA GUEDES DE CAMPOS SALVADO PIRES (PPD/PSD):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Comunicação Social e restante Público. Antes de começar a minha comunicação, não posso deixar de notar que um Partido sempre tão preocupado com as questões sociais, com as questões de apoio aos indivíduos, tenha vindo a este púlpito falar sobre burocracias e questões legais. Na intervenção da Deputada da CDU, nem uma única vez foram focados os benefícios que esta associação de facto pode trazer para os munícipes. Por outro lado, foi dito pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara que esta associação teria um âmbito mais alargado e foi nesse sentido curiosamente que eu li, não só o articulado legal, como espero e tenho esperanças de facto que isto vá para além só e só das famílias endividadas e possa ser um projeto social muito mais abrangente. Neste sentido, devo dizer que a Declaração Universal dos Direitos Humanos define a família como “*a unidade base da sociedade e o meio natural para o desenvolvimento e bem-estar de todos os seus membros, em especial das crianças e jovens, pelo que tem que ser*

ajudada e protegida a fim de que possa assumir plenamente as suas responsabilidades na sociedade”.-----

A Constituição Portuguesa define a família como “elemento fundamental da sociedade, tendo direito à proteção da sociedade e do Estado e à efetivação de todas as condições que permitam a realização pessoal dos seus membros”. A Família é a primeira comunidade natural da sociedade, anterior ao próprio Estado, pelo que este deve estar ao serviço da Família.-----

A Família é o lugar próprio e natural, onde a criança tem o direito a nascer e a crescer, a ser amada, protegida e educada.-----

A sociedade será tanto mais humana, solidária e desenvolvida quanto mais famílias estáveis e felizes houver.-----

As famílias constituídas de forma estável e equilibrada são a melhor prevenção e antídoto natural contra a droga, violência, marginalidade e outras disfunções da sociedade. Os valores sobre os quais assentam a sociedade – respeito, tolerância, amor, solidariedade, justiça, verdade, liberdade e responsabilidade – aprendem-se, sobretudo, na Família, pelo exemplo e pela educação.-----

A Associação Portuguesa de Famílias Numerosa refere que as políticas públicas devem estar, atentas às necessidades das famílias. Assim, deverão ser identificados nas políticas vigentes os fatores penalizadores das famílias, constritores da sua capacidade de poder responder adequadamente às necessidades familiares nos vários âmbitos. E deverão ainda ser identificadas quais as medidas de política a tomar para fornecer às famílias maior capacidade de resposta na sua ação vital para a sociedade.-----

Na realidade política atual, convicta da importância da descentralização, as autarquias e as outras instituições locais estão mais próximas das famílias e, portanto, dos cidadãos, e podem acompanhar e aperceber-se melhor das suas necessidades e do interesse e relevância das políticas públicas para a família. Por outro lado, assiste-se hoje a uma crescente degradação das famílias com graves consequências: aumento da insegurança, da delinquência e criminalidade, da toxicodependência, do alcoolismo e da pobreza, do insucesso escolar, que importa encarar de frente. Torna-se necessário investir seriamente no fortalecimento e capacitação das famílias para fazer face a estas importantes ameaças.- Só agindo de forma integrada, será possível proteger social, económica e juridicamente a família, criando uma envolvente que lhe permita prosseguir o seu papel, contando com a segurança e estabilidade necessárias para tomar as suas decisões de forma livre e responsável.-----

As autarquias possuem, um papel fundamental no apoio concreto às famílias, quer pelas medidas que criem diretamente, quer agindo junto do Governo no sentido de dar contributos e sugestões para ações governativas. Elas estão mais próximas dos cidadãos, possuem uma realidade local particular, e, nesse sentido, poderão agir com maior eficácia, dando resposta aos problemas identificados e prevenindo o aparecimento de outros.-----

Neste sentido, e tendo em conta tudo o que ficou dito atrás, congratulamo-nos com a adesão do nosso município como sócio fundador/efetivo à BEIRA AMIGA-ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DE APOIO A FAMILIAS, DE MEDIAÇÃO E DE ARBITRAGEM, fazendo jus à estratégia de afirmação de Viseu como cidade-região que este governo concelhio preconiza para 2013-2017. Assim a Câmara Municipal de Viseu promove, através desta associação e isto aqui é o que interessa efetivamente, o efetivo Apoio às Famílias endividadas e em risco de pobreza e a futura criação de um Centro de Mediação e Arbitragem de Conflitos de Consumo. Estará também ao serviço de associações de consumidores e continuará a dinamizar o já existente Centro de Informação Autárquico ao Consumidor.-----

Por aquilo que me foi dado a perceber pelo material que eu tinha e a que todos nós tivemos acesso, a BEIRA-AMIGA privilegia o trabalho em parceria que é fundamental para desenvolver ações que visam melhorar o conhecimento da realidade local bem como

os recursos teóricos e práticos ao dispor dos profissionais. O apoio para o desenvolvimento da capacidade técnica passa também pela prestação de serviços de consultoria para o desenvolvimento e implementação de programas diversos de intervenção e fortalecimento dos indivíduos/famílias. Por outro lado, pretende-se envolver a comunidade na disponibilização de um conjunto de recursos de apoio às famílias, procurando estimular-se a partilha não só entre profissionais e instituições, mas também entre as próprias pessoas apoiadas. Desta maneira pode também esta pessoa jurídica encontrar forma de financiamento autónomo, capaz de potenciar no futuro a sua auto-sustentabilidade financeira, que de outra forma não seria possível. Os parceiros contactados são os que na região têm mais representatividade social e como já foi referido (AIRV, Associação Empresarial da Região de Viseu; ACDV - Associação Comercial do Distrito de Viseu; Cáritas Diocesana de Viseu e Santa Casa da Misericórdia de Viseu). A Associação tem como objetivos entre outros:-----

- Integrar a rede extrajudicial de apoio a clientes bancários, Rede de Apoio ao Consumidor Endividado e a famílias endividadas.-----
- Defender os direitos dos consumidores, seus associados e dos consumidores em geral;-----
- Prevenir, difundir e zelar pela aplicação e respeito dos direitos dos consumidores, reconhecidos na Constituição da República e na Lei;-----
- Exercer qualquer outra atividade permitida por lei, que contribua para a formação social, económica e cultural dos consumidores e para o bem-estar da população em geral;-
- Cooperar com organismos nacionais e estrangeiros e colaborar com as autarquias e outras entidades oficiais e privadas, em atividades que visem a promoção da defesa dos interesses dos consumidores;-----
- Denunciar as práticas abusivas e fraudulentas para com os consumidores;-----
- Promover e dinamizar encontros, debates, palestras, tertúlias, colóquios, seminários e outras ações de divulgação, formação e informação dos consumidores;-----
- Celebrar protocolos com a administração central e local, Institutos, Associações, Instituições particulares de solidariedade social e todas as pessoas singulares ou coletivas de relevante interesse para a defesa dos consumidores e cidadãos em geral.-----
- Implementar medidas e programas de formação profissional e desenvolver quaisquer outras iniciativas de carácter relacionado aos objetivos atrás plasmados.-----

Nós, Desafiamos ainda, este projeto, e isto será um desafio à BEIRA AMIGA enquanto associação a alargar as suas valências, podendo também funcionar como um centro de apoio familiar e acompanhamento parental proporcionando respostas às famílias com crianças e jovens que estejam em situação de risco psicossocial, nomeadamente abandono escolar, consumo de substâncias psicotrópicas, desemprego prolongado, negligência, entre outros comportamentos de risco, promovendo ações de desenvolvimento das capacidades parentais, sociais e familiares. É assim, que o nosso município contribui fortemente para, e cito, “uma comunidade atrativa para viver, investir, trabalhar, educar, estudar e visitar” assumindo uma estratégia de desenvolvimento em que coloca os seus municípios como a sua primeira prioridade, e é a clara conquista do cumprimento de mais uma promessa eleitoral, ora posta em prática.-----

Estamos todos, pelo menos eu estou, empenhados em construir Viseu como cidade-região e todos contribuiremos e eu também espero contribuir para que a BEIRA AMIGA se torne uma Associação de referência.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigada Senhora Deputada. Dava a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara para informar e responder aos Senhores Deputados.-----

----- **CINQUENTA E SEIS – O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente, Senhores Deputados. Antes de mais, deixar bem claro que o que trazemos hoje aqui é uma proposta de adesão. O que está aqui em causa é, aderimos ou não aderimos a uma associação deste tipo. Quanto à necessidade, basta dizer que a resposta que nós temos

atualmente é insuficiente. Alguém falou aqui na questão da existência do Centro de Informação Autárquico e todos nós sabemos, que apesar do esforço que tem sido feito, do trabalho que tem sido feito por esse Centro de Informação Autárquico, (já agora deixo aqui esta nota) não só no Concelho, como até fora do Concelho, muitos munícipes de outros Concelhos inclusivamente, onde o Centro de Informação Autárquico desses Concelhos ou não existe ou não dá resposta, têm recorrido inclusivamente, e nós com todo o gosto, dentro das nossas possibilidades temos dado o apoio a essa mesma população, a essas mesmas pessoas que têm tido necessidade. Por outro lado, quanto ao tipo de parceiros, se nós estamos com problemas, nomeadamente na questão... porque isto tem a ver também com a pobreza e com outros tipos de dificuldades, nada melhor do que escolher uma Santa Casa Misericórdia e uma Cáritas. São instituições que conhecem melhor do que ninguém este tipo de realidades, porque, dada a proximidade são das primeiras instituições muitas vezes até a dar resposta, nomeadamente e todos nós sabemos o tipo de problemas que existem não vale a pena estar aqui a enumerá-los, a Dra. Sofia já enumerou aqui alguns, mas os grandes problemas que há, nomeadamente no crédito à habitação, há graves problemas ligados ao crédito à habitação, ao crédito ao consumo, os conflitos que daí advêm. É fundamental, e portanto, estas instituições conhecem porque normalmente são, ou os primeiros a serem contactados ou depois de os problemas se agravarem são procurados para darem alguma resposta. Portanto, acho que hoje, ninguém põe em causa de facto que há uma grande necessidade e porque não temos resposta fora de Coimbra, não há resposta na Região Centro. Portanto, é fundamental caminharmos neste sentido, para procurarmos dar resposta a estes mesmos problemas que têm vindo ao longo dos últimos anos a crescer em quantidade e não só e portanto, é fundamental que isto seja feito desta forma e em parceria com este tipo de entidades, que, a questão da sua qualidade, isso terá que ser certamente discutido com essas mesmas entidades. Certamente quando essas entidades, nos seus órgãos próprios discutirem esta adesão certamente também irão ver qual será a sua qualidade de associados. Portanto, decorrerá exatamente nesse momento certamente da adesão. Já agora também chamar à atenção que disto apenas saiu uma pequena nota na imprensa e foi o suficiente, até para mostrar que há necessidade e que parece que há alguma receptividade, foi o suficiente para que outros Municípios da Região, terem feito já perguntas sobre o que é esta associação e eventualmente estarem receptivos e também poderem vir a aderir a esta mesma associação. Portanto, isto revela que há uma lacuna nesta área que precisamos de ultrapassar e preencher. Quanto à questão da legalidade Senhora Deputada, fique descansada, porque se há Executivo que tem tido todas essas preocupações em termos de legalidade é este, não só neste aspeto, como noutros, penso que já deu para ver. Portanto, ninguém está aqui a procurar precipitar-se a esse nível. Portanto, aquilo que aqui está e eu volto a repetir, e referiu também algumas questões ligadas à própria Misericórdia, algumas candidaturas. Bom, essa mesma candidatura da Misericórdia, já previa, já foi feita a pensar exatamente na criação de uma entidade futuramente. Quanto à Sede? É evidente que ainda não foi feita a escritura e certamente que lá terá que estar, mas já agora posso-lhe adiantar que estamos a fazer já algumas obras ali no Museu Almeida Moreira, possivelmente para a instalar ali. Porquê? Para ser de fácil acesso, mas simultaneamente com alguma discricção, porque certamente algumas dessas pessoas, também não gostarão de ser identificadas, quando ali se dirigirem a pedirem apoio a este nível. Quanto aos recursos, certamente que depois a própria associação é que vai definir certamente o quadro de pessoal mais adequado de acordo certamente com as solicitações. Portanto, o que nós estamos aqui, eu volto a repetir, é a fazer uma proposta de adesão a uma associação que no nosso entendimento só peca por tardia.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Vice-Presidente. Há mais alguma questão? Doutora Filomena Pires.-----

----- CINQUENTA E SETE – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE

MATOS PIRES (CDU): Pois, eu não poderia de forma nenhuma deixar de vir aqui dizer mais duas ou três palavras, nomeadamente começar por agradecer à Senhora Deputada o facto de reconhecer que a CDU é uma força sempre preocupada com os mais desprotegidos socialmente, com os mais desfavorecidos, com aqueles que mais estão a sofrer os efeitos da política de injustiça social que efetivamente este Governo está a infringir aos portugueses. É de facto o reconhecimento daquilo que é a matriz da força que aqui represento e tenho que lhe agradecer esse reconhecimento. Mas também tenho que lamentar que de facto tem estado pouco atenta às minhas palavras, porque eu comecei justamente por dizer que não punha em causa em circunstância alguma a bondade daquilo que seriam os objetivos e as intenções das propostas que foram aqui apresentadas e aqui trazidas exatamente pelo Senhor Presidente em Exercício. Em todo o caso, não posso deixar de forma nenhuma de dizer e já tomando até como referência algumas das informações que já aqui foram dadas por Vossa Excelência, dizer que, para começar, em causa não estão os parceiros de forma nenhuma. Aquilo que eu aqui questioneei foi o método, o processo e a legalidade do processo. Obviamente que eu tenho a Câmara por entidade de boa-fé e portanto, entendo que efetivamente houve cuidado em tudo aquilo que é o processo legal para tudo isto. Mas, há coisas que não se compreendem e que levantam efetivamente dúvidas sobre a legalidade e eu como Membro desta Assembleia, como responsável Membro desta Assembleia, se há dúvidas sobre o processo relativamente ao seu fundamento legal e ao procedimento legal, eu tenho efetivamente que colocar a questão porque não posso aprovar uma coisa que me suscita dúvidas, em circunstância alguma, porque sou responsável exatamente por isso. Entendo que relativamente a esta questão da legalidade, seria talvez de bom senso que o projeto fosse enfim, reformulado nestas questões que me parecem menos claras, que efetivamente fosse melhor tratado e que voltasse novamente à Assembleia para então ser aprovado já com estas questões devidamente esclarecidas, que, peço imensa desculpa apesar da boa-fé que reconheço na entidade que é a nossa Câmara Municipal, eu tenho de facto dúvidas relativamente ao documento que me foi escrito. Depois dizer que me fica aqui um bocado a ideia de que a Câmara se quer fazer substituir às instituições e isso também não me parece bem. As instituições estão no terreno, fazem o seu trabalho, não sei porque é que a Câmara efetivamente terá que as substituir. Dizer ainda para finalizar que de facto a CDU luta pela dignificação da vida das pessoas, luta pelo efetivo respeito dos Direitos Humanos das pessoas que são nomeadamente os Municípios de Viseu, mas luta exatamente num sentido de procurar que a degradação da sua vida que está efetivamente a acontecer, que todos reconhecemos que existem, em consequência de políticas que são tomadas e que efetivamente são profundamente desumanas...-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Senhora Deputada, são três minutos, está bem?-----

- A Senhora Deputada Maria Filomena de Matos Pires prossegue dizendo – Peço imensa desculpa, termino já. Pronto, é de facto isto que nos move e nunca a caridadezinha.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigada Senhora Deputada. Não havendo mais nenhuma intervenção, passávamos à votação. Quem Vota a favor da proposta? Quem vota contra? Quem se abstém? *Foi Aprovada com quarenta e dois (42) votos a Favor, um (1) voto contra e quatro (4) Abstenções.* (Anexo 2 – Registo nominal das votações, páginas 207/208).-----

Passávamos ao Ponto Quatro CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Dava a palavra ao Senhor Vice-Presidente.-----

----- **CINQUENTA E OITO – O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente, Senhores Deputados, já há algum que procurávamos trazer esta proposta, não foi possível em fevereiro porque nem todas as entidades ou todos os grupos representados nos responderam atempadamente. É de facto um objetivo do Executivo, constituir rapidamente o Conselho Municipal de Educação, porque se trata de um órgão

fundamental para discutir, debater e analisar as políticas no âmbito da educação no Município. E complementarmente aquilo que esta Assembleia já fez na reunião de dezembro que aprovou o representante das Juntas de Freguesia, serve agora a presente para propor à aprovação desta mesma Assembleia a constituição global do referido Conselho, consubstanciada precisamente na deliberação da Câmara que foi apresentada aos Senhores Deputados. Aliás, já hoje aqui se falou de escolas, já se falou de rede e aqui está um órgão fundamental para reunir rapidamente e assim esperamos, para que possa também analisar essas mesmas questões porque é fundamental que todos os parceiros nesta área possam ser ouvidos em todas as questões. A metodologia e estes nomes que aqui surgem, foi feito exatamente o desafio por parte do Executivo aos vários grupos que a Lei prevê que sejam representados neste Conselho, e esses mesmos grupos é que indicaram estes mesmos nomes. Portanto, esses nomes são da responsabilidade de cada um dos grupos que a Lei prevê que devam integrar este mesmo Conselho Municipal. Por isso mesmo, é esta a proposta que aqui deixamos à consideração dos Senhores Deputados.-----

---- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Punha à discussão a proposta. Dava a palavra à Deputada Cristina Fonseca.-----

---- CINQUENTA E NOVE – A SENHORA DEPUTADA CRISTINA MARIA NUNES FONSECA (PS): Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restantes Membros da Mesa, Senhor Vice-Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores, Comunicação Social. Nomear o Conselho Municipal de Educação é uma das competências que hoje esta Assembleia Municipal vai exercer. Trata-se de um órgão essencial com uma importante vertente institucional e instrumental, de ação pública, na medida em que assume o município como parceiro do Estado na organização e gestão da educação no espaço local.-----

Congratulamo-nos, pois, com esta nomeação, e, dada a especial relevância que este órgão assume nestes tempos de austeridade severa e prolongada, fazemos votos para que este órgão se assuma, efetivamente, como a instância de coordenação e de consulta que lhe é, por força da lei, atribuída, e, cumpra o papel promotor, monitorizador, avaliador e regulador do sistema educativo. Ora, o Conselho Municipal da Educação que integra, para além de representantes dos órgãos autárquicos, um conjunto de atores educativos e sociais, tem de ser, acima de tudo, um instrumento para o reforço da igualdade de oportunidades, da inclusão e da equidade, no acesso à educação como também ao sucesso educativo, nas suas diferentes vertentes. Seja na vertente do desenvolvimento e das aprendizagens, do prosseguimento de estudos, da formação e qualificação, não podendo portanto ser compatível com uma diminuição da exigência de qualidade relativamente ao serviço que é prestado. É por isso que o Grupo Municipal do PS entende que este é o tempo oportuno para aqui partilhar um conjunto de preocupações e de questões. Nesta sequência entendemos que o Conselho Municipal de Educação não pode alijar as suas responsabilidades e deve ter uma particular atenção, como aliás decorre da lei, sobre importantes questões educativas municipais. A saber:-----

- Sobre os riscos que envolvem a constituição de turmas numerosas, sobretudo quando estas integram alunos com Necessidades Educativas Especiais (é preciso falar verdade, há um número significativo de turmas com três, quatro ou mesmo cinco ou seis alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem e com Necessidades Educativas Especiais, tornando-se extremamente difícil para o professor individualizar o ensino);-----

- Sobre a redução drástica de professores e nalguns casos mesmo de ausência, de técnicos em áreas específicas de intervenção, como são exemplo os docentes de educação especial, os terapeutas da fala, os psicólogos, entre outros, que, nalguns casos, inviabilizou ou reduziu substancialmente o número de horas de apoio especializado e individualizado, até então, disponibilizado com sérias repercussões nos resultados escolares;-----

- Sobre a requalificação das Escolas, permitindo-nos aqui reforçar a nossa especial preocupação para com a requalificação das escolas Grão Vasco e da Ribeira, cuja

gravidade já foi vastamente abordada e reconhecida nesta Assembleia Municipal, entretanto traduzida numa resolução a qual o Grupo Parlamentar do PS nesta Assembleia Municipal regista com agrado. Sublinhamos, porém, a necessidade de requalificação de espaços escolares que constituem recursos para alunos com problemáticas específicas. Como são o caso da Unidade de Ensino Estruturado da Escola da Ribeira ou a Unidade de Atendimento às Crianças e Jovens com Multideficiência, na Escola de Tondelinhã.-----

-- Sobre as questões da ação social escolar, dos apoios socioeducativos, dos apoios terapêuticos extraescolar, requerido pelas famílias sempre que a escola, sempre que os serviços públicos da comunidade ou as IPSS não conseguem assegurar por falta de recursos humanos cujas alterações de procedimento no âmbito do protocolo estabelecido entre o Ministério de Educação e Ciência e de Segurança Social, acrescentaram à escola uma carga burocrática excessiva, condicionando a prestação de uma resposta atempada aos alunos.-----

- Sobre as questões do abandono escolar nestes tempos de grande complexidade e de sério risco de exclusão social;-----

- Sobre as questões dos alunos que são alvo de respostas institucionalizadas, (como são o caso dos Lares de Infância e Juventude);-----

- E sobre as questões das acessibilidades e da segurança com a finalidade de aumentar, sempre, as condições de contexto a toda a comunidade educativa.-----

Por último, uma palavra para afirmar que é convicção do Grupo Parlamentar do PS nesta Assembleia Municipal que a política educativa seguida pelo atual governo em nada tem contribuído para a qualificação do sistema educativo, esperando-se que os desafios que se colocam ao Conselho Municipal da Educação não sofram os constrangimentos deste rumo que tem vindo a ser seguido pelo Ministério de Educação e Ciência.-----

Desejamos, pois, vivamente e aqui o afirmamos em plenitude que a sua intervenção, que a intervenção do Conselho Municipal da Educação não seja em nada condicionada e que este importante órgão municipal não se reduza a uma mera figura de estilo.-----

Queremos que se constitua como um espaço de diálogo construtivo, de concertação, na promoção de respostas e soluções, de parcerias entre os diversos atores educativos e sociais, afinal, que cumpra a sua relevante missão.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigada Senhora Deputada. Dava a palavra à deputada Filomena Pires.-----

----- **SESSENTA – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Duas notas muito breves, apesar de já aqui ter sido dito que os nomes constantes da lista apresentada foram indicados naturalmente pelos organismos, pelas instituições, pelas entidades, mas em todo o caso, o que acontece, é que eu desconheço o critério em função do qual essas pessoas foram escolhidas dentro das entidades. Sem pôr em causa, sem pôr em causa de forma alguma o mérito pessoal, profissional dos nomes que aqui estão indicados, conheço inclusivamente algumas situações em que efetivamente não foi a eleição o processo que levou a esta indicação e consideramos que esse seria sempre o processo mais indicado. Portanto, temos algumas reservas relativamente a isto. Como também não me chegou qualquer errata, nenhuma correção ao documento, estranho e gostaria que me fossem explicadas duas expressões que aqui estão, nomeadamente representante ensino público privado e depois quando se fala em representante das instituições do ensino superior privado, quando se fala do Senhor Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Viseu. Eu quero acreditar que isto são gralhas mas efetivamente gostaria de as ver corrigidas. Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigada Senhora Deputada. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ranhados.-----

----- **SESSENTA E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE RANHADOS LUÍS FILIPE MARTINS ALMEIDA MENDES (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados Municipais

Senhores Vereadores, Caros Colegas Minhas Senhoras e Meus Senhores. Relativamente aos critérios subjacentes à minha escolha, toda a gente sabe. Foram por eleição, mas não consta em lado nenhum, terei sido demitido? Na relação que todos temos, o meu nome não consta como representante dos Presidentes de Junta. O critério sabem-no, foi por eleição, mas o meu nome... não fui demitido ou terei sido? Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Há mais alguma intervenção? Dava a palavra ao Senhor Vice-Presidente.-----

----- **SESSENTA E DOIS – O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Eu começo exatamente aqui pelo fim. Não consta porque a eleição foi feita aqui em dezembro pela Assembleia Municipal. Portanto, não faria sentido, no meu entendimento vir uma proposta da Câmara para propormos que o representante das Juntas que já tinha sido eleito pela Assembleia fosse o Professor Luís. Só por isso. Portanto, não tem aqui nada, claro que faz parte como é evidente, aliás, tenho aqui uma nota comigo, que a acrescentar a esta lista, ou que é necessário acrescentar a esta lista, precisamente o representante das Juntas de Freguesia que já tinha sido eleito em dezembro. Portanto, pareceu-nos é que nós, não iríamos propor à Assembleia alguém que a Assembleia já tinha decidido quem era e isso não faria sentido. Portanto, é esta mera explicação. O respeito institucional por aquilo que se fez na Assembleia em dezembro. Só isso. Senhora Deputada Filomena a questão do IPV, eu por acaso, na versão que eu tenho, está público, portanto e certamente que todos nós sabemos, que se aparece o IPV como privado, não faz sentido e facilmente se vê que é uma gralha. Portanto, essa não faz sentido. Quanto ao resto, a Doutora Cristina Fonseca, levantou aqui uma série de preocupações, espero que o Conselho Municipal de Educação, irá ser certamente aquilo que as pessoas que dele fazem parte quiserem. Certamente que estas e outras questões serão colocadas e penso que já ninguém também nesta Assembleia tem dúvidas de que nada disto é para ser “*verbos de encher*”, como diz o povo, é exatamente para se levar a sério, e depois destes seis meses, daquilo que já se fez, mostramos que queremos a participação de todos, que é assim que nós queremos governar este Município, é com a colaboração de todos e em rede com todos, porque é fundamental esses mesmos contributos e portanto, penso que depois disso certamente que não haverá a mínima dúvida daquilo que nós pretendemos com a criação deste Conselho. Repare que eu próprio disse que queria que isto tivesse vindo exatamente à Assembleia de fevereiro, para quê? Para nos dar tempo ainda de podermos agendar uma reunião, exatamente para se tratar da questão da rede, que é uma questão fundamental e que de manhã ainda aqui acabou por ser levantada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Vice-Presidente. Íamos pôr à votação esta proposta, com a natural retificação do público e o privado como é óbvio. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada com uma abstenção. (Anexo 3 – Registo nominal das votações, páginas 209/210).-----

Eu agora gostaria de colocar à Assembleia uma questão, que é de um compromisso inadiável do nosso Primeiro Secretário que tem uma reunião que está marcada para as cinco horas e por isso pede a compreensão pela ausência, e por isso, pedia à Doutora Sofia Pires se nos podia ajudar, que de acordo com o nosso Regimento, o Segundo Secretário passa a Primeiro e haverá um Segundo Secretário que é do Grupo de onde advém, eu ia ler rapidamente “*Sempre que a Mesa não esteja completa, o Presidente chamará para suprir a falta nos termos do número anterior, os elementos necessários a sair dos mesmos grupos políticos dos membros em falta*”. Era só para cumprir rapidamente e por isso pedia à Doutora Sofia. Estava-me aqui a dizer a Doutora Cristina que estavam ausentes quatro Deputados na votação anterior. Por isso, íamos para o Quinto Ponto da Ordem de Trabalhos concretamente CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE – REGULAMENTO. Dava a palavra ao Senhor Vice-Presidente.-----

----- **SESSENTA E TRÊS – O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor

Presidente, Senhores Deputados. Este Executivo, teve a oportunidade nesta Assembleia Municipal, assumir o compromisso de instalar o Conselho Municipal da Juventude e de facto, este compromisso já foi cumprido porque este Conselho Municipal, já reuniu pela primeira vez. Pertence agora, dando cumprimento ao disposto no artigo vigésimo sétimo da Lei nº8/2009 de 18 de fevereiro, que já foi alterada em 2012, a aprovação da proposta do projeto de Regulamento desse mesmo Conselho Municipal da Juventude que foi já oportunamente distribuída aos Senhores Deputados, criando assim todas as condições para que possa funcionar de forma regular este importante Conselho, que permitirá certamente, ou que será um excelente instrumento para uma maior participação dos jovens, precisamente na vida do nosso Concelho. Já agora aproveito para dizer que este Regulamento, já foi analisado discutido e aprovado pelo próprio Conselho.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Está em discussão esta proposta. Tem a palavra a Deputada Filipa Mendes.-----

----- **SESSENTA E QUATRO – A SENHORA DEPUTADA FILIPA MANUELA CARVALHO DE ALMEIDA MENDES (PPD/PSD):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu e restantes Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente em Exercício da Câmara Municipal de Viseu, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Caros Deputados, Comunicação Social presente, Público Presente. Na Assembleia Municipal de dezembro de 2013, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Doutor Almeida Henriques comunicou aos Deputados Municipais que iria proceder à reativação do Conselho Municipal da Juventude. A Comissão Política da Concelhia da Juventude Social Democrata de Viseu já teve oportunidade de saudar publicamente o Executivo Camarário pela resolução de um dos principais anseios dos jovens viseenses mas entendemos nunca ser demais voltar a afirmá-lo. A concretização do Conselho Municipal da Juventude foi desde logo colocada ao nosso Presidente ainda enquanto candidato à Autarquia, que prontamente a acolheu comprometendo-se com a rápida revitalização desta estrutura de representação jovem. De referir que este órgão surgiu de uma proposta da Juventude Social-Democrata da Concelhia de Viseu e foi bandeira desta comissão política nas eleições autárquicas. No dia 28 de março deste ano, teve lugar o primeiro plenário do Conselho Municipal da Juventude. Este órgão é consultivo, ao qual compete pronunciar-se sobre todos os assuntos de interesse para o município, relacionados com a juventude. Este primeiro plenário foi muito participado, contando com a presença das juventudes partidárias, associações de estudantes do ensino básico e secundário e várias associações juvenis ligadas às várias áreas da sociedade que com perspetivas e posições diferentes trarão algo de novo e benéfico para a Juventude Viseense.-----

Assim, desejamos que o Conselho Municipal da Juventude de Viseu seja profícuo em políticas de juventude relevantes e que respondam às necessidades existentes no Concelho de Viseu. Reiteramos a total confiança no Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Doutor Almeida Henriques bem como também no seu executivo camarário, neste trabalho de implementação de políticas municipais de juventude no nosso município.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigada Senhora deputada. Dava a palavra à Senhora Deputada Filomena Pires.-----

----- **SESSENTA E CINCO – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Relativamente a esta matéria, eu queria aqui apenas deixar uma nota. É que a proposta de Regulamento para este Conselho, que nos foi apresentada na Sessão de 24 de março, não incluía o preâmbulo que agora aqui nos é apresentado. O preâmbulo faz parte do Regulamento e portanto, parece-nos pouco curial que este preâmbulo não tenha ido a aprovação a essa Sessão e apareça agora aqui para aprovação na Assembleia Municipal. E dizer relativamente aquilo que é o conteúdo desse preâmbulo, que de facto não posso estar de acordo com o conteúdo do quinto parágrafo do referido preâmbulo, ele está eivado de um forte cariz ideológico com o qual eu não posso estar de

acordo e portanto, relativamente ao preâmbulo, enfim, tenho esta reserva. Quanto ao articulado, nada tenho a obstar aprovei-o na Sessão e portanto estou de acordo, ele segue a Lei.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Mais algum Senhor Deputado quer usar da palavra? Senhor Vice-Presidente.-----

----- **SESSENTA E SEIS – O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente, relativamente ao cariz ideológico, vindo do Partido Comunista, acho que não temos muito a dizer não é, porque normalmente os documentos que são produzidos por esse mesmo Partido, têm uma forte componente ideológica. É a opinião da Senhora Deputada, não é a nossa e portanto acho que não há aqui explicações a dar.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Iriamos então pôr à votação esta proposta de Regulamento. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? *Duas (2) Abstenções (aprovada).* (Anexo 4 – Registo nominal das votações, páginas 211/212) ----- Quer fazer uma declaração de Voto?-----

----- **SESSENTA E SETE – O SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BAILA MADEIRA ANTUNES (PS):** Um cumprimento a todos. Excelentíssimos, eu absteve-me, tal como me tinha abtido no Conselho Municipal da Juventude, aí por uma razão, porque nos tinham apresentado o regulamento naquela altura, pareceu-me, assim como se costuma dizer, na diagonal pareceu-me relativamente bem, mas não era ali naquele momento que podia fazer um juízo adequado e por isso absteve-me. Agora, abstenho-me por uma outra razão, eu no fundo afim da minha jovem colega no Conselho Municipal da Juventude, que esta, desculpe-me o termo, o plebeísmo, esta trapalhadinha ligeira, tudo bem, mas enfim, por consideração aos Membros do Conselho Municipal da Juventude, não tendo sido lá discutido este preâmbulo, eu também terei de me abster enfim, como um sinal amarelo para esta pequena trapalhada, como eu a designei.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Iriamos agora para o Ponto Seis e Sete e fazíamos a proposta de ser em conjunto a discussão embora a votação em separado se concordarem. Por isso, concordam que o Ponto Seis e Sete em conjunto? Pronto, então está em discussão o Ponto Seis e Sete. Dava a palavra ao Senhor Vice-Presidente.-----

----- **SESSENTA E OITO – O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito Obrigado Senhor Presidente. Senhor Presidente, considero relevante neste ponto considerar que a proposta que agora se irá apreciar, é condicionado por um ponto posterior da Ordem de Trabalhos, já que em bom rigor, a revisão que se preconiza, resulta apenas da aplicação do saldo de gerência apurado que só nos pontos seguintes é que será apreciado. Portanto, só fará sentido e em bom rigor, esses pontos deveriam estar aqui e não depois destes. De qualquer maneira, com esta ressalva, os documentos já foram também distribuídos. Na questão dos Serviços Municipalizados, foi apurado um saldo de gerência que transita para o novo exercício de um milhão trezentos e oitenta e oito mil euros, foram revistas as GOP e o Orçamento dos SMAS para 2014. O reforço, foi essencialmente em despesas correntes e de capital mais concretamente seiscentos e dezoito mil nas despesas correntes e setecentos e setenta mil nas de capital. Nas correntes, o reforço foi distribuído essencialmente por matérias-primas, encargos com instalações e trabalhos especializados, sendo o reforço de capital orientado como não podia deixar de ser para o investimento em infraestruturas, nomeadamente das redes de água e saneamento, essencialmente nas Freguesias. Quanto às GOP e Orçamento da Câmara, apuradas também as contas de 2013, constatou-se um saldo de gerência superior a vinte milhões de euros e assim, e tendo em conta o apuramento deste saldo e tendo em conta também a elaboração do orçamento e das GOP 2014 que foi condicionada por o curto prazo disponibilizado para a sua preparação uma vez que este Executivo tomou posse em 22 de outubro e esta apresentação foi feita em dezembro. Considerando também que as

receitas previsionais condicionaram as despesas também previsionais, de acordo com as regras legais da elaboração do orçamento. Considerando ainda que também se verificou e já foi aqui referido hoje uma indefinição relativa às transferências de competências para as Freguesias resultantes precisamente da Lei 75/2013 e também pretendendo-se cumprir o compromisso do lançamento em 2014 a título experimental é certo, do orçamento participativo, é agora então possível e diria mesmo necessário, após a aprovação da delegação de competências para as Juntas de Freguesias pela Assembleia Municipal e após o fecho das contas do exercício de 2013, é agora possível dizia eu, rever o Orçamento e as GOP, em conformidade com essa mesma situação apurada, com o quadro de delegações entretanto aprovado, com os compromissos assumidos e com o documento da estratégia Viseu Primeiro. Neste sentido, para a revisão pretendida e levando em linha de conta a existência de compromissos de aproximadamente onze milhões de euros, apenas será utilizado, cerca de quarenta e oito e meio por cento (48,5%) do saldo de gerência disponível, isto é, um pouco mais de dez milhões de euros e que serão aplicados essencialmente nos objetivos, mobilidade e rede viária, na educação, no desenvolvimento económico, no ambiente e resíduos, desporto, ordenamento do território, transportes aéreos, Viseu Cultura, Proteção Civil, nomeadamente em termos de apoio aos Bombeiros Voluntários, administração geral e outras rubricas. É assim possível aferir que a revisão agora efetuada, se destina essencialmente a reforçar com mais meios financeiros, vários objetivos que já constavam das Grandes Opções. Proponho assim a aprovação desta revisão que consubstancia uma aposta maioritária nas funções sociais e que passarão a representar cerca de sessenta por cento (60%) das Grandes Opções e também as funções económicas com um peso relativo de um quarto da totalidade dessas mesmas opções, reservando para as funções gerais e outras cerca de quinze por cento 15% desse mesmo saldo.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Vice-Presidente. Alguém tem alguma intervenção prevista neste âmbito, que queira colocar alguma questão? Deputada Elisabete Farreca.-----

----- **SESSENTA E NOVE – A SENHORA DEPUTADA ELISABETE MARIA DE JESUS ALMEIDA FARRECA (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Assembleia Municipal e demais Membros da Mesa, Senhor Vice-Presidente da Câmara, Senhora Vereadora e Senhores Vereadores, Colegas Deputados desta Assembleia, Senhores Jornalistas, Minhas Senhoras e Meus Senhores. A minha intervenção vem reforçar a apresentação do Senhor Vice-Presidente, tenho aqui uma ou outra ideia nova. Gostaria de começar esta minha intervenção por enaltecer de forma categórica o modo como tem sido gerido o Município de Viseu em termos económicos e financeiros, quer nos anteriores mandatos, quer no atual mandato, o que evidencia uma gestão equilibrada e eficiente. A boa situação financeira do Município está bem patente nos indicadores económico-financeiros que nos são apresentados através dos documentos da Conta de Gerência relativos a 2013, dentre os quais destaco o Saldo da Gerência que transita para 2014 e que é superior a vinte milhões de euros. De salientar, igualmente, que em relação ao exercício económico anterior o Saldo da Gerência teve um incremento superior a 5,6 milhões de euros, ou seja, quando comparado com o Saldo apurado em finais de 2012 o Saldo de 2013 teve um crescimento que rondou os 38%. É em virtude da existência desta almofada financeira que é agora possível proceder à Revisão do Orçamento e das GOP da Câmara Municipal e dos SMAS de Viseu, permitindo disponibilizar mais verbas para despesas de investimento em prol do desenvolvimento de Viseu e da melhoria da qualidade de Vida dos Viseenses. Não obstante o Saldo ser de cerca de 20 milhões de euros, constata-se que apenas serão alocados à revisão e tal como disse o Senhor Vice-Presidente dos documentos previsionais cerca de 48% deste valor, isto é, cerca de 10 milhões de euros. Constatamos, assim, com agrado que a referida percentagem do Saldo servirá para reforçar áreas como: A Educação, Área Social, A Cultura, o Desporto, Recreio e Lazer, a Proteção Civil e Luta contra Incêndios, o

Ordenamento do Território, os Resíduos Sólidos e a Proteção do Ambiente, Desenvolvimento Económico e a Mobilidade.-----

É, assim, de louvar quando o Executivo Municipal sem descuidar as suas atribuições e a satisfação das necessidades coletivas dos Cidadãos ainda consegue ter excedentes financeiros que permitem ultrapassar os períodos de crise, como aquele que atravessamos, sem por em causa a sua sustentabilidade. Todos os reforços das despesas que permitam melhorar cada vez mais o nível de vida dos nossos Concidãos e da nossa Comunidade são sempre uma boa notícia. Face ao exposto, entendemos que as primeiras Revisões do Orçamento da Câmara Municipal e dos SMAS, para 2014 estão em condições de serem votadas favoravelmente. Muito Obrigada.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA – Obrigada Senhora Deputada. Deputada Filomena Pires.-----

----- SETENTA – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU): Relativamente a este ponto dizer que esta primeira Revisão decorre da necessidade de incorporar nas GOP e no Orçamento de 2014 uma parte dos 21 milhões de euros de excedente de gestão de 2013.-----

O Executivo considerou reforçar as rubricas de Iluminação Pública, Instalações Desportivas, Escolas, Terrenos e Recursos Naturais, Viadutos e ruas, a “Viseu Local”, Freguesias, e mais algumas de menor importância, com os 10 milhões de euros transitados. Nada a dizer. São opções legítimas. No entanto, queria perguntar ao Senhor Presidente em Exercício se na verba de “Instalações Desportivas”, reforçada com 516 mil euros e que no total passará a ficar com uma dotação de 1.516.000 (um milhão quinhentos e dezasseis mil euros), estão incluídas as obras de requalificação do Pavilhão do Fontelo? É que, não se vislumbra por ali qualquer movimento que indicié obras a sério. Perguntava também se é desta verba que se irá proceder à beneficiação do Pavilhão da Escola Secundária Viriato ou se é da rubrica “Escolas” que essa verba irá sair? A rubrica “Escolas” foi reforçada com mais 200 mil euros. Se tivermos em conta que o total orçamentado para 2014 ascende a 2.319.000 (dois milhões trezentos e dezanove mil euros), verba quase na totalidade destinada ao novo Centro Escolar Estrela, impõe-se-me perguntar que quantia destina o Executivo para as prometidas intervenções na Escola da Ribeira e na Escola Grão Vasco? Senhor Presidente em Exercício, alguma coisa justifica que a Rubrica “Outras” represente quase 10%, um milhão de euros, desta Revisão Orçamental? Nesta primeira Revisão Orçamental quero congratular-me com o reforço de verbas para as Freguesias, num total de 1.200.000 (um milhão e duzentos mil euros). Estou em crer que os protocolos de descentralização de competências absorverão uma parte significativa deste montante. A pergunta que deixo é sobre a razão do atraso na concretização destes protocolos de descentralização? Também me parece que a Assembleia gostaria de saber quais os critérios objetivos que enformam a celebração desses protocolos com as freguesias. É que ainda os não vi escritos em nenhum lado. Salvaguardando estas questões, votarei favoravelmente esta primeira Revisão Orçamental.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA – Obrigada Senhora Deputada. Mais alguma intervenção? Deputado Vieira.-----

----- SETENTA E UM – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE): Para não o perder tempo, se me permitem vou já direto ao assunto. Esta revisão, junta obrigatoriamente ao Orçamento o saldo do exercício anterior de 2013, não mexe com a estruturado Plano e com o orçamento da Câmara. Ora, a nossa discordância é precisamente com a estrutura, ou seja, com as prioridades e escolhas do Executivo. O Revisor Oficial de Contas, não coloca objeções às contas tecnicamente. Portanto, que são irrepreensíveis. O problema é que este Relatório de Contas é a concretização das opções do anterior Executivo. Acontece que o saldo de 2013 é de dez milhões e trinta e cinco mil euros, mas o Município deve dez milhões oitocentos e setenta e seis mil euros de compromissos para pagar da execução orçamental, ou seja, ainda faltam

oitocentos mil euros para pagar a dívida de 2013. O saldo que vai agora ser integrado no orçamento, não chega para pagar as dívidas da execução do último orçamento e logo não poderemos votar favoravelmente.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Iriamos proceder... este vai e vem é que é terrível para quem está aqui a tentar gerir os trabalhos, eu ia não dando a palavra ao Senhor Vice-Presidente. Peço imensa desculpa. Dava a palavra ao Senhor Vice-Presidente para informar e responder aos Senhores Deputados.-----

----- **SETENTA E DOIS – O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente, há aqui algumas questões de facto que merecem resposta e até para dar a oportunidade à Senhora Deputada Filomena de votar favoravelmente, porque falou na questão das instalações desportivas, perguntou se o Pavilhão Viriato estava incluído. É óbvio que sim e já agora posso-lhe acrescentar que também uma parte do Inatel, também se prevê que possa vir a sofrer alguma intervenção com base nesta revisão, bem como o do Fontelo certamente que, esperamos que dentro de poucos dias, pelo menos é o que nós pensamos, possa finalmente entrar em velocidade cruzado. Quanto à questão da iluminação pública, só aparentemente há um reforço tão grande, porquê? Porque, tinha havido, e com toda a transparência, tinha havido já anteriormente algumas alterações orçamentais, nomeadamente para o "Reabilitar para Arrendar" e outras, algumas verbas que como sabe com os compromissos assumidos, não havia grande liberdade, nós dissemos isso precisamente em dezembro e houve necessidade de se ter retirado algumas verbas da iluminação pública que agora tiveram que ser repostas. Falou na Escola da Ribeira, a Escola da Ribeira, se reparar não foi introduzida agora nesta revisão, tinha sido já e porque nós precisávamos de lançar o concurso e não podíamos lançar o concurso sem ter a devida cabimentação e por isso mesmo, foi precisamente penso que até da iluminação pública, aonde nós fomos buscar os cento e cinquenta mil euros para podermos lançar rapidamente esse concurso e agora, está a ser feita essa mesma reposição. Portanto, não há propriamente um reforço na iluminação pública, há antes uma reposição. Quanto às outras, certamente que podemos ser acusados de excesso de prudência. A prudência nunca é demais! Quanto ao resto, é evidente que o Senhor Deputado Vieira está de acordo com as opções do Executivo, é óbvio que sim e outra coisa, não seria de esperar. Por outro lado, quanto aos compromissos anteriores, têm que ser assumidos, é evidente que sim. Portanto, se me diz que há aqui uma continuidade, não vamos interromper as obras que estavam a ser realizadas, mais, têm que chegar ao fim e temos que as pagar. Por isso mesmo, cerca de onze milhões ficaram reservados exatamente para esses compromissos que já estavam assumidos.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Vice-Presidente. Iriamos proceder à votação do Ponto número Seis GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E PISCINAS DE VISEU PARA 2014-REVISÃO N.º 1. Quem vota a favor? Quem vota Contra? Quem se abstém? *Aprovado por Unanimidade. (Anexo 5 – Registo nominal das votações, páginas 213/214).* -----

Iriamos votar o Ponto número Sete, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA 2014-REVISÃO N.º 1. Quem Vota Contra? Quem se Abstém? *Aprovado com uma abstenção. (Anexo 6 – Registo nominal das votações, páginas 215/216)* -----

- Iriamos então agora também, se considerarem correto juntar o Ponto Oito e o Ponto Nove na discussão, com votações...Então iríamos por à discussão a proposta da Câmara sobre RELATÓRIO DE GESTÃO E DOCUMENTOS FINANCEIROS INTERCALAR, DOS SMAS, DE 23 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2013. Dava a palavra ao Senhor Vice-Presidente.-----

----- **SETENTA E TRÊS – O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor

Presidente, Senhores Deputados. Tinha já sido aprovado o relatório intercalar de 1 de janeiro a 22 de outubro nesta Assembleia Municipal. Como sabem a própria Lei leva a isso, uma vez que nos SMAS, o Conselho de Administração, todo ele é diferente, é outro, e portanto, não houve ninguém que tivesse permanecido e decorre daí precisamente esta exigência legal. Portanto é hoje presente à reunião, o relatório que se refere apenas ao período restante do exercício de 2013. O relatório já foi distribuído, portanto oportunamente, refere, penso que bastante detalhadamente a informação de gestão e aqui queria destacar apenas dois ou três elementos. A despesa geral atingiu um montante superior a dez milhões de euros, a receita corrente, aumentou apenas, 0,8%, menos que os 5% crescimento da despesa corrente, o resultado líquido melhorou face ao exercício anterior, situando-se nos 1,2 milhões de euros e portanto, face a isto, acho que podemos concluir que os SMAS, apresentam uma situação financeira, acho que posso utilizar a palavra sólida, com níveis de solvabilidade e liquidez bastante assinaláveis. Nesse sentido, propomos portanto, que este relatório de gestão e documentos financeiros, possam ser aprovados.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Está à discussão a proposta da Câmara. Há alguma intervenção? Não havendo qualquer intervenção, passaremos de imediato à votação. Quem vota Contra? Quem se Abstém? Uma abstenção, Quem vota a favor? Obrigado. (Anexo 7 – Registo nominal das votações, páginas 217/218). -----
Passávamos ao Ponto Nove **RELATÓRIO DE GESTÃO E DOCUMENTOS FINANCEIROS DA CMV REFERENTE AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2013**.
Dava a palavra ao Senhor Vice-Presidente.-----

----- SETENTA E QUATRO – O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Presidente, Senhores Deputados. O Relatório de Gestão que também já foi disponibilizado, apresentam de forma de forma sintética e penso que objetiva, a atividade e gestão do Município de Viseu no ano de económico de 2013, o qual se submete hoje à apreciação e aprovação desta Assembleia, juntamente com os restantes documentos. Trata-se de um exercício em que o atual Executivo, como sabem, não teve praticamente qualquer intervenção, pelo que vou-me escusar de fazer considerações pelo menos aprofundadas sobre o mesmo. A leitura dos documentos, permite, penso que um nível claro de informação e permitam-me que destaque a questão de uma execução de receita superior a cinquenta e sete milhões de euros, despesa de quase quarenta e quatro milhões de euros, e ao nível de execução das Grandes Opções, ficou nos sessenta por cento (60%). O Resultado Líquido do Exercício apurado foi positivo 2,8 milhões de euros e o relatório detalha a informação quer financeira, quer das atividades desenvolvidas, mas importa realçar aqui a situação de solidez financeira, que já aqui hoje alguém também já referiu, penso que foi a Doutora Sofia. O Saldo de Gerência, como já foi dito anteriormente apurado é superior a vinte milhões de euros e portanto, penso que são estes os dados mais importantes sobre este Relatório de Gestão.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Vice-Presidente. Dava a palavra ao Deputado Alberto Ascensão. A seguir está o Deputado José Alberto e o Deputado Jorge, Presidente da Junta de Cavernães.-----

----- SETENTA E CINCO – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS): Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente em Exercício, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia, Senhores Jornalistas, Senhoras e Senhores. Obviamente que o relatório e as contas que nos foram apresentadas e nos encontramos a apreciar, não são nossas ou são o resultado de qualquer estratégia orçamental e de planificação onde tenhamos responsabilidades. Estas contas, são o corolário da gestão dos proveitos e dos custos da execução do orçamento, que a maioria do PSD que governa o Município de então gizou e que oportunamente foi aprovado nesta Assembleia com a abstenção do Grupo Municipal do PS. Esses documentos respeitam em larga maior parte a administração municipal que

cessou funções com a tomada de posse do atual Executivo. Não deixamos ainda assim, de fazer a nossa apreciação e em consonância com o trabalho desenvolvido pelos nossos Vereadores, abordaremos os pontos que consideramos importantes e que de alguma forma, são marcas distintivas do que entendemos ser uma melhor forma de gerir os recursos em benefício dos Viseenses. Assim, damos conta que: A receita tal como a despesa de capital tiveram taxas de execução abaixo dos cinquenta por cento (50%) respetivamente, cerca 44.5% e cerca de 48%, sendo mesmo inferiores às que se verificaram no exercício anterior, fazendo com que se tenha um gasto em obras menos de metade dos vinte e oito milhões de euros que se encontravam previstos. Verificamos que, no que respeita a receitas correntes, os impostos municipais, aumentaram substancialmente, cerca de 1.7 milhões de euros comparativamente com o exercício de 2012, o que mais uma vez vem demonstrar e confirmar a razão que assistia ao PS quando, desde pouco depois da entrada em vigor do CIMI, do código do IMI há cerca de uma década, insistia na possibilidade de abaixamento da taxa deste imposto municipal, sem prejudicar as respetivas receitas, desagravando a carga fiscal dos munícipes. De facto, apesar de nos últimos anos a taxa do IMI ter vindo a ser diminuída até ao limite mínimo em que se encontra atualmente, a receita arrecadada deste imposto, não sofreu diminuição, antes se verificando ter aumentado, cifrando-se esse aumento nas contas em apreciação em 4.38%. Tínhamos de facto razão quando afirmávamos que as taxas de IMI deviam ser diminuídas. Não podemos deixar de referir que, contrariamente ao que se pode querer fazer crer no Relatório de Gestão, a poupança que se constata neste exercício de cerca de 12.7 milhões de euros, com um aumento de 3.7 milhões de euros por comparação com 2012, deve-se, não a uma diminuição de despesa, mas essencialmente ao aumento das Receitas Correntes em cerca de 4.9 milhões de euros onde se destaca o IMI com um peso de mais de 2.7 milhões de euros. Temos de notar a importância, aliás, realçada na Certificação Legal de Contas, que tem a insuficiente cobertura de seguros que acautelem os riscos associados a eventos futuros e incertos, designadamente em relação a bens móveis e imóveis, considerados indispensáveis à prossecução da atividade municipal. Trata-se de uma situação preocupante, cujas consequências decorrentes, se apresentam tão incertas quanto os riscos acima referidos, podendo mesmo em certas circunstâncias por em causa o equilíbrio financeiro da autarquia. Também não podemos ser alheios ao reparo constante da referida Certificação Legal de Contas, relativamente ao facto de ainda se não encontrar concluído o inventário integral dos bens imóveis nos domínios público e privado, facto que pode afetar as Demonstrações Financeiras. Portanto, não pondo em causa a correção das contas apresentadas, pelas razões antes expostas, não podemos votar favoravelmente os documentos que estão em apreciação, pelo que o Grupo Municipal do PS se irá abster. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado, dava a palavra ao Deputado José Alberto.-----

----- **SETENTA E SEIS – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ ALBERTO DA COSTA FERREIRA (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras Secretárias, Senhor Vice-Presidente da Câmara, Presidente em Exercício, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Comunicação Social, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Depois de um exercício hercúleo a que tive que submeter a minha vista para percorrer as mil e uma páginas do Relatório de Gestão da Câmara, não sei se a Câmara tem algum contrato com os oftalmologistas desta cidade, queria fazer aqui uma consideração em relação ao futuro, é que há documentos que poderiam funcionar em anexo como são os inventários e haver um Relatório mais sucinto relativamente às peças contabilísticas que permitissem ser fornecidos em papel para que não estivéssemos sujeitos a esta tremenda, pelo menos para a minha idade, a esta tremenda tarefa de teste da visão. De qualquer maneira também, e uma vez que é habitual que os dois pontos da Ordem de Trabalhos sejam tratados em conjunto eu vou ser mais

breve, porque vou passar aqui uma parte que já foi aprovada e portanto, não adianta estar agora a fazer considerações relativamente às contas do SMAS, corroborando tudo aquilo que foi dito no que respeita ao equilíbrio financeiro embora fazendo aqui um reparo. É que, dos resultados do Exercício dos SMAS, os resultados operacionais são negativos e os resultados extraordinários cobrem de facto os resultados operacionais, mas isto é um facto que já tem vindo a ser norma nos exercícios anteriores. Mas, deixem-me fazer alguns considerandos relativamente portanto, ao enquadramento em que toda esta problemática das contas se desenvolveu.-----

Acabámos de celebrar os 40 anos do 25 de Abril, em que entre as muitas conquistas conseguidas, uma das mais relevantes foi o princípio da autonomia do poder local, expresso no art.º 6º da Constituição da República Portuguesa e definido no art.º 235º., como sendo “a organização do Estado que compreende a existência de autarquias locais”, eleitas democraticamente, como pessoas coletivas, dotadas de órgãos representativos que visam a prossecução de interesses próprios das respetivas populações.-----

As atribuições dos municípios foram sendo referidas em diversa legislação que foi sendo alterada ao longo dos tempos, tendo na Lei 75/2013 de 12 de setembro, aquela que é a mais atual. Deste modo, tendo em conta a organização dos municípios e o respetivo quadro de competências e os órgãos locais próprios, Câmara Municipal e Assembleia Municipal, cabe a esta última, conforme o n.º 2 do art.º 27º em que diz claramente que as contas devem ser aprovadas numa das Assembleias Ordinárias no mês de abril e a alínea l) do n.º 2 do art.º 25º que confere à Assembleia Municipal avaliar apreciar e votar os documentos da prestação de contas. Mas, vejamos em que contexto é que se desenvolveu a atividade autárquica no exercício económico de 2013.-----

Em termos políticos o ano de 2013 foi caracterizado pelas eleições que ocorreram em 29 de setembro o que provocou mudanças dos órgãos autárquicos, fruto da lei de limitação de mandatos, tendo-se mantido o PSD como o partido mais votado, quer no Executivo, quer na Assembleia Municipal.-----

Em termos económicos e financeiros, de acordo com o relatório do Banco de Portugal de abril de 2014, o ano transato caracterizou-se pelos seguintes fatores: Em termos do enquadramento da economia portuguesa no contexto internacional, verificou-se um baixo crescimento da atividade económica e dos fluxos de comércio à escala global, o crescimento da procura externa dirigida à economia portuguesa aumentou ao longo do ano plasmado normalmente nas exportações e no equilíbrio da balança de transações correntes, a manutenção de baixas pressões inflacionistas, a manutenção de uma política monetária acomodatória e o recurso a medidas de política não-convencionais, a fragmentação dos mercados financeiros na área do euro, o que continuou a perturbar a transmissão da política monetária ao longo do ano de 2013.-----

Em termos orçamentais, a consolidação orçamental prosseguiu a melhoria da posição estrutural em 2013, resultado do aumento da receita, o aumento da carga fiscal que está principalmente associado à evolução da receita do IRS, embora com uma diminuição da cobrança dos impostos sobre o consumo, especialmente do IVA em cerca de 1,8%, o aumento da despesa centrado nos vencimentos e pensões, fruto da decisão do Tribunal Constitucional, o rácio da dívida pública aumentou, mas retomaram-se os acessos aos mercados.-----

Em termos de Balança de Pagamentos houve um aumento da capacidade de financiamento da economia portuguesa face ao resto do mundo em 2013, o Saldo positivo da balança corrente e de bens e serviços, o saldo da balança financeira, que reflete uma saída líquida de fundos para o exterior, um ligeiro agravamento da posição devedora de investimento internacional da economia portuguesa.-----

Do ponto de vista social a Câmara Municipal de Viseu, tem tido um papel determinante no apoio aos mais carenciados, quer pela via direta, quer em associação com as demais instituições no terreno. Neste sentido, os valores das despesas assumidas com estes apoios

têm ganho expressão significativa, cujo reflexo aparece evidenciado nas contas que a seguir faremos referência. Foi nesta envolvente, próxima e mais remota, em que se desenvolveram as atividades das entidades que nos propomos analisar. Atendendo, ainda aos pressupostos legais acima enunciados e ao DL nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, referir-nos-emos aos documentos que nos são apresentados, os documentos da prestação de contas. Aqui vou fazer um salto no desconhecido e vou direto para a Câmara Municipal.--- No que se refere à Câmara Municipal de Viseu, o relatório de gestão que foi oportunamente apresentado, dá-nos a conhecer de forma clara e precisa a atividade, bem como a situação económica e financeira à data de 31 de dezembro de 2014. Apesar do atual executivo ter responsabilidades apenas nos atos após a sua instalação e não tomada de posse, o Executivo não toma posse, é instalado, em 23 de outubro do ano transato, a análise será efetuada ao ano de 2013. Convém no entanto, realçar a forma como o anterior executivo era rigoroso na prestação de contas, bem como a forma diligente e competente com que todo o staff técnico da Câmara Municipal de Viseu nos habituou ao rigoroso cumprimento das regras dos princípios e de todo o normativo legal.----- Da leitura atenta do relatório de gestão, do relatório do auditor interno, do parecer e do relatório do Revisor Oficial de Contas, ressalta claro que, a solidez económica, financeira e patrimonial são evidentes, garantindo uma sustentabilidade futura que nos apraz registar. Alguns números que importa referir:----- Um Ativo Total Líquido de cerca 241 milhões de euros e um Total de Fundos Próprios de cerca de 171 milhões, incluindo um resultado de 2,8 milhões de euros e um total de Passivo, por força das circunstâncias de quase 70 milhões de euros.----- Os mapas de execução orçamental evidenciam um total de despesa, valores que já foram aqui referidos pelo Senhor Vice-Presidente e a nível das contas de exploração os resultados líquidos de 2,83 milhões de euros são o resultado de um Resultado Operacional negativo de 0,4 milhões de euros e Resultados financeiros de 2,78 milhões de euros, e um Resultado extraordinário de 0,45 milhões de euros. O que leva a concluir que o resultado do exercício, é fruto quase exclusivamente dos Resultados financeiros da Câmara Municipal. Isto, em relação ao ano anterior, tem uma diminuição significativa passa de 8,5 milhões para 2,8 milhões em que os resultados Operacionais, portanto, no ano anterior foram positivos em cerca de 2,8 milhões. Os meios libertos ou seja os cash-flows gerados atingiram um valor de 10,6 milhões de euros, o que está em consonância com o aumento da liquidez que aqui já foi referido. Ora estes valores relativos à diminuição dos resultados líquidos refletem a diminuição das receitas, apesar do IMI ter crescido cerca de 2,7 milhões, mas a Derrama sofreu uma diminuição de cerca de 1 milhão de euros. Por outro lado nas despesas houve acréscimos significativos, de salientar a Provisão para riscos e encargos de cerca de 1,5 milhões de euros, os Fornecimentos e serviços externos sobretudo ligados à conservação e reparação de bens, de cerca de 1 milhão de euros e os gastos com pessoal em cerca de 0,7 milhões de euros. Estão aqui, de certa forma plasmados aquilo que são as diferenças de resultados, para além de uma certa desaceleração da atividade económica, portanto, que originou tudo isto.----- Apesar de tudo, continuamos a verificar, embora de forma menos relevante, poupanças nas receitas correntes face às despesas correntes, permitindo desta forma, que as mesmas sejam canalizadas para despesas de capital. Isto significa boa gestão, uma gestão que garanta esta tal sustentabilidade futura.----- Por fim e antes de concluir convém fazer uma referência às Reservas colocadas na certificação legal de contas, pelo Revisor. Apesar de já o termos aqui referido em anos anteriores, é urgente proceder ao inventário dos chamados bens do domínio publico. Sabemos das suas dificuldades, sobretudo pelo facto de os critérios de valorimetria e mesmo da identificação dos bens não serem lineares. No entanto, esta é uma situação de todo importante a ser levada a efeito, pelos impactes patrimoniais que pode ter. Quanto ao processo de circularização das contas correntes, também será importante tê-la em

consideração, uma vez que poderá haver saldos que não correspondam efetivamente à realidade ou que estejam acantonados na contabilidade sem serem referidos.-----
Em conclusão, para finalizar é de toda a justiça, felicitar todos os que tornaram possível a elaboração destes documentos que apreciamos, quer pela qualidade evidenciada, quer pela disponibilidade demonstrada para colaborar em todo o processo de dúvidas que foram surgindo. Em nosso entender, os presentes documentos submetidos à apreciação e votação nesta Assembleia, espelham mais uma vez a gestão criteriosa, profissional e dedicada do executivo atual e do anterior na exata medida da sua responsabilidade temporal.-----
Assim, propomos que os documentos ora apresentados e apreciados, sejam aprovados.-----
Viseu merece o nosso melhor, orgulhem-se da nossa terra, sejamos gratos a todos os que a tornaram a melhor cidade para viver.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Dava a palavra ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cavernães, o Senhor Jorge Martins.-----

----- **SETENTA E SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CAVERNÃES JORGE ANSELMO MARTINS (PPD/PSD):** Muito boa tarde a todos. Senhor Vice-Presidente, um cumprimento especial por estar nas suas funções a substituir o Senhor Presidente da Câmara, à Senhora Vereadora, aos Senhores Vereadores, à Digníssima Mesa na pessoa do Senhor Presidente e das Senhoras Secretárias, e aos meus Colegas. Depois de ter vindo aqui o Senhor Doutor José Alberto, esvaziou um pouco o que eu queria vir aqui dizer. De qualquer modo, optei por vir dizer duas palavras também porque alguns Deputados da oposição trouxeram à coação o anterior Executivo num sentido, não diria pejorativo mas no sentido de pôr em causa algumas das opções tomadas. É justo que viesse aqui alguém também dizer que as contas que agora nos foram apresentadas também são mérito do anterior Executivo. Eu penso que ninguém põe em causa, mas para uma melhor perceção, daquilo que são as boas contas que nos são apresentadas, eu gostaria de pormenorizar só dois ou três dados, dois ou três indicadores, que embora os tenham nos vossos emails ou nos dossiers que eventualmente tenham imprimido, eu gostaria e já que a oposição é tão célere a ir buscar coisas menos boas, que realçássemos aqui duas ou três coisas. Repararam por acaso que no saldo entre as receitas correntes e as despesas correntes, há um saldo positivo de doze milhões de euros? É significativo, doze milhões de euros. Isso significa tão só que das receitas correntes, foram libertados meios para investimento em obras. As receitas correntes são superiores às despesas correntes em doze milhões de euros. Repararam por exemplo no balanço, que aquilo que ficou em depósito nos bancos e no caixa da Câmara, é quase de vinte e dois milhões de euros? Em 31 de dezembro, a Câmara tinha em disponibilidades quase 22 milhões de euros. Portanto, eu percebo que às vezes seja um bocadinho difícil contestar isto porque são factos não é, e eu gostaria de realçar isso aqui porque, se nós numa ou noutra situação poderemos questionar opções, o óbvio, é difícil porque é objetivo não é? Repararam por exemplo um indicador que o Senhor Doutor José Alberto também já realçou mas que é extremamente relevante, os custos e perdas financeiras. Nós, normalmente avaliamos as empresas também por aquilo que elas têm em termos de resultados financeiros, os custos e perdas financeiras, foram de 764 mil euros, sabem qual foi o montante dos proveitos financeiros, foi quase de quatro milhões de euros, é relevante. Numa época como a nossa em que em regra as empresas, as instituições e as organizações estão a ver os seus custos financeiros subir exponencialmente, o que acontece na Câmara de Viseu, é exatamente o oposto. Temos quase quatro milhões de euros de proveitos financeiros para os custos financeiros de 764 mil euros. Estes valores, deveriam de facto ser vistos com algum cuidado e como o Senhor Doutor José Alberto também referiu aqui, e de facto os resultados líquidos são inferiores aos de 2012, mas foram grandemente também porque houve um acréscimo nas provisões. O Senhor Doutor já referiu isso, as provisões do exercício subiram exponencialmente em 1,8 milhões de euros, para fazer face

a processos judiciais em curso e a aplicações financeiras. A não ser isso, somados aos 2 milhões e qualquer coisa dos resultados líquidos, mais 1,8 milhões de provisões, teríamos um Resultado Líquido apreciável. De qualquer forma, nas contas estão aqui três ou quatro indicadores de rácios, que eu penso que são paradigmáticos e elucidativos sobre aquilo que foram as contas que foram deixadas para o corrente ano de 2014. Por exemplo, a Liquidez Imediata, é de quase 300%, isto é, aquilo que a Câmara tinha em dinheiro vivo, que tinha nas suas disponibilidades, nas contas do banco e no caixa, dava-lhe para pagar três vezes aquilo que eram as exigências de curto prazo. Trezentos por cento! Estes números são elucidativos penso eu! Se formos à Liquidez geral, aí sobe exponencialmente para quase 500%, dava para pagar cinco vezes. O Ativo circulante, dá para pagar o Passivo de curto prazo cinco vezes. O Ativo circulante, dá para pagar o Passivo de curto prazo cinco vezes, 500%. São números objetivos. Depois podíamos falar aqui de por exemplo, o Senhor Doutor falou aqui que a Câmara é solvente, eu penso que ninguém questionará isso. Mas para vos dar uma ideia, porque estes números são elucidativos, as dívidas a terceiros, representam apenas 11,6% do Passivo Total. Vejam só os valores! Portanto, eu vinha aqui só fazer a minha, não diria gratidão, mas o reconhecimento de quem cá não está. Se há bocadinho foi chamado aqui à coação sobre coisas que eventualmente estariam menos bem, eu penso que o atual Executivo não me levará a mal que se faça esta justiça de reconhecer que a Administração anterior, teve um cuidado acrescido com as contas e eu não tenho nenhuma dúvida que a atual Administração seguirá os mesmos caminhos. Uma boa tarde a todos e peço desculpa por este bocadinho.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente de Junta. Há mais alguma intervenção? Não havendo, dava a palavra ao Senhor Vice-Presidente. Segunda intervenção. (Deputado Alberto Ascensão).-----

----- **SETENTA E OITO – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS):** Peço que me dispensem dos cumprimentos para ser mais célere. O Senhor Presidente da Junta de Cavernães, o Senhor pode dizer tudo o que quiser. Debitou para aqui uma série de extrapolações de um documento que se resume a um Resultado Líquido de dois milhões e oitocentos mil euros. Todos aqueles números enormes que o Senhor debitou para aqui, resumem-se a um Resultado Líquido de dois milhões oitocentos e trinta e um, quinhentos e sessenta e um virgula vinte e oito euros (2.831.561,28€). Tudo o resto que o Senhor disse, pouco importa. Importa de facto é o que os Viseenses, beneficiaram ou não beneficiaram de facto com isto tudo e não estão em causa as contas, eu disse-o na minha intervenção, não estão em causa as contas, estão em causa as políticas, as opções, está em causa se calhar mais o orçamento do que as contas. Depois quero-lhe dizer outra coisa. Então, vem dizer que isto se deve essencialmente, que o não resultado maior se deve aos custos com provisões? Pois claro, as provisões são para ser feitas e vamos lá ver se as provisões chegam para os custos judiciais que estão em causa. Vamos lá ver quando fizermos contas. Vamos lá ver se essas provisões são suficientes. Não é só isso que consta, o Doutor José Alberto, também referiu outras coisas, referiu também os gastos com fornecimentos e serviços externos e referiu também os custos com o pessoal, que aumentaram a despesa. Portanto, só para lhe dizer que tudo aquilo que o Senhor disse, eu não tenho dúvidas que só se resume a um Resultado Líquido positivo depois de abatidos aqueles resultados negativos que o Doutor José Alberto aqui resumiu e muito bem, resume-se a dois milhões e oitocentos mil euros. Muito Obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Dava a palavra ao Senhor Vice-Presidente.-----

----- **SETENTA E NOVE – O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Só apenas três ou quatro observações. Primeiro, Senhor Presidente da Junta de Cavernães, Senhor Jorge Martins, levar a mal porquê? Factos são factos. Temos é que nos congratular, exatamente pelos resultados obtidos. Todos nós, e de facto talvez crescente e acrescenta certamente a nossa responsabilidade em tudo

fazermos para continuarmos a ter uma situação de uma grande solidez financeira desta Câmara. Certamente que trabalharemos para isso, e especialmente numa altura em que nós sabemos que tantos Municípios, ouvimos todos os dias nas notícias, tantos Municípios que há com graves situações especialmente de ordem financeira. Não sei se é exatamente assim, mas aquilo que me foi dito, é que dos Municípios que assinaram aqueles acordos, os protocolos do “Reabilitar para Arrendar”, parece que até este momento só o de Viseu é que terá tido luz verde, exatamente porquê? Por questões de ordem financeira e portanto, temos essa vantagem, por um lado temos boas contas e por outro lado, temos possibilidade de poder atingir os nossos objetivos. Portanto, não temos nada que levar a mal, antes pelo contrário, ficamos é orgulhosos daquilo que se tenha passado. Uma outra observação, tem a ver com uma afirmação do Senhor Deputado Alberto Ascensão, quando se refere ao IMI. Diz que foi desagradado ao mínimo possível e não diminui o valor arrecadado. Ó Senhor Deputado, eu espero que seja mesmo assim! Espero que venha a ser assim, porque neste momento ainda não o pode dizer. Desculpe, só em 2014, só em 2014 é que nós vamos saber as consequências de ordem financeira relativamente à baixa do IMI para o mínimo. Só em 2014! Portanto, Deus queira que seja verdade, porque assim, teríamos o mínimo possível de encargos para os nossos munícipes e teríamos uma receita boa para o Município. Oxalá que seja assim. Mas, de facto, era só uma correção porque só este ano é que vamos poder tirar essa conclusão. Falou-se aqui também do inventário, várias pessoas falaram nisso, de facto o Revisor Oficial de Contas tem referenciado essa questão, a questão dos bens do domínio público e outras. Devo dizer que nós estamos a dar uma atenção especial a esta questão do inventário, estamos inclusivamente com um grupo de pessoas em formação no âmbito do SIG, Sistema de Informação Geográfica, que pode trazer grandes benefícios nesta área e por outro lado, fizemos também um aproveitamento digamos mesmo uma otimização dos nossos recursos humanos, porque temos uma pessoa formada, licenciada como Solicitador e não estava a ser aproveitada como tal, e nestes casos em termos de inventário é fundamental, nalgumas das situações, é fundamental a existência de um Solicitador. Portanto, já tratámos, já saiu no Diário da República inclusivamente e vamos ver se a partir de agora, começamos a ter, enfim, um inventário mais de acordo com aquilo que todos pretendemos. Registei a sugestão das mil e uma páginas, de facto eu próprio também quando o abri, fiz essa mesma observação, já agora, só espero e deixem-me brincar um bocadinho, só espero que ninguém o tenha andado a imprimir para o ler, porque de facto, mil e tal páginas, enfim, estão mesmo a ver porque é que eu estou a dizer isto, pelos custos que isso acarreta. Mas de facto, é uma sugestão que certamente poderemos equacionar. Portanto, eu terminava Senhor Presidente dizendo que o relatório que nós temos, é bastante claro e que ressalta exatamente esta situação de solidez financeira e que por nós, tudo faremos também para manter esta situação para os próximos anos. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Vice-Presidente. Colocava à votação o **RELATÓRIO DE GESTÃO E DOCUMENTOS FINANCEIROS DA CMV REFERENTE AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2013**. Quem vota contra? Quem se abstém? Treze (13) abstenções. Quem vota a favor? Também tivemos nove (9) ausências. (**Anexo 8 – Registo nominal das votações, páginas 219/220**).-----

Temos uma intervenção de um nosso cidadão, o Senhor João Carlos Loureiro Torres. Informava também que a próxima ata irá refletir, terá sempre em anexo as votações e por isso, hoje tive cuidado de não dizer o número de votantes que estavam sempre, porque a próxima Ata, terá sempre em anexo, exatamente as pessoas que estavam presentes, o número de votos que houve a favor, o número de abstenções e por isso, a Ata refletirá as pessoas e as ausências e isso terá correspondência no respetivo anexo que vai à própria Ata. Por isso dava a palavra ao nosso Concidão João Carlos Loureiro Torres, que como sabe, já foi informado, tem cinco minutos para a sua intervenção. Obrigado.-----

----- **OITENTA – O CIDADÃO SENHOR JOÃO CARLOS LOUREIRO TORRES:** Desde

já boa tarde. Queria cumprimentar as Entidades da Mesa, na pessoa do Senhor Presidente, o Senhor Presidente em Exercício, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados, membros da Comunicação Social e o Público em geral. Quero desde já agradecer a oportunidade de poder usar da palavra na casa da Democracia, que eu penso que é aqui, porque é aqui que estão os eleitos do Concelho, e o motivo por que estou aqui, penso que também deve ser transversal a todos os consumidores do SMAS. Eu só venho aqui porque devido aos vários esforços que tenho feito e aos contactos que fiz, não obtive uma resposta coerente que me satisfizesse sobre o procedimento da faturação da água. Sobre esse assunto eu passo a dizer o que no meu entender está em causa. É tão simples quanto isto e acontece que já foram várias as vezes. Há um mês que não vão fazer a contagem e fazem uma estimativa, no mês seguinte retiram a estimativa e acresce o consumo geral e o que é que acontece? É tão simples quanto isto. Uma tarifa que engloba, digamos, até 15 metros, é resposta e passa para o escalão seguinte. Aquilo que custava 0.96€ passa a 1.37€. O que é que isso depois traz? Traz outros emolumentos. Ora, eu acho que não é justo, porque se eu já paguei 15 metros por um escalão, não vou no mês seguinte ter um crédito para depois pagar trinta e dois com uma diferença de 47 cêntimos. Pronto, esta é a razão por que eu estou aqui e depois aquilo que eu não consegui nos serviços. Foi assim: Nós não fazemos contagens todos os meses, por dificuldades de Recursos Humanos. Ora, todos os presentes sabem, que neste momento o que nós temos mais é desempregados, e é de tudo óbvio que as contagens deveriam ser mensais. Ora, neste caso e eu pessoalmente, aconselharia a telecontagem, parece que isso não é bem viável para este caso, mas, aconselharia outra coisa. Eu até tenho os meus contadores com acesso da via pública, portanto, não posso ser penalizado com estas desculpas. Eu não queria explanar muito e depois vou aproveitar e deixo à Mesa. Os escalões poderão estar bem pensados para os serviços, concordo, foram aqui votados, podem estar certos, mas também discordo por não ter sido tomado em atenção, digamos, aquelas famílias com um maior número de pessoas, ou seja, um agregado familiar que tenha cinco ou sete pessoas, que seja submetido ao mesmo escalão de um agregado familiar que tem duas, se não, vou onerar e vão tirar a possibilidade a esses munícipes de fazerem a sua higiene. Agora, e para terminar e vou depois entregar à Mesa o comprovativo como isto aconteceu, vou aqui aproveitar também para me despir com uma frase de um Senhor que se preocupou bastante nestes últimos meses e que alguns dos presentes devem ter na memória que foi Manuel Forjaz que já nos deixou e que disse: “*Nunca te distraias da vida*”. Obrigados por esta disponibilidade. Com licença.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado pela sua intervenção. Como não há ninguém inscrito, encerrávamos este período de intervenção ao público e também agradeço a presença e colaboração de todos. Estão encerrados os trabalhos. Muito obrigado.-----

E por nada mais haver a tratar, o Senhor Presidente da Mesa dá por encerrada Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu de vinte e oito de abril de dois mil e catorze quando eram dezassete horas e cinquenta e dois minutos. E do que se passou, lavrou-se a presente Ata, que inclui 16 páginas anexas que vai ser assinada pelos Secretários, _____ e _____, e pelo Senhor Presidente, nos termos do número três, do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento em vigor. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(José Manuel Henriques Mota Faria)

ANEXO 1


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

Sessão Ordinária de 28 de Abril de 2014

VOTAÇÕES

Presente em Sessão de 28 / 04 / 2014
A Assembleia Municipal deliberou aprovar
por unanimidade
Viseu, 28 / 04 / 2014

PONTO 2 DA ORDEM DE TRABALHOS: HABISOLVIS, E.M. EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO SOCIAL DE VISEU – CONTRATO PROGRAMA, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 45.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto

	PARTIDO	FREGUESIA	NOME	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria	X			
2	PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta	X			
3	PPD/PSD		Elisabete Maria Jesus Almida Farreca	X			
4	PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques	X			
5	PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves				X
6	PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes	X			
7	PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira				X
8	PPD/PSD		José Ernesto Pereira da Silva	X			
9	PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires	X			
10	PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira	X			
11	PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almida Mendes	X			
12	PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo	X			
13	PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa	X			
14	PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira	X			
15	PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira	X			
16	PPD/PSD	CALDE	José Fernandes	X			
17	PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima	X			
18	PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins				X
19	PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca	X			
20	PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves	X			
21	PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia	X			
22	PPD/PSD	MUNDÃO	Armando Nuno dos Santos Gomes	X			
23	PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso	X			
24	PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes	X			
25	PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes	X			
26	PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira	X			
27	PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques	X			
28	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues	X			
29	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida	X			
30	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	—	—	—	F (pretendo)
31	PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida	X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 1



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

Sessão Ordinária de 28 de Abril de 2014

VOTAÇÕES

PONTO 2 DA ORDEM DE TRABALHOS: HABISOLVIS, E.M. EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO SOCIAL DE VISEU – CONTRATO PROGRAMA, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 45.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto

PARTIDO	FREGUESIA	NOME	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
PPD/PSD	U. F. BARBEIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares	X			
PPD/PSD	U.F. REFESES e S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho	X			
PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO	Aurêlio Pereira Lourenço	X			
PPD/PSD	U. FREGUESIAS VISEU	Diamantino Amaral dos Santos	X			
PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho	X			
PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva	X			
PS		Alberto Gonçalves da Ascensão	X			
PS		Cristina Maria Nunes Fonseca	X			
PS		Pedro A. S. Bala Madeira Antunes	X			
PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves	X			
PS		Adelaide Joana da Silva Modesto	X			
PS		José Paulo Vila Chã Cavaleiro	X			
PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota	X			
PS	U. F. FAIÀ e VILA CHÃ SÁ	José António Marques Seabra Figueiredo	X			
CDS/PP		Fernando António Pereira de Figueiredo	X			
CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha	X			
CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos	X			
CDU		Maria Filomena de Matos Pires	X			
BE		Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues	X			
Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida	X			
Não Integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso de Meneses	—	—	—	F. (voto)
			47	0	0	3+2

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 2


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU
Sessão Ordinária de 28 de Abril de 2014
VOTAÇÕES

*A Assembleia Municipal deliberou por 28/04/2014
Com 42 votos a favor, 1 (um) voto
contra e 4 (quatro) abstenções -
Votação 28/04/2014*

PONTO 3 DA ORDEM DE TRABALHOS: BEIRA AMIGA - ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DE APOIO A FAMÍLIAS, DE MEDIAÇÃO E DE ARBITRAGEM, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

PARTIDO	FREGUESIA	NOME	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria	X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta	X			
3 PPD/PSD		Elisabete Maria Jesus Almeida Farreca	X			
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques	X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alvas	X			
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes	X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira				X
8 PPD/PSD		José Ernesto Pereira da Silva				X
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires	X			
10 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira	X			
11 PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almeida Mendes	X			
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo	X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa	X			
14 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira	X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira	X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes	X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima	X			
18 PPD/PSD	CAVERNÂES	Jorge Anselmo Martins	X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca	X			
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves	X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia	X			
22 PPD/PSD	MUNDÃO	Amândio Nuno dos Santos Gomes	X			
23 PPD/PSD	ORIGENS	Adérito Pais Cardoso	X			
24 PPD/PSD	POVOUDE	José Manuel de Almeida Fernandes	X			
25 PPD/PSD	RIANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes	X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira	X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques	X			
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues	X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida	X			
30 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	—	—	—	F (p. Tinha)
31 PPD/PSD	U. F. COUTO BAIRO COUTO OMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida	X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 2


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU
Sessão Ordinária de 28 de Abril de 2014
VOTAÇÕES

PONTO 3 DA ORDEM DE TRABALHOS: BEIRA AMIGA – ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DE APOIO A FAMÍLIAS, DE MEDIAÇÃO E DE ARBITRAGEM, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

PARTIDO	FREGUESIA	NOME	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CIPÕES	António da Silva Gomes Tavares	X			
33 PPD/PSD	U.F. REPESES e S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho	X			
34 PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VILSOITO	Aurélio Pereira Lourenço	X			
35 PPD/PSD	U. FREGUESIAS VISEU	Diamantino Amaral dos Santos	X			
36 PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho	X			
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva	X			
38 PS		Alberto Gonçalves da Ascensão	X			
39 PS		Cristina Maria Nunes Fonseca	X			
40 PS		Pedro A. S. Balla Madeira Antunes	X			
41 PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves	X			
42 PS		Adelaide Joana da Silva Modesto	X			
43 PS		José Paulo Vila Chã Cavalcino				X
44 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota	X			
45 PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António Marques Seabra Figueiredo	X			
46 CDS/PP		Fernando António Pereira de Figueiredo			X	
47 CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha			X	
48 CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos			X	
49 CDU		Maria Filomena de Matos Pires		X		
50 BE		Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues			X	
51 Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida	X			
52 Não Integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO e TORREDETA	José Paulo Moreira Cardoso de Meneses	—	—	—	F. (assente)

a) Declaração de voto

42 1 4 3+2

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 3



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

Sessão Ordinária de 28 de Abril de 2014

VOTAÇÕES

Presente em Sessão de 28/04/2014
A Assembleia Municipal deliberou a favor
com 45 votos a favor, 0 (zero) voto
contra e 1 (uma) abstenção
Visu, 28/04/2014

PONTO 4 DA ORDEM DE TRABALHOS: CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, nos termos e
para os efeitos do disposto no artigo 6.º Do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro;

PARTIDO	FREGUESIA	NOME	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria	X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta	X			
3 PPD/PSD		Elisabete Maria Jesus Almeida Farneca	X			
PPD/PSD		Manuel Teófilo Martins Henriques	X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves				X
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes	X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira	X			
8 PPD/PSD		José Ernesto Pereira da Silva	X			
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salgado Pires	X			
10 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira	X			
11 PPD/PSD		Filipe Manuela C. Almeida Mendes	X			
12 PPD/PSD		António Vicente da Figueiredo	X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa	X			
14 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira	X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira	X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes	X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima	X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins	X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca	X			
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves	X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia				X
22 PPD/PSD	MUNDÃO	Armando Nuno dos Santos Gomes	X			
23 PPD/PSD	ORENS	Adérito Paio Cardoso	X			
24 PPD/PSD	POVOUDE	José Manuel de Almeida Fernandes	X			
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes	X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira	X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques	X			
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues	X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida				
30 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	—	—	—	F. (R. F. 1440)
31 PPD/PSD	S. F. COUTO BARRO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leão de Almeida	X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 3



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

Sessão Ordinária de 28 de Abril de 2014

VOTAÇÕES

PONTO 4 DA ORDEM DE TRABALHOS: CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 6.º Do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro;

PARTIDO	FREGUESIA	NOME	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares	X			
33 PPD/PSD	U.F. REFESES e S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho				X
34 PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VILSOITO	Aurélio Pereira Lourenço	X			
35 PPD/PSD	U. FREGUESIAS VISEU	Diamantino Amaral dos Santos	X			
36 PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho	X			
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva	X			
38 PS		Alberto Gonçalves da Ascensão	X			
39 PS		Cristina Maria Nunes Fonseca	X			
40 PS		Pedro A. S. Baía Modolira Antunes	X			
41 PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves	X			
42 PS		Adelaide Joana da Silva Modesto	X			
43 PS		José Paulo Vila Chã Cavaleiro	X			
44 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota	X			
45 PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António Marques Seabra Figueiredo	X			
46 CDS/PP		Fernando António Pereira de Figueiredo				X
47 CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha				
48 CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos				
49 CDU		Maria Filomena de Matos Pires			X	
50 BE		Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues	X			
51 Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida	X			
52 Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDETA	José Paulo Moreira Cardoso de Meneses	—	—	—	F. (sessão)
			45	0	1	4+2

a) Declaração de voto

MÚLDO DE AFORD DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 4



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

Sessão Ordinária de 28 de Abril de 2014

VOTAÇÕES

Sessão de 28/04/2014
 A Assembleia Municipal deliberou
 com 41 votos a favor, 0 (zero)
 contra e 2 (duas) abstenções
 Voto 28/04/2014
 [Assinatura]

PONTO 5 DA ORDEM DE TRABALHOS: CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE -
 REGULAMENTO, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º
 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

PARTIDO	FREGUESIA	NOME	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria	X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta				X
3 PPD/PSD		Elisabete Maria Jesus Almeida Farreca	X			
PD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques	X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves	X			
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes	X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira	X			
8 PPD/PSD		José Ernesto Pereira da Silva	X			
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires	X			
10 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira	X			
11 PPD/PSD		Filipe Manuela C. Almeida Mendes	X			
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo	X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa	X			
14 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira	X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira				X
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes	X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima	X			
18 PPD/PSD	CAVERNÂES	Jorge Anselmo Martins	X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca	X			
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves	X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia				X
22 PPD/PSD	MUNDÃO	Armando Nuno dos Santos Gomes	X			
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso	X			
24 PPD/PSD	POVOULIDE	José Manuel de Almeida Fernandes				X
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes	X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira	X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques	X			
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues	X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida	X			
30 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	—	—	—	F. (p. truda)
31 PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida	X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 4


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

Sessão Ordinária de 28 de Abril de 2014

VOTAÇÕES

PONTO 5 DA ORDEM DE TRABALHOS: CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE - REGULAMENTO, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

PARTIDO	FREGUESIA	NOME	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CENÔES	António da Silva Gomes Tavares	X			
33 PPD/PSD	U.F. REPESES e S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho				X
34 PPD/PSD	U.F.S. CERNANDO VIL SOITO	Aurêlio Pereira Lourenço	X			
35 PPD/PSD	U. FREGUESIAS VISEU	Diamantino Amaral dos Santos	X			
36 PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho, "	X			
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva	X			
38 PS		Alberto Gonçalves da Ascensão	X			
39 PS		Cristina Maria Nunes Fonseca	X			
40 PS		Pedro A. S. Balla Madeira Antunes			X a)	
41 PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves				X
42 PS		Adelaide Joana da Silva Modesto	X			
43 PS		José Paulo Vila Chã Cavaleiro	X			
44 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota	X			
45 PS	U. F. FAI, e VILA CHã Sã	José António Marques Seabra Figueiredo	X			
46 CDS/PP		Fernando António Pereira de Figueiredo	X			
47 CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha	X			
48 CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos	X			
49 CDU		Maria Filomena de Matos Pires			X	
50 BE		Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues	X			
51 Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida				X
52 Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOMLOEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso de Meneses	—	—	—	F(12504)

41 0 2 7+2

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 5


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

Sessão Ordinária de 28 de Abril de 2014

VOTAÇÕES

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade,
 a aprovação do Plano e Orçamento dos
 Serviços Municipalizados de Água, Saneamento e Piscinas de Viseu para 2014-
 REVISÃO N.º 1, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º
 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

PONTO 6 DA ORDEM DE TRABALHOS: GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DOS
 SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E PISCINAS DE VISEU PARA 2014-
 REVISÃO N.º 1, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º
 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

	PARTIDO	FREGUESIA	NOME	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria	X			
2	PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta				X
3	PPD/PSD		Elisabete Maria Jesus Almeida Farreca	X			
4	PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques	X			
5	PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves	X			
6	PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes	X			
7	PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira	X			
8	PPD/PSD		José Ernesto Pereira da Silva	X			
9	PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires	X			
10	PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira	X			
11	PPD/PSD		Filipe Manuela C. Almeida Mendes	X			
12	PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo	X			
13	PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa	X			
14	PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira	X			
15	PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira	X			
16	PPD/PSD	CALDE	José Fernandes	X			
17	PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima	X			
18	PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins	X			
19	PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares de Fonseca	X			
20	PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves	X			
21	PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia				X
22	PPD/PSD	MUNDÃO	Armário Nuno dos Santos Gomes	X			
23	PPD/PSD	ORIGENS	Adérito Pais Cardoso	X			
24	PPD/PSD	POVOUÍDE	José Manuel de Almeida Fernandes				X
25	PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes	X			
26	PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira	X			
27	PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques	X			
28	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues	X			
29	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida	X			
30	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCISCO	Fernando Martins Machado	—	—	—	F/p. trache
31	PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leal de Almeida	X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 5



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

Sessão Ordinária de 28 de Abril de 2014

VOTAÇÕES

PONTO 6 DA ORDEM DE TRABALHOS: GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E PISCINAS DE VISEU PARA 2014-REVISÃO N.º 1, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

PARTIDO	FREGUESIA	NOME	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares	X			
PPD/PSD	U.F. REPESES e S.SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho				X
PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO	Aurêlio Pereira Lourenço	X			
PPD/PSD	U. FREGUESIAS VISEU	Diamantino Amaral dos Santos	X			
PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho	X			
PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva	X			
PS		Alberto Gonçalves da Ascensão	X			
PS		Cristina Maria Nunes Fonseca	X			
PS		Pedro A. S. Baía Madeira Antunes	X			
PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves				X
PS		Adelaide Joana da Silva Modesto	X			
PS		José Paulo Vila Chã Cavaleiro	X			
PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota	X			
PS	U. F. FAI, e VILA CHÃ SÁ	José António Marques Seabra Figueiredo	X			
CDS/PP		Fernando António Pereira de Figueiredo	X			
CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha	X			
CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos	X			
CDU		Maria Filomena de Matos Pires	X			
BE		Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues	X			
Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida				X
Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso de Meneses	—	—	—	F. (se não)

a) Declaração de voto

44 0 0 6+2

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 6


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

Sessão Ordinária de 28 de Abril de 2014

VOTAÇÕES

Presente em Sessão de 28/04/2014
A Assembleia Municipal deliberou aprovar
o Plano e 1 (uma) das seguintes
Viseu, 28/04/2014
[Assinatura]

PONTO 7 DA ORDEM DE TRABALHOS: GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA 2014-REVISÃO N.º 1, nos termos e para os efeitos do
disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

PARTIDO	FREGUESIA	NOME	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria	X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta				X
3 PPD/PSD		Elisabete Maria Jesus Almeida Farreca	X			
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques	X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves	X			
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes	X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferrelira	X			
8 PPD/PSD		José Ernesto Pereira da Silva	X			
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires	X			
10 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira	X			
11 PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almeida Mendes	X			
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo	X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa	X			
14 PPD/PSD		Joana Patricia dos Santos Ferreira	X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira	X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes	X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima	X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins	X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca	X			
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves	X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia				X
22 PPD/PSD	MUNDÃO	Armando Nuno dos Santos Gomes	X			
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso	X			
24 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes				X
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes	X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira	X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques	X			
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues	X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida	X			
30 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	—	—	—	F(p. Tendo)
31 PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida	X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 6


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU
Sessão Ordinária de 28 de Abril de 2014
VOTAÇÕES

PONTO 7 DA ORDEM DE TRABALHOS: GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA 2014-REVISÃO N.º 1, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

	PARTIDO	FREGUESIA	NOME	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32	PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares	X			
33	PPD/PSD	U.F.REPESES e S.SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho				X
34	PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO	Aurélio Pereira Lourenço	X			
35	PPD/PSD	U. FREGUESIAS VISEU	Diamantino Amaral dos Santos	X			
36	PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho	X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva	X			
38	PS		Alberto Gonçalves da Ascensão	X			
39	PS		Cristina Maria Nunes Fonseca	X			
40	PS		Pedro A. S. Balla Madeira Antunes	X			
41	PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves				X
42	PS		Adelaide Joana da Silva Modesto	X			
43	PS		José Paulo Vila Chã Cavaleiro	X			
44	PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota	X			
45	PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António Marques Seabra Figueiredo	X			
46	CDS/PP		Fernando António Pereira de Figueiredo	X			
47	CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha	X			
48	CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos	X			
49	CDU		Maria Filomena de Matos Pires	X			
50	BE		Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues			X	
51	Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida				X
52	Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso de Meneses	—	—	—	F. (unido)

43 0 1 6+2

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 7


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU
Sessão Ordinária de 28 de Abril de 2014
VOTAÇÕES

Presente em Sessão de 28/04/2014
A Assembleia Municipal deliberou por 40 votos a favor e 1 (uma) abstenção
Visu, 29/04/2014

PONTO 8 DA ORDEM DE TRABALHOS: RELATÓRIO DE GESTÃO E DOCUMENTOS FINANCEIROS INTERCALAR, DOS SMAS, DE 23 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2013, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 1 do artigo 47.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro;

PARTIDO	FREGUESIA	NOME	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria	X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta				X
3 PPD/PSD		Elisabete Maria Jesus Almeida Ferreira	X			
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques	X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves	X			
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes	X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira	X			
8 PPD/PSD		José Ernesto Pereira da Silva				X
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires	X			
10 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira				X
11 PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almeida Mendes				X
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo				X
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa	X			
14 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira	X			
15 PPD/PSD	BODVOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira	X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes	X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima	X			
18 PPD/PSD	CAVERNÂES	Jorge Anselmo Martins	X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca	X			
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves	X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia	X			
22 PPD/PSD	MUNDÃO	Armando Nuno dos Santos Gomes	X			
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso	X			
24 PPD/PSD	POVOULIDE	José Manuel de Almeida Fernandes				X
25 PPD/PSD	RAMHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes	X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira	X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques	X			
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues	X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida	X			
30 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	—	—	—	F. (p. tardes)
31 PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida	X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU Sessão Ordinária de 28 de Abril de 2014 VOTAÇÕES

ANEXO 7

PONTO 8 DA ORDEM DE TRABALHOS: RELATÓRIO DE GESTÃO E DOCUMENTOS FINANCEIROS INTERCALAR, DOS SMAS, DE 23 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2013, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 1 do artigo 47.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro;

PARTIDO	FREGUESIA	NOME	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares	X			
33 PPD/PSD	U.F.REPESES e S.SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho				X
34 PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VILSOITO	Aurélino Pereira Lourenço	X			
35 PPD/PSD	U. FREGUESIAS VISEU	Diamantino Amaral dos Santos	X			
36 PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho	X			
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva	X			
38 PS		Alberto Gonçalves da Ascensão	X			
39 PS		Cristina Maria Nunes Fonseca	X			
40 PS		Pedro A. S. Balla Madeira Antunes	X			
41 PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves				X
42 PS		Adelaide Joana da Silva Modesto	X			
43 PS		José Paulo Vila Chã Cavaleiro	X			
44 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota	X			
45 PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António Marques Seabra Figueiredo	X			
46 CDS/PP		Fernando António Pereira de Figueiredo	X			
47 CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha	X			
48 CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos	X			
49 CDU		Maria Filomena de Matos Pires	X			
50 BE		Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues			X	
51 Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida				X
52 Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso de Meneses	—	—	—	F. (voto)

a) Declaração de voto

40 0 1 9+2

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 8



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

Sessão Ordinária de 28 de Abril de 2014

VOTAÇÕES

Presente em Sessão de 28/04/2014

A Assembleia Municipal deliberou aprovar
Com 28 votos a favor e 13 abstenções

PONTO 9 DA ORDEM DE TRABALHOS: RELATÓRIO DE GESTÃO E DOCUMENTOS
FINANCEIROS DA CMV REFERENTE AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2013, nos termos e para
os efeitos do disposto na alínea i) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de
setembro e do n.º 1 do artigo 47.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro;

PARTIDO	FREGUESIA	NOME	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria	X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta				X
3 PPD/PSD		Elisabete Maria Jesus Almeida Ferreira	X			
4 PPD/PSD		Manuel Teófilo Martins Henriques	X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves	X			
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes	X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira	X			
8 PPD/PSD		José Ernesto Pereira da Silva	X			
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires	X			
10 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira				X
11 PPD/PSD		Filipe Manuela C. Almeida Mendes	X			
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo				X
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa	X			
14 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira	X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira	X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes	X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima				X
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins	X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca	X			
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves	X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia	X			
22 PPD/PSD	MUNDÃO	Armando Nuno dos Santos Gomes	X			
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso				X
24 PPD/PSD	POVOLENSE	José Manuel de Almeida Fernandes				X
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes	X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira	X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques				X
28 PPD/PSD	SANTOS EVÓIS	Fernando José Cardoso Rodrigues	X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOURENÇO	Carlos Alberto Ferreira de Almeida	X			
30 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCISCO	Fernando Martins Machado	—	—	—	F/fp. T. M. C.
31 PPD/PSD	S. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida	X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 8


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU
Sessão Ordinária de 28 de Abril de 2014
VOTAÇÕES

PONTO 9 DA ORDEM DE TRABALHOS: RELATÓRIO DE GESTÃO E DOCUMENTOS FINANCEIROS DA CMV REFERENTE AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2013, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 1 do artigo 47.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro;

PARTIDO	FREGUESIA	NOME	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares	X			
33 PPD/PSD	U.F. REPESES e S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho				X
34 PPD/PSD	U.F.S. CIPRANO VILSOTTO	Aurêlio Pereira Lourenço	X			
35 PPD/PSD	U. FREGUESIAS VISEU	Diamantino Amaral dos Santos	X			
36 PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho, *			X	
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva			X	
38 PS		Alberto Gonçalves da Ascensão			X	
39 PS		Cristina Maria Nunes Fonseca			X	
40 PS		Pedro A. S. Ballo Madeira Antunes			X	
41 PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves			X	
42 PS		Adelaide Joana da Silva Modesto			X	
43 PS		José Paulo Vila Chã Cavaleiro			X	
44 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota	X			
45 PS	U. F. PALEIRA VILA CHÃ	José António Marques Seabra Figueiredo	X			
46 CDS/PP		Fernando António Pereira de Figueiredo			X	
47 CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha			X	
48 CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos			X	
49 CDU		Maria Filomena de Matos Pires			X	
50 BE		Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues			X	
51 Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida				X
52 Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. PALEIRA, FREGUESIA E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso de Meneses	—	—	—	T. (meneses)

a) Declaração de voto

28 0 13 9+2

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL